

**TRANSCRIÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA-
LICENCIAMENTO DO PROJETO LONGO PRAZO
NÚMERO DO PROCESSO SLA Nº 3858/2022**

EMPRESA: SAMARCO MINERAÇÃO S.A

DATA DO EVENTO: 27/03/2023

HORÁRIO DE INÍCIO: 18H30

**LOCAL: CENTRO DE CONVENÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO
PRETO (UFOP)**

CIDADE DE OURO PRETO/ MG

00:32:44:16 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Boa noite a todos os presentes. Solicito, senhores, que tomem assento para iniciarmos a nossa audiência pública. Por favor, mais uma vez eu quero dar uma boa noite aos senhores, as senhoras. Meu nome é Yuri Trovão, sou Diretor Regional de Controle Processual da SUPRAM Norte. Aqui nós já temos a mesa formada, eu como presidente e a doutora Giovanna me assessorando juridicamente. Eu quero passar inicialmente a palavra à organização, para falar em relação aos níveis de segurança da nossa reunião.

00:33:53:07 [Organizador da SUPRAM] - Boa noite pessoal, Sejam muito bem vindos! Esse evento vai acontecer em dois ambientes simultâneos. Aqui no auditório e no salão aqui ao lado. Nós temos portas de emergência nas duas laterais desse auditório e no salão tem a entrada e a saída de emergência é a mesma entrada. Nós temos extintores de incêndio instalados nos dois ambientes e estamos contando com a presença de socorristas aqui para nos ajudar, tanto aqui como no salão daqui ao lado. Qualquer situação de emergência, a gente vai sair calmamente pela saída de emergência e dirigir pela entrada e o nosso ponto de encontro vai ser onde vai ficar a ambulância. Nós temos uma ambulância aqui do lado de fora para qualquer situação de emergência, ok? Uma boa audiência para todos nós. Obrigado.

[Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço os esclarecimentos. É formada a mesa com a minha presença e com a presença da nossa assessora. Inicia-se um momento para as inscrições. Então, nós temos uma hora, os senhores tem 60 minutos, para aqueles que tiverem interesse, se inscrever.

[Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Então, pode se inscrever aqui no corredor, aqui logo ao lado e também no outro auditório. Então, aqueles que tiverem interesse em se manifestar, por favor, façam a inscrição. Convido a todos para ouvirmos o Hino Nacional.

00:38:56:04 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Como eu

disse, Senhores e senhoras, as inscrições estão abertas. Eu solicito à mesa que me auxilie quando faltar dez minutos para finalizar o tempo de uma hora, por favor, me avise para a gente, para repassar aos presentes. Eu vou fazer uma pequena apresentação em relação ao nosso andamento da nossa reunião de hoje. Audiência Pública conforme Deliberação Normativa COPAM 225. Ela tem etapas. Ela é por partes. Então, a primeira parte, ela é justamente a explicação e a abertura realizada pelo presidente. Então, eu tenho uma apresentação pequena, de forma e de forma didática, para a gente alinhar o nosso procedimento e repassar aos senhores o nosso andamento. Como se dará a nossa reunião. Eu já peço aqui aos senhores desculpas, porque eu estou com a tela aberta aqui no computador e eu não sei se vou conseguir, devido a minha idade, enxergar lá também. Então, talvez a gente vai ter esse atraso aqui, mas a gente vai tentar fazer da melhor forma. Eu acho que eu consigo enxergar ali pela TV. Então, senhores, nós estamos aqui presentes para a audiência pública em relação a Samarco Mineração e o projeto Longo Prazo, o empreendimento classe seis, conforme a Deliberação Normativa COPAM 217, nós teremos duas audiências públicas, essa aqui na presente data e outra em Mariana.

[Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - O processo no SLA (Sistema de Licenciamento Ambiental) é o 3858/2022. Eu vou pedir até auxílio para vocês passarem, por favor para mim a apresentação, que eu acho que vai ficar melhor ou eu tento passar aqui. Então, como eu já falei para os senhores logo no Art. 13 da Deliberação Normativa 225, ela fala que audiência pública terá início com a formação da Mesa Diretora; e Mesa Diretora é formada por mim e pela assessoria Jurídica Doutora Giovana. Seguindo a execução do Hino Nacional que nós acabamos de tê-lo, cabendo ao presidente da Mesa designar a pessoa que ficará responsável pelo recebimento até 60 minutos, como eu falei para os senhores, as duas mesas para inscrições, aqui ao lado dos senhores aqui desse auditório e no outro auditório para as manifestações. Por favor.

[Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Então, consiste a primeira parte, é essa que nós temos aqui, feita por mim. Pode passar e agora eu passo para as informações gerais. O que é uma audiência pública? É uma reunião destinada a expor à

comunidade informações sobre a obra ou atividade potencialmente poluidora do empreendimento, objeto do requerimento de licença ambiental. Essa parte é muito importante a gente salientar que a audiência pública é para aquele empreendimento objeto do requerimento que estamos tratando hoje. Qual o empreendimento que nós estamos tratando hoje? Samarco Longo Prazo. Não é outro. Então, eu peço encarecidamente aos senhores que às vezes têm manifestações relativas a outros empreendimentos, que se atenham ao objeto do pedido do licenciamento ambiental. Não é por força não é por que, eu estou dizendo isso não é em relação a pedido que eu faço ou a pedido da empresa. A Deliberação Normativa COPAM 225, ela é muito clara. Audiência pública ela trata daquele que é objeto do requerimento da licença que estamos discutindo. Tanto é que quando os senhores, porventura, peçam a palavra e façam questionamentos à empresa em relação ao empreendimento que está feito, foi realizado o requerimento e que é o objeto dessa reunião, a empresa tem por obrigação responder. Por obrigação, ela tem que prestar os esclarecimentos, obviamente dentro do prazo que é previsto no regimento. Se os senhores fizerem em relação a outros empreendimentos da empresa, ela não está obrigada a responder. A Deliberação Normativa COPAM, ela traz essa obrigatoriedade e esse vínculo com o objeto por duas vezes dentro da deliberação. Então, por favor, aqueles que vão se manifestar, se atenham ao objeto do Licenciamento Ambiental. Para que serve a audiência pública? Para dirimir dúvidas e recolher críticas e sugestões a respeito para subsidiar a decisão quanto ao Licenciamento Ambiental. Então, esse aqui é o momento que os senhores têm para levantar algum questionamento, alguma dúvida, fazer alguma sugestão de inclusão, porventura no processo futuro de uma condicionante. Fazer até mesmo alguma denúncia, porque aqui estão presentes não só os senhores, como foram convidados também, os membros da Câmara e da Câmara Mineira. Nós temos aqui também presentes os servidores que estão fazendo a análise. Então, este é o momento, um dos momentos, na realidade, vocês têm outros momentos dentro do processo ambiental, lembrando que o direito de petição é um direito constitucional garantido a todos os senhores, que podem solicitar vistas do processo a qualquer momento. Mas esse é o momento, dando a nossa presença aqui, logo antes da análise do processo, para fazer críticas, sugestões e esclarecer dúvidas em relação ao empreendimento que é objeto do

requerimento. Quem participa? Qualquer pessoa. Qualquer pessoa interessada, desde que devidamente inscrito, dentro do prazo previsto na deliberação Normativa COPAM 225, poderá fazer uso da palavra por três minutos. Ok? Quem solicita? Prefeito pode solicitar audiência pública, Ministério Público, o próprio empreendedor, entidade civil sem fins lucrativos, grupo de mais de 50 pessoas. No presente caso, nós temos quatro solicitantes, quatro solicitações válidas que nós passaremos a falar posteriormente. Por favor. A segunda parte, que aí já é a parte de exposição, o empreendedor e a equipe técnica, terá indistintamente 45 minutos para se manifestar. Então, pode ser o empreendedor, o diretor ou pode ser também a equipe técnica. Lembrando que vocês têm da Deliberação Normativa 225, um leque de obrigações que ele tem que esclarecer no momento dessa sua apresentação. Logo depois vem o solicitante da realização da audiência pública, 30 minutos divididos igualmente para cada solicitante. Então, nós temos quatro solicitações válidas, então será 30 minutos, dividido por quatro e aí cada um tem o tempo específico para falar. Lembrando tanto a empresa, quanto o solicitante, quanto aquelas pessoas que se inscreverem. O tempo é contado de forma rígida. Nós iremos obedecer o que está previsto na deliberação. Não concluindo a fala no tempo determinado, eu vou dar dez minutos e aí eu já autorizo a equipe ou... Desculpa! O tempo especificado, em relação às falas e após vou dar dez segundos para a conclusão. Não concluída em dez segundos, o microfone será fechado. Então, por favor, aos senhores que queiram se manifestar e aí eu também dirijo a palavra aos solicitantes e à empresa, que obedecem rigorosamente o tempo determinado à deliberação. Mas vocês podem falar, mas o tempo não é o bastante. Nós não estamos aqui discutindo a deliberação. A gente está cumprindo uma norma e eu não abro exceção. Então, se no Conselho, a Câmara Normativa Recursal entendeu que o tempo de manifestação é o bastante, nós iremos cumpri-lo de forma fiel. Por favor.

[Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - A terceira parte consiste na manifestação dos escritos na forma prevista no Artigo 13, em 12 blocos de perguntas e respostas, cada bloco composto por três falas ou três questões dos presentes de até três minutos cada, seguida da resposta única e até seis minutos pelo empreendedor,

totalizando um máximo de 180 minutos. Então como é que isso funciona? Vamos lá, se inscreveram 20 pessoas lá fora. Vem os três primeiros, faz as suas manifestações. Podem ser falas ou podem ser questionamentos. Após essas manifestações em bloco de três, então três falam, eu passo a palavra ao empreendedor que terá seis minutos para se manifestar. Então, vem três, o empreendedor vem e fala seis minutos. Lembrando importante (que eu destaco): não será permitida a transferência de tempo entre entidades ou pessoas inscritas que porventura se abstenham de fazer uso da palavra. Por exemplo, eu me inscrevi a Dra. Giovanna se inscreveu, eu falei um minuto, não usei os três. Eu tenho direito a três, mas eu falei um minuto. Eu vou falar um minuto, porque Giovana tem três e eu estou passando dois minutos para pra Giovana. Giovanna vai falar cinco? Não, não vai falar cinco. Não vai falar porque a deliberação normativa veda isso. Então cada inscrito tem até três minutos. Eu posso falar um minuto? posso falar um minuto. Posso falar dois? Posso falar dois. Eu posso ultrapassar três? Somente dez segundos e o microfone será fechado. Por favor. Quarta parte: Consiste nas considerações finais, cabendo aos solicitantes dez minutos e ao empreendedor ou à equipe técnica, indistintamente, até dez minutos. Então, nós voltamos para o prazo, para o fechamento da nossa reunião. A quinta parte consiste no encerramento realizado por este presidente. Então, feitas manifestações, nós encerramos a nossa audiência pública, lembrando que nós temos também uma amanhã em Mariana. Por favor. Considerações finais: Os senhores podem apresentar documentos aqui na mesa que serão recebidos por mim e pela doutora Giovanna e rubricados, dando contra cópia aos senhores. Então, todos os documentos apresentados à mesa, serão protocolados e anexados ao Processo de Licenciamento Ambiental em análise, devendo ser, obrigatoriamente, considerados na elaboração do relatório Síntese e na construção das decisões administrativas relativas ao Licenciamento Ambiental. Então, qualquer documento que porventura, inclusive as manifestações dos senhores que são descritas, são transcritas em ata, irão compor o processo de licenciamento ambiental. Uma cópia da mídia eletrônica contendo a gravação da audiência pública deverá ser anexada ao processo de Licenciamento Ambiental. Os interessados poderão, no prazo de até cinco dias a contar de hoje (da data da audiência pública), para apresentar documentos relativos às questões envolvidas. Valendo para fim de verificação do prazo da data de postagem dos Correios

ou da data do protocolo na unidade administrativa da SEMAD, responsável pela análise do processo de Licenciamento Ambiental. Então, são três formas basicamente dos senhores se manifestarem na audiência pública: Nesse momento, por meio da inscrição. Lembrando, senhores, o prazo está correndo. Aquele interessado deverá se inscrever lá fora, nós temos aqui a nossa... À minha direita. Esquerda dos senhores e no outro auditório, poderá protocolar o documento aqui na mesa, ou poderão se manifestar cinco dias após esta data. Por favor. Então, aos presentes essa era informação de forma breve, que eu teria que passar. Espero que a nossa reunião aconteça de forma tranquila e que Deus abençoe a todos. Dando sequência à nossa reunião, eu vou passar então, conforme informado para os senhores, para nossa segunda parte, que é 45 minutos para o empreendedor e a equipe. Assim que o senhor estiver pronto, favor avise, que aí o cronômetro começa a contar para os senhores. Com a palavra, obrigado.

00:51:33:19 [Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - Estamos prontos. Boa noite a todos e todas. Sou Eduardo Moreira, estou como Gerente Geral de Projetos da Samarco e hoje estamos aqui para apresentar e esclarecer dúvidas, o máximo delas, sobre o projeto de longo prazo da Samarco, é o projeto que dá condição, é o projeto de continuidade das operações da empresa. A gente acredita e acredita muito que esse momento é muito rico, esse momento pode trazer ao projeto grandes benefícios, esse momento de diálogo, de transparência. A gente acredita que é dessa forma que podemos está alinhado com o nosso propósito de fazer uma mineração diferente, de fazer uma mineração inclusiva e de fazer a mineração onde todos tenham voz, que a gente consiga ao máximo trazer benefício e compartilhar valores. Bom, para compreender um pouco desse projeto, é importante para nós saber como chegamos até aqui, né? Em 2019, nós tivemos a nossa licença de operação corretiva e esse projeto, ele é muito importante para o futuro da empresa. Em 2019, quando recebemos a LOC, um processo longo, um processo demorado e sempre vem, todos os dias às nossas cabeças, cinco de novembro de 2015. Cinco de novembro de 2015 tivemos o rompimento da Barragem de Fundão. Um momento que nós nunca esqueceremos. Um momento que marcou de maneira muito severa e muito importante a história da Samarco. O momento que nós lembramos dele todos os dias, a cada momento, a cada busca de fazer diferente,

a cada busca de inovar, a cada busca, de buscar alternativas para processos que sejam mais seguros e sustentáveis. Vem sempre! E nós estamos sempre conversando, falando, sobre o dia cinco de novembro. Então, é um dia que vai e que marcou a nossa história profundamente. Não há como destacar, não há como falar desse projeto, sem lembrar de todos os aprendizados que passamos nesse período, de muitos aprendizados, de busca de diferentes maneiras de fazer o nosso negócio, de fazer as nossas operações. E a cada aprendizado, a gente tinha convicção de que temos muito a aprender, de que temos muito a avançar, mas também que a nossa atividade é importante para contribuir, que nós temos potencial para contribuir com a comunidade e com a sociedade brasileira.

[Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - Decidimos então, logo que recebemos a LOC, aguardar o nosso sistema de filtragem ficar pronto, ou seja, decidimos naquele momento que só retornaríamos a produzir, se de fato tivéssemos um processo diferente, um processo que nos desse mais garantia, mais segurança e que a gente acreditasse que fosse muito mais sustentável. Daí a gente voltou à operação em dezembro de 2020. Então, de 19 a 20, nós trabalhamos na implementação de um novo sistema de produção. Nós trabalhamos num sistema de filtragem para que pudéssemos empilhar a seco o material ou a grande parte, 80% do nosso rejeito e dispor em cavas, que são grandes buracos confinados, os outros 20% da lama. Vale ressaltar ainda e vale a gente lembrar, que a gente planejou e nesse nosso planejamento de seguirmos um passo de cada vez, que voltaríamos com um percentual só da empresa, que nós voltaríamos devagar, mas de maneira segura e sustentável. Voltamos com 26% da nossa capacidade instalada, voltamos com um concentrador e com uma usina de pelotização. Essa retomada, ela começa a gerar os resultados, ela começa a nos mostrar o resultado e a gente está mostrando alguns deles. Então, nós produzimos até dezembro de 2022, 16 milhões de toneladas de pelota e minério fino. Geramos 811.600 oportunidades de emprego. Recolhemos 388 milhões de tributos para os municípios de Ouro Preto e Mariana e para este ano, para o ano de 2023, temos previsto um investimento de 1,6 bilhão, sendo que quase 50% desse montante, quase 50% desse 1,6 bilhão, ou seja, 700, quase 800 milhões, serão destinados às obras de descaracterização das barragens a montante da Samarco. Então, muito alinhado com o nosso propósito de

sustentabilidade, de perenidade e de fazer diferente, de fazer de maneira cada vez mais segura e claro que, nesse processo de aprender e de evoluir, nós queremos continuar caminhando, queremos continuar compartilhando valor com a comunidade. Como eu disse anteriormente, durante todo o nosso processo, nós entendemos que temos muita oportunidade para continuar contribuindo e para isso nós vamos falar aqui hoje do projeto que é, do escopo, que é esse novo projeto. Então, nós temos novas áreas de lavra, nós temos área de disposição de rejeito, sistema de transporte, duas pilhas e ampliação do atual sistema de disposição de estéril e rejeitos lá na mina também. Eu vou convidá-los a assistir um vídeo que a gente explica de maneira mais detalhada todo esse escopo que eu acabei de falar, para que haja um melhor daquilo que nós pretendemos, estamos solicitando essa licença para a sociedade mineira e brasileira. Por favor.

00:58:39:24 [Vídeo Institucional Samarco] - Somos a Samarco. Há 45 anos, atuamos de forma integrada da extração de minério em Minas Gerais, à pelotização e embarque de nossos produtos no Porto de Ubu, no Espírito Santo. Transformamos minério de baixo teor de ferro em Pelotas com alto valor agregado. Elas são matéria prima fundamental para produção do aço, utilizada em nosso dia a dia, como em telefones celulares e eletrodomésticos. Em 2015, com o rompimento da barragem de Fundão, que marcou a nossa história e nunca será esquecido, nossas atividades operacionais foram paralisadas. Concentramos nossa atuação em ações emergenciais e na compensação e reparação dos impactos, posteriormente, assumidos pela Fundação Renova. Foi um período de muitos aprendizados. Obtivemos a Licença Operacional Corretiva (LOC) em 2019, com um novo processo produtivo, sem utilização de barragens para a disposição de rejeitos. Hoje, após o processo de filtragem, 80% de nosso rejeito é empilhado a seco, os demais 20% são destinados à Cava Alegria Sul, um espaço rochoso confinado. Todas as nossas estruturas geotécnicas estão estáveis e são monitoradas 24 horas por dia, sete dias por semana. A cava e a barragem de Germano encontram-se em avançado processo de descaracterização. Voltamos a operar de forma gradual e segura, em dezembro de 2020. Contribuindo com a economia local, regional e do Brasil, com geração de empregos, capacitações e investimento sócio ambientais, buscamos construir e compartilhar valor. Estamos nos preparando para alcançar, de forma gradual,

100% de nossa capacidade de produção em 2028. Mas para isso é necessária a construção de novas estruturas e o aumento da área de lavra que fazem parte do licenciamento do projeto Longo Prazo para continuidade das operações. Todas essas estruturas ficarão localizadas próxima à unidade industrial da Samarco, em Mariana e Ouro Preto, e seguem o processo produtivo atual com filtragem dos rejeitos, empilhamento a seco e disposição em cava. Vamos conhecer o que está neste projeto? Serão necessárias novas áreas de lavra, ou seja, extração de minério. Implantaremos uma nova planta de filtragem para atender o retorno de operação do concentrador 1. Para disposição do material após a filtragem, ampliaremos o Sistema de Disposição de Estéril e Rejeitos de Alegria Sul com a implantação de duas novas pilhas para disposição de estéril e rejeitos, denominadas de PDER-M e PDER.-C. O rejeito lama continuará sendo disposto em cava confinada. Para tanto, está prevista a implantação de uma nova cava denominada de Alegria Sul 2. Para integrar todo o processo, serão construídos sistemas de transportes, que são as correias de longa distância e estruturas de apoio permanentes e provisórias. Para chegarmos a este projeto, consideramos as melhores tecnologias existentes. Analisamos com critério as alternativas com base nos estudos dos impactos ambientais e sócio econômicos conduzidos por consultorias externas e multidisciplinares. Elas atestam a viabilidade e também preveem uma série de ações e programas para evitar, reduzir ou compensar os impactos identificados. A continuidade de nossas operações reforça nosso compromisso em fazer uma mineração diferente, com inovação, sustentabilidade, segurança e compartilhando valor com a sociedade. Estamos abertos para ouvir propostas, esclarecer dúvidas e acolher críticas, pois somente assim, juntos e juntas, conseguiremos aprender, evoluir e transformar.

01:03:20: 21 [Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - Viver o processo de licenciamento, nós realizamos profundos estudos com bastante critério e prevemos vários programas que prevê, que se busca, evitar mitigar todos os processos e todos os impactos que foram observados. Nesse processo de comunicação, de diálogo que a gente acredita tanto, nós fizemos um engajamento grande nas comunidades, com todas as pessoas, mostrando esse RIMA, passando por várias áreas. Então, nós estamos aí há vários dias, fazendo audiências prévias e mostrando todos esses estudos

para a comunidade. Para que? Para que tenhamos cada vez mais a condição do diálogo aberto e mais transparente possível. Então, quero convidar o nosso representante da BRANDT, que é o representante da empresa que realizou todos os estudos e deixar à disposição a nossa Central de Relacionamento 24 horas por dia, sete dias por semana, para que a gente possa, sempre que tiver dúvida, buscar esclarecer. Obrigado.

01:04:42:03 [Alceu Raposo - Representante da BRANDT - Meio Ambiente] - Boa noite a todos. Meu nome é Alceu Raposo. Eu sou representante da BRANDT - Meio Ambiente, uma empresa de consultoria que cuidou desse projeto Longo Prazo. Nós fizemos um estudo de impacto ambiental do qual a gente vai tratar agora nos próximos minutos.

[Alceu Raposo - Representante da BRANDT - Meio Ambiente] - Bom, rapidamente sobre BRANDT - Meio Ambiente, uma empresa de consultoria estratégica. Ela tem 34 anos de mercado na atuação, principalmente na área de mineração, de grandes projetos de mineração, projetos de energia, siderurgia e portos. Então, isso é o nosso, é o nosso trabalho, é trabalhar com a questão ambiental. A gente tem aí, ao longo desses 34 anos, mais de 10.000 projetos de grande complexidade que a gente desenvolveu ao longo desse período e para, especificamente, estudo de impacto ambiental da Samarco, nós nos debruçamos aí, ao longo de cinco anos de estudos robustos, com uma equipe multidisciplinar da BRANDT, envolvendo vários especialistas, para que a gente pudesse trazer aí um estudo seguro e robusto aí para a comunidade. Bom, o que a gente vai ver hoje, basicamente, nesse estudo da BRANDT, é a RIMA, é a análise do projeto. Depois eu vou passar pela metodologia do EIA. Como nós desenvolvemos esse EIA rapidamente. Os diagnósticos ambientais de flora, de fauna que é meio biótico, né? De sócio economia, questões sociais e questão do meio físico e depois os impactos ambientais. Na sequência, os programas e ações de compensação ambiental desses impactos e por fim, a conclusão. Então, essa é a sequência linear da qual nós vamos ver nesse momento. Bom, como já foi dito, é basicamente esse empreendimento, ele está situado ao norte de Ouro Preto, então, basicamente nas estruturas atuais da Samarco, e ele vai ter uma penetração para dentro de Mariana, mas sempre naquela porção norte.

Então, para a gente só ter um entendimento aqui de como se dará esse projeto, ponto de vista, de estudo para a gente, dá uma olhada. A gente vê basicamente Ouro Preto e Mariana embaixo. Aqueles pontinhos, são as porções urbanas. Portanto, a gente está falando ali de áreas mais rurais, em ambientes mais naturalizados na porção norte desses dois municípios. Um pouco das alternativas locais, para se desenvolver um trabalho desse nível, é necessário se fazer dentro do termo de referência do órgão ambiental, um estudo de alternativa local. Então, foi debruçado aí engenheiros e técnicos, neste caso da Samarco, que cuidaram de estudar as alternativas locais e tecnológicas para melhor instalação (Do ponto de vista de segurança de engenharia e, principalmente, dos menores impactos). Então eu trouxe aqui, em função do tempo reduzido, que a gente tem, um mapa resumindo quais foram as alternativas tecnológicas e locais que se deram para esse estudo. Bom, como já foi dito, o projeto em si, na porção em vermelho, são as expansões de cava e os pontos em amarelo é a correia transportadora e ao sudeste ali aquelas duas pilhas PDER-C e PDER-M são as pilhas de deposição de rejeito, já foi falado na caracterização. Então, esse foi o projeto do qual o BRANDT, se debruçou e obviamente, no estudo de Impacto Ambiental não foi contemplado barragem, como a Samarco já disse que nesse projeto não faz parte. Então, a avaliação de impacto não traz, dentro da sua estrutura, a avaliação de barragem, por não estar contido nessa análise. Do ponto de vista da metodologia do trabalho, a gente divide em meio físico, né? O que é o meio físico? O solo, rocha, o ar, a água. Então, basicamente a gente utilizou as normas climatológicas do Instituto Nacional de Meteorologia, que são 30 anos de dados, para a questão da qualidade do ar, a gente estudou a estação de Santa Rita Durão, que é uma estação automática de qualidade do ar da Samarco e a BRANDT instalou uma estação em Camargos para avaliar a qualidade do ar e utilizamos os dados da Codemig 2005-2014. Embrapa para estudar as questões de solo e os campos do meio físico, junto com geólogos e geógrafos. Foram realizados aí. 2019 e 2021. O meio biótico, que é a fauna, que são os animais, foi feito um estudo sistemático e aprofundado ao longo de quatro anos, fazendo estudos na estação seca e chuvosa e esses estudos foram de 2017 até 2020. Para a Flora, que são as plantas, também um estudo sistemático, também contemplando sazonalidade de florística e fitossociologia, que durou de 2019, 2020 e 2021, três anos de estudos e para questão

sócio econômicos, os estudos sociais, foi feito um levantamento de novembro de 2020 até 2021 e basicamente os municípios que foram essencialmente, e não basicamente, os municípios foi o de Ouro Preto, Mariana e Catas Altas e os distritos de Santa Rita Durão, Camargos, Antônio Pereira e Morro d' Água Quente. Esse é o esforço amostral dos pontos que a gente está tratando. Então, basicamente ali a gente tem os pontos que foram locados, que foram objetos desse diagnóstico que a gente vai apresentar. Então ali, tem pontos de qualidade do ar, ruído, vibração. Então, todos os pontos para a gente ver o adensamento e a robustez do qual a BRANDT trabalhou nesses anos aí com o estudo. Bom, a área de estudo do meio físico que, basicamente, pegou as bacias aí da região de Ouro Preto e Mariana. Então, essa é a área de estudo que a gente levantou, lembrando que a área de estudo é o objeto de análise, não o impacto em si, que a área de influência. Aqui é a área de estudo do meio biótico. Além da bacia, nós pegamos também as unidades de conservação que tem no entorno, que são os parques e a floresta ali do Uaimii. Então, basicamente ele fica um pouco maior. A área de estudo do meio sócio econômico, ele envolve Ouro Preto, Mariana, Catas Altas e os distritos aí, que são as porções em amarelo que a gente consegue observar no mapa. Então, vamos para o diagnóstico ambiental que a consultoria BRANDT viu do ponto de vista de qualidade desses ambientes. Começando pelo meio físico, basicamente, as estruturas ao norte são áreas declivosas, mais sujeitas a processos erosivos e essas pilhas que estão sendo projetadas. Vou tentar jogar um laser aqui um pouco. Elas caminham para uma porção do relevo mais suavizado, menos acidentado, o que dá mais estabilidade ao terreno para essas estruturas que vão ser projetadas.

01:13:08:17 [Alceu Raposo - Representante da BRANDT - Meio Ambiente] - Do ponto de vista das questões hidrológicas, que a gente vê aí basicamente, é que vão ter interferência com o projeto, a bacia do rio Piracicaba e a bacia do rio Piranga. Basicamente, vão estar sobre área de influência do Projeto Córrego Santarém, o Córrego Natividade, o próprio rio Piracicaba, ali em cima, o Córrego Vermelho, Córrego do Gualaxo e o córrego Ribeirão do Peixe. Então, basicamente são esses, são essas as drenagens e os cursos d'água que estarão sobre interferência e análise do projeto. Do ponto de vista de qualidade do ar e do ruído, os monitoramentos que nós realizamos e

também da estação de Camargos, nos mostra que a qualidade do ar da região é boa. Então, portanto, futuramente se tiver alterações em função da implantação do projeto, já tem esse histórico de monitoramento que mostrou, que esses locais, têm a qualidade do ar boa e também o ruído ambiental. Também foi monitorado e ele também nos mostra aí uma qualidade boa, sem infrações também, do ponto de vista da legislação. A espeleologia, que são as cavidades, um pouco aqui dos levantamentos, foi feito por uma empresa nossa que a BioEspeleo consultoria Ambiental, foi feito um transecto que é um caminhamento. Essas porções aqui de cinza, mostra basicamente o adensamento e o esforço que essas equipes tiveram aí ao longo dessa área, que essa estrutura para fazer esse caminhamento. Então, foram mais de 1500 quilômetros percorridos somente dentro da área onde vai ser atingida pelo projeto, chamada de Ada e basicamente foram identificadas 365 cavidades e para esse estudo, é necessário se fazer um levantamento topográfico, levantamento geoespeleológico, uma série de levantamentos de arcabouço arqueológico para depois você classificar essas cavidades entre baixa, média e alta relevância, conforme a legislação nos determina. Você define a área de influência delas e depois você avalia os impactos sobre ela. Necessariamente, eu já trouxe aqui para antecipar as questões de impacto desse universo que a gente está falando de 365, 51 cavidades serão impactadas negativamente com o projeto, sendo elas 18 de relevância alta, que precisa haver compensação do ponto de vista legal, sete de relevância média e 26 de baixa relevância. Do ponto de vista do meio biótico, que aflora, esse projeto nos mostra que ele está segundo o zoneamento ecológico econômico, dentro de uma área considerada como muito alta para as questões prioritárias para conservação. Do ponto de vista de unidades de conservação, esse estudo e o projeto, ele está aí sobre área de influência Parque Nacional do Gandarela, que esse verde mais escuro e a Floresta Estadual do Uaimii. Então, eles não têm interferência, do ponto de vista direto, nenhuma dessas unidades de conservação, mas estão na zona de amortecimento e para isso, a Samarco precisa pedir anuência ao parque, como ela já faz ao longo dos outros projetos que ela tem. Do ponto de vista de Flora, basicamente, o estudo nos mostra o seguinte cenário: 55% é floresta estacional, sendo decídua, ou seja, é mata. 20% é antropizada, é área de pasto, área degradada e 14% de campo rupestre. Então, esses basicamente são os cenários aí de importância. Esses 7% do maciço florestal plantado é eucalipto.

Bom, do ponto de vista da questão de flora, então foram identificados 444 espécies 21 estão ameaçadas no território brasileiro e 14 em Minas Gerais e duas espécies protegidas que são duas espécies de ipê, sendo 155 endêmicas no território brasileiro e 23 em Minas Gerais, 16 para Mata Atlântica e 15 para campo rupestre. Isso é, questões relacionadas à flora, ou seja, à vegetação. Para as questões de fauna, nós temos aqui pequenos mamíferos, médios mamíferos e mamíferos voadores, que são os morcegos. Eu chamo a atenção aqui basicamente, para o total de espécies, foram identificadas 20 espécies de pequenos mamíferos, 35 com os grandes e 27 para os voadores, os morcegos. Para a espécie ameaçada, tem uma espécie de morcego, que é esse exemplo que está aqui mostrando para a gente e depois nós temos uma sequência de espécies endêmicas da Mata Atlântica, cinco e seis na sequência para os voadores e espécies raras, foram identificadas uma para pequenos mamíferos, que são às vezes os ratinhos, são pequenos mamíferos, são como exemplo esses e duas espécies raras aí para morcegos. Para a fauna, nós temos agora, tratando de répteis e anfíbios, nós temos 52 espécies de anfíbios identificadas e 38 de répteis, sendo aí esse cágado aí, que é uma espécie ameaçada de extinção na qual a Samarco já tem controle do ponto de vista científico deles, já cuida desses monitoramentos e, inclusive, tem programas específicos para esse tipo. Do ponto de vista de espécies endêmicas de Mata Atlântica, para anfíbios, 32 espécies e para os répteis, 12 e espécies raras, 17 de anfíbios e 12 para répteis. A avifauna a gente encontra um número muito maior, dada a diversidade de fauna, que são os pássaros. Então, nós encontramos 315 espécies de pássaros, sendo nove aí ameaçados de extinção e endêmicos, 50 e duas migratórias. E aí, a ictiofauna, que são os peixes, são 11 espécies de peixe identificados e uma espécie ameaçada de extinção, que também a Samarco faz um monitoramento desse, que é o Cascudinho, também já amplamente conhecido pela empresa e ela tem um monitoramento específico, para esse espécie de cascudinho e a macro invertebrados, são os pequenos animais que vivem na água, que às vezes dá para olhar só no microscópio, 75 espécies identificadas e para questões de ameaçadas e vulneráveis, nenhuma, como a gente pode ver nesse gráfico. Abelhas: 139. Ameaçadas de extinção: uma. Espécie de Mata Atlântica: Seis A abelha é importante para questões de ecologia. Ela faz questões muito importantes aí, do ponto de vista da ecologia e também de insetos e vetores, que têm uma preocupação

relacionada ao interesse médico. Então, nesse caso, aqui a gente tem uma espécie de interesse aqui, que é o mosquito Palha, do qual a Samarco também faz o monitoramento dele, que é uma espécie de interesse médico.

01:21:59:24 [Alceu Raposo - Representante da BRANDT - Meio Ambiente] - Bom, um pouco agora sobre as questões sociais, que é muito importante, a gente vê aqui do ponto de vista sócio econômico, que entre os três municípios analisados, Ouro Preto, fazendo uma projeção de 2025 até 2040, não dá para ver aí do fundo? Talvez. Mas essa é a projeção. Basicamente, o Ouro Preto, vai chegar na casa de 2040, com uma população de 80.000 habitantes e ela vai estar superior a Mariana e bem superior também a Catas Altas. Do ponto de vista entre população rural e urbana, basicamente os três municípios se apresentam como população essencialmente urbana. Se a gente pegar aqui o município até de Catas Altas, a gente tem desde a década de 90 para 2010, também, como a população essencialmente urbana, nesses dois municípios, nesses três municípios e Mariana também tem um mesmo comportamento aí, às vezes até maior do que a população de Catas Altas. Um pouco da estrutura econômica desses municípios, que reflete um pouco sobre essas questões econômicas e sociais. Vamos para o PIB, que é o Produto Interno Bruto, ou seja, o que esses municípios produzem enquanto economia, enquanto riqueza. Basicamente, a gente vê que o município de Ouro Preto, 63% dele é ligado à indústria e à indústria que a gente está dizendo aqui, incorporando a mineração também. Então, basicamente, esse município de Ouro Preto, ele tem um aporte de riqueza produzido pela indústria, que é suportado principalmente pela questão da mineração, seguido e dos serviços que essa parte de cinza do gráfico. Mariana tem 51% da sua economia ligada à indústria e incorporada à mineração nessa parte e 31% de serviços, que é o comércio também. Catas Altas, surpreendentemente, também, 64% [indústria]. Seguido de 23% dos serviços. Questão de emprego, já inverte um pouco. Serviços empregam mais, mas também a mineração e a indústria, vamos dizer assim, ela segue também com um patamar alto. Então, se a gente for ver esses gráficos, os de cinza são serviços, a gente tem em Ouro Preto, mais de sete mil empregos para a questão de serviços e cinco mil para questão de diminuição de indústria. Também Mariana, comporta basicamente dentro desse mesmo cenário. Catas Altas, obviamente,

com um cenário de produção de empregos menor.

01:25:06 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Alceu, desculpa incomodar o senhor, só menos que eu fiquei de lembrar ao plenário, que temos dez minutos para as inscrições. Daqui dez minutos as inscrições serão encerradas. Para retornar à palavra. Me desculpa. Obrigado!

01:25:25:17 [Alceu Raposo - Representante da BRANDT - Meio Ambiente] - Bom, aqui um pouco dos bens culturais que nós levantamos na região. Obviamente que esses bens culturais que estão projetados aqui em tela não serão impactados. Apenas exemplificando o que foi feito dentro do estudo e a preocupação do estudo de impacto ambiental, em estar mapeando todos os bens culturais dessas comunidades, tanto de Ouro Preto, Mariana e Catas Altas. Aqui um pouco das comunidades, no qual nós nos debruçamos estudando a questão de população, uso e ocupação do solo, a questão de infraestrutura, equipamento urbano para ver o que seria impactado dentro dessas atividades. Educação. Então, a gente percorreu o distrito de Antônio Pereira, Camargos e a gente, um exemplo aqui, de como foi estruturado o nosso estudo, de que nos preocupamos com a questão de infraestrutura, circulação, comércio e serviços. Vamos então para as questões de impacto e ações de mitigação. Esses são os impactos diagnosticados para a questão do meio físico. Então, eu queria que vocês acompanhassem o raciocínio comigo e a gente começando dessa primeira alteração das propriedades do solo. Se a gente vai fazer a retirada do solo, para instalar uma planta ou uma cava, a gente vai retirar a cobertura ali e aquela vegetação. Obviamente que em função disso, você tem uma probabilidade de processos erosivos, que é o segundo ali. Aí, você tem um potencial de assoreamento de cursos d'água, você tem alterando o curso d'água, você altera a dinâmica hídrica. Alterando a dinâmica hídrica, você tem na sequência uma alteração da qualidade da água. Você também vai ter a questão do rebaixamento do nível da água em função do rebaixamento da cava, das questões operacionais. Aí, você tem uma alteração da dinâmica hídrica subterrânea e redução da disponibilidade hídrica, naqueles pontos específicos ali e alteração do nível de pressão sonora, em função de máquinas movimentando a mais, que não não tinha anteriormente.

Alteração da qualidade do ar. Sempre dentro do padrão, mas o padrão hoje é um padrão bom. Então, qualquer coisa que se altera, é um impacto, mas tem que estar dentro da legislação. Mas é um impacto. Alteração da paisagem, do relevo, seguido dos impactos espeleológicos, do qual, nós já falamos no slide anterior, ali das cavidades a serem impactadas. Para isso nós temos os programas específicos que mitigam esses impactos, que eliminam os impactos outros e que compensam para aqueles que não tem condições de mitigar, nem de eliminar. Então, o Programa de Gestão Ambiental e de Boas Práticas, o Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar, para monitorar para ver se vai ficar dentro dos padrões e o que a legislação obriga, a Gestão Monitoramento dos Níveis de Ruído e Vibração. Você pode alterar o ruído? Pode. Mas você pode ficar acima da legislação? Não, não pode. Então tem que ter um programa para isso. Programa de Gestão dos Recursos Hídricos. Programa do Monitoramento Espeleológico. Então, são todos os programas que você monitora e acompanha essas questões dentro da legalidade, dentro do que manda a legislação. E aí, outros aí, como os de processos erosivos ou de gestão de resíduos sólidos. Bom, para os impactos no meio biótico, a gente tem então aquela redução da cobertura vegetal, que é aquela retirada. Em função disso, você fragmenta aquela paisagem, aquele ambiente terrestre, você perde a comunidade de fauna terrestre, perde o ambiente. Aí, você pode perder indivíduos de fauna em função disso, daqueles animais que não conseguem se adaptar para ir para outro ambiente e alteração dessas populações de flora. Se retirou, se altera aquela população ali. Além da perda de alguns ambientes aquáticos, em função de intervenção e drenagem e perda da biota aquática, em função, obviamente, dessa intervenção que foi feita em drenagem e redução da cobertura vegetal.

01:30:10:05 [Alceu Raposo - Representante da BRANDT - Meio Ambiente] - Bom, para isso nós temos os programas: Os Programas de Afugentamento da Fauna. Você não pode fazer uma supressão sem antes garantir que aquela fauna foi retirada com especialistas ali. Você tem que ter um manejo dessa fauna. Não é pegar e jogar em qualquer lugar. Você tem um Programa de Monitoramento de Dípteros, que é aquele basicamente daqueles vetores, insetos causadores de doenças. Você tem um Programa de Monitoramento dessa Comunidade de Terrestre, para ver se eles estão com

comportamento adequado ou estão sofrendo impactos em função da ida para outra área. Um Programa de Compensação Ambiental, no caso daqueles impactos que não podem ser mitigados, que a Samarco já protocolou num órgão ambiental, são as questões relacionadas a pagamentos ou unidades de conservação, áreas a serem protegidas e Programa também de de Supressão de Vegetação para cortar adequadamente. Programa de Recuperação que é o PRAD - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e também o Programa de Resgates e Salvamento de Germoplasma, que é você pegar sementes do chão que são nativas ali, para serem colocadas em viveiros e plantar futuramente em outras áreas. Bom, do ponto de vista do meio socioeconômico, nós temos então uma sobrecarga dos equipamentos urbanos, alteração nas questões de patrimônio cultural, alteração na paisagem devido às atividades essencialmente turísticas do distrito de Camargos. Incômodos à população daqueles nos quais nós já falamos: ruído, poeira, etc. Geração de expectativa, tanto positiva, quanto negativa. Incremento da economia, em função da geração de impostos. Para isso, nós temos então programas também para todos eles, nos quais alguns deles, a Samarco já atua, que é o Programa de Comunicação Social, o Programa de Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos, o Programa de Apoio à Diversidade Econômica, que é o PADE. O Programa de Capacitação e Priorização de Mão de Obra Local, para evitar impactos da chegada de mais gente de outras regiões e o Programa de Educação Ambiental. Para todos esses que nós dissemos, também ele vale para a etapa de fechamento, como estava lá e esses aqui são um adicional de impactos dos quais nós dissemos que não estão na etapa de implantação e operação. Então, adicionalmente, para o fechamento, nós teríamos, uma vez fechando a empresa, o enfraquecimento da economia local/regional em função da baixa geração de impostos, da questão da mineração que gera. O término de incômodos à população, sucessa, né? E os incômodos a população local, daqueles distrito dos quais nós falamos e um fomento à recolonização da fauna, uma vez que você vai ter que recuperar a área, trazer ela em condições próximas à original. Você tem aí um fomento a recolonização da fauna e também estímulo à emigração da população, ou seja, a saída das pessoas, em função da ausência de postos de trabalho que vão sendo reduzidos em função da mineração. Basicamente, por conclusão do projeto, a gente tem um projeto que atua basicamente ou essencialmente,

em parte de um ambiente industrial, que é aquela porção norte, onde a Samarco já atua. Uma porção mais ao sul, que é a área mais natural, que a gente viu as alterações do ponto de vista de vegetação ali, em função daquela expansão, do ponto de vista de estrutura. Então, um ambiente natural e um ambiente já industrializado. Importante ressaltar que nesse projeto não tem barragens. Então, impactos de barragens não está previsto nesse projeto. Diante desse cenário de impactos tanto positivos, quanto negativos, a gente percebeu que ele atende às questões legais. Tivemos esse cuidado de olhar as questões legais. Ele atende às questões sócio ambientais e a conclusão é que ele tem, ele atende aos requisitos legais e técnicos dentro do processo do rito, do processo de licenciamento ambiental. É isso, muito obrigado.

01:35:12:02 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do Sr. Alceu e a obediência ao prazo. Lembrando aos senhores que as inscrições já foram encerradas. Nós temos duas tribunas, uma aqui embaixo e uma aqui em cima. Então quem for se manifestar, fique a vontade de usar tanto a que está lá embaixo como aqui em cima, ok? Nós passamos então para a parte dos solicitantes, lembrando que as solicitações válidas foram quatro quatro solicitações válidas e o tempo dos solicitantes são 30 minutos dividido entre eles. Então, dividindo daria 7,5. Então 7,5 eu vou entender que oito minutos. Então, oito minutos para cada solicitante. A primeira solicitação do solicitante foi o próprio empreendedor, a Samarco Mineração. Por favor.

01:36:08:19 [Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - A Samarco em benefício da discussão, em benefício de ouvir a comunidade e as partes interessadas, vai abrir mão do seu tempo de posicionamento.

01:36:19:03 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Ok, agradeço. Associação Comercial e Empresarial, Industrial e Agropecuária de Mariana. O representante. Pois não Sr. Renato, o Sr. Tem oito minutos. O Sr. Pode usar tanto a tribuna em baixo como aqui em cima. O que o Sr. preferir.

01:36:39:10 [Amarildo - Presidente da Associação Comercial de Mariana] - Boa

noite, meu nome é Amarildo, Desculpa só pra confirmar. Eu sou o Presidente da Associação Comercial de Mariana. Fico feliz de estar aqui hoje com essa empresa que eu conheço bem, que eu estive trabalhando dentro dela, durante alguns anos e depois essa mesma empresa me trouxe pra Mariana e pra região e hoje... Obrigado. E hoje eu tenho tentando representar esse estado que eu adotei para mim e a cidade que eu adotei, que é Mariana, e a região que eu tenho trabalhado, tentando fazer com que as coisas aqui sejam melhores para todos nós a cada dia. Entendo que para muita gente, a empresa, o trabalho que é feito na questão da mineração é um problema, mas eu acho que o Estado depende hoje e sempre dependeu ne? Minas. É um estado minerário. Então, a gente trabalha com o que, o melhor que nós temos aqui hoje e esse projeto é um projeto grande, ambicioso, e eu acho que é um projeto importante para o empresariado da região e para a cidade, para Mariana, para Ouro Preto, para nossa região. É um projeto importantíssimo para fortalecer o empresariado e a participação do empresariado. Eu tenho trabalhado junto a Samarco em projetos para fortalecimento da participação dos empresários da região, junto aos projetos e a empresa entende isso como importante e a gente agradece muito o apoio. A gente tem trabalhado isso, a Elisângela está aqui, estou ela agora, a gente falou agora há pouco. A gente tem trabalhado no projeto de força local, que a gente tem trabalhado muito, tentando fazer com que aumente a participação do empresariado da região nos projetos. Então, para a gente é importantíssimo um projeto desse porte, a participação do empresariado, o desenvolvimento da nossa região e também o fortalecimento da diversificação da economia. Nós temos aí, um prazo de mineração que nós trabalhamos sempre pensando que está aumentando. Mas a gente já sabe que em algumas cidades de Minas Gerais, estão sofrendo hoje, já, com a previsão de diminuição da mineração e até encerramento e com isso, dificuldades que vão passar e nós temos trabalhado aqui e temos que aproveitar essas oportunidades, a oportunidade de um projeto desse tamanho que, também, além da questão mineração, pode sim e vai fazer, eu tenho certeza que a gente já tem feito isso, trabalhando na diversificação da economia na nossa região e é importantíssimo que nós estejamos próximos, tanto apoiando os projetos de expansão, como também pensando nessas possibilidades que toda região nossa aqui tem de diversificação da economia e a Samarco tem trabalhado isso junto com a gente. E é

muito importante que nesse momento a gente entenda que essa oportunidade não só de expansão da Samarco, como também de mais emprego, mais recurso e mais participação das empresas, também seja uma oportunidade de que nós possamos trabalhar junto à empresa para identificar novas possibilidades na nossa economia e diversificar para que não sejamos tão dependentes no futuro da mineração. Então, eu vou ser rápido. Era isso que eu gostaria de falar. Parabenizar a todos os envolvidos, parabenizar a Samarco e espero que a gente possa sair daqui com decisões positivas. Obrigado.

01:40:03:11 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do senhor Renato, a assessoria jurídica e o entendimento da assessoria jurídica aqui presente me repassou que, considerando que a Samarco declinou da palavra, então aumenta dois minutos para cada manifestante. Então, a Agência de Desenvolvimento Econômico Social de Ouro Preto, representante, o senhor tem dez minutos. Como eu disse, o senhor pode fazer uso da tribuna aqui em cima ou em uma perto do público.

01:41:01:00 [Márcio Homem Cotta de Faria - coordenador adjunto da ADOP] - Prezados e prezados, boa noite. Cumprimento o Presidente deste fórum, o senhor Yuri Trovão, em nome de quem cumprimento as demais autoridades, os representantes da Samarco e demais presentes e internautas. Sou Márcio Homem Cotta de Faria. Sou empresário, proprietário do Bazar Faria e Coordenador Adjunto do Comitê de Parceiros da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto, ADOP. Em nome do Comitê de Parceiros da ADOP, entidade que agrega uma representatividade significativa do setor produtivo e terceiro setor, gostaria de reforçar que estamos sensibilizados pela expressiva discussão acerca do projeto de Longo Prazo para continuidade das operações Samarco, pelos impactos e perspectivas socioeconômicas em nosso município. É impossível negar a vocação de Minas Gerais para a mineração, desde o início de sua história. Esperamos e confiamos que as ações previstas no estudo interfiram positivamente para a competitividade e longevidade, que prevaleçam também os interesses da sociedade e a economia do nosso município e região. Oportunizamos

o fórum para destacar que o projeto da Samarco tem como área de influência geográfica direta pelos impactos ambientais e socioeconômicos, os municípios de Ouro Preto e Mariana, a exemplo das operações de outrora. O processo de licenciamento em questão, nos proporciona também a possibilidade da rica discussão, em torno do histórico e o providencial plano de reparação gerido pela Renova, que, apesar de ser área de influência e afetada, Ouro Preto reivindica em tempo que o município seja contemplado nos programas de reparação, conduzido pela Renova, ainda que não seja objeto direto desse debate. Este fórum nos oportuniza também a destacar o legado da empresa Samarco, fruto de uma das condicionantes quando no licenciamento da cava sul, que desde sua concepção, é o Programa de Apoio Diversificação Econômica (PADE), tem propiciado uma profícua mobilização acerca de pautas de interesses mútuos e coletivos. O diferencial do PADE está na metodologia e na credibilidade do seu patrono, da consultoria, dos atores e entidades envolvidas, além do engajamento dos atores envolvidos, incluindo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia. O programa se destacou também por ter sido reconhecido e transformado em política pública em nosso município. Por fim, presidente, considerando que os estudos demonstram a viabilidade do projeto para continuidade das operações da Samarco, considerando que o projeto atende a legislação vigente e prevê a adoção das melhores práticas com inovação, sustentabilidade e segurança, somos favoráveis ao processo de licenciamento do projeto a Longo Prazo, da continuidade das operações da Samarco. Obrigado. Boa noite a todos.

01:44:30:40 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação. O próximo solicitante foi o município de Mariana. Por favor. O senhor tem dez minutos. O Sr. pode fazer uso da tribuna aqui ou em baixo. Fica à vontade.

01:45:03:18 [Israel Quirino- Servidor Público Municipal] - Boa noite a todos. Boa noite à mesa, senhoras e senhores. Meu nome é Israel Quirino, sou gestor social por formação. Sou Servidor Público Municipal de Mariana, desde 1996 e atualmente atuo na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Nós acompanhamos a mineração já há algum tempo, em relação ao nosso negócio, não podemos negar os benefícios da mineração e

também não podemos olvidar os seus malefícios. Não estamos aqui para empurrar nenhuma sujeira para debaixo do tapete, muito menos causar esse susto aí nos senhores. O acompanhamento que nós temos feito da mineração é de uma responsabilidade muito grande aos gestores públicos, todos nós que participamos da administração pública do cargo mais relevante, aquele mais humilde, todos nós tem uma responsabilidade muito grande, principalmente quando discutimos um projeto desse tamanho, que é um projeto de longo alcance, um projeto, como o próprio nome do projeto diz: Longo Prazo. Pode ser que eu não esteja aqui para ver a conclusão dele, como vários outros que aprovaram projetos anteriores a este. Nós estamos convivendo com a Samarco já há 45 anos. A terra mãe é o berço da Samarco é a cidade de Mariana. Bem próxima ali, nós temos a nossa comunidade de Camargos, que é o nosso embrião, nosso distrito mais antigo, o nosso distrito mais bucólico, o nosso distrito mais preservado em função do seu isolamento. É curioso isso, não é? Mário de Andrade registrou isso na visita que fez Ouro Preto e Mariana, no início do século, que o isolamento deu à nossa preservação. Então, no momento em que a gente discute um projeto que vai impactar a comunidade de Camargos, me preocupa bastante. Camargos são 56 moradores que a gente conhece pelo nome. Então, é lá que eles vivem há 300 anos com os seus modos de vidas comuns, com suas crendices, com suas convivências, com a sua sociedade ali, que vai realmente sofrer um impacto forte. Nós tivemos reunião lá essa semana, conversamos com a comunidade, a própria Samarco esteve ali conversando com a comunidade e isso nos preocupa bastante. Então, quando essas preocupações nos vêm, nós não temos de maneira nenhuma que criar obstáculos, pelo contrário, nós temos que achar soluções, soluções negociadas, soluções conversadas, soluções democráticas. É esse o nosso espírito. Sendo a mineração o nosso negócio, em momento nenhum nós vamos matar a galinha dos ovos de ouro. Não é nossa intenção, de maneira nenhuma. Nós vivemos o impacto de 2014. Tivemos o impacto financeiro em 2014. Logo em seguida, vivemos o impacto terrível de 2015, com perda de vidas humanas, inclusive. Com danos sociais imensuráveis que ainda estão lá em Mariana, feridas abertas, muita dor, muita dor pra quem viveu de perto, a comunidade, pra quem estava lá naquele dia. Eu era Secretário Adjunto de Educação e tinha uma escola lá com cinquenta e poucas crianças no dia e que hoje não existe mais. Não quero trazer essas lembranças aqui,

como lembranças tristes como lembrança de mortes, até porque de Chernobyl e Fukushima, nós tivemos outras informações. Claro que a ciência deu respostas para uma mineração um pouco mais responsável, para a mineração um pouco mais de resultado e é isso que a gente espera. Não esperamos apenas os resultados produtivos lá na mina, lá na cava, lá nas soluções Ambientais, “ambientais”, eu diria ecológicas. Mas queremos também soluções sociais que sejam efetivas. Nós falamos aqui no PADE, que é a diversificação econômica. Diversificação econômica é discussão em Mariana desde 1970, Jadir Macedo, promoveu um evento em Mariana que chamava Éden 1, para discutir exatamente a diversificação econômica em Mariana. Em 79, talvez 80. E nós discutíamos diversificação econômica e, não sei se acomodação, não sei se a falta de responsabilidade, não sei se é falta de compromisso, integração, nós estamos vivemos, talvez, o terceiro plano de diversificação econômica patrocinado pela Samarco; PRATEM, em 2005, salvo engano, logo em seguida nós tivemos Unisinos em 2014 e agora nós tivemos PADE, ainda assim, com todos os seus valores, acanhado, pelo do problema que é a dependência mineração, os senhores viram aqui.

01:49:05:15 [Israel Quirino- Servidor Público Municipal] - Mariana tem 50% de indústria que é mineração e 25% de serviço que é mineração. Então, não acreditem que isso é a solução viável para economia da cidade de Mariana. Nós já tivemos um ciclo minerário de muitos louros que foi o ciclo do ouro e tivemos a miséria absoluta que veio depois. Então, sabemos que o ciclo da mineração é esse ciclo. A distribuição da renda da mineração é dura, ela é cruel. Isso dá para ver nas nossas cidades. Então, no momento que a gente tem aqui: Olha, vamos qualificar a nossa mão de obra? Sim, vamos qualificar nossa mão de obra. Nós temos hoje uma população flutuante em Mariana, que é mais da metade da população economicamente ativa da cidade. A população flutuante é aquela que veio da migração, não sei de onde, que moram nas encostas, que moram nos barracos, que moram improvisado, que aumenta índice de violência, que onera o meu serviço público de saúde, educação, de limpeza urbana, de saneamento básico. Então, essas questões não podem ser discutidas com vaia. Essa questão tem que ser discutida em mesa. Essa questão tem que ser discutida tecnicamente, com o olho no olho de quem está fazendo a mineração, o negócio.

Mas quem está fazendo administração pública é um negócio social que não tem preço. A administração pública não se mede em balanços de resultado. Eu não conto zeros antes da vírgula. Na administração pública eu conto resultados sociais, eu conto o bem estar na escola, eu conto índice de aproveitamento de alunos na aprovação em curso superior, eu conto melhoria de renda da população, eu conto fluxo viário... A MG-129 é um problema seríssimo. Não podemos, de maneira nenhuma, entender “Olha, temos aqui um programa de longo prazo da Samarco”, sem pensar na MG-129. Então, tudo que eu vim aqui de apresentações, vimos. Eu li o arquivo com muito cuidado, analisei todas as possibilidades dos problemas mitigatórios, que lá estão. Não quero fazer crítica errônea, que eu não sou técnico para isso. Eu sou gestor social. Eu sei viver com gente. O meu trabalho é administrar gente. Então, queremos sim abrir um espaço, um foro bem amplo, que vamos sim propor isso hoje aqui e vamos propor isso amanhã em Mariana. Que sejam abertos os programas de mitigação dos danos sociais. Não vamos olvidar de maneira nenhuma os danos ambientais. Sim, vamos estudar a fauna, vão estudar a flora, vão estudar os riachos, vão estudar os impactos que aconteceram naquela comunidade ali vizinha. Nós vamos estudar sim, os impactos sociais que esse grande projeto vai nos trazer. O bem, o crescimento da economia, a entrada da CFEM, que é muito generosa para nossos cofres públicos, sabemos disso, não vamos mentir, não vou ser hipócrita a esse ponto. Sabemos que o dinheiro da mineração é muito bem vindo. Passamos sem ele o 2015 e o 2016 e 2017, decretamos falência do município em 2017, porque não tínhamos dinheiro pra pagar conta de luz. Sabemos que ele é necessário, mas sabemos também que temos uma responsabilidade muito grande com esse Longo Prazo. O Longo Prazo não será o Israel Quirino, o Longo Prazo será o meu neto, será para o neto dos senhores, que passaram aqui por essas ruas e dirão: Olha, homens do século XXI discutiram mineração sustentável. É isso que nós queremos. É esse compromisso que nós queremos com a Samarco. Sabemos que ninguém aqui está se omitindo de discutir isto. Mineração sustentável. Vimos a evolução que foi do rompimento de Fundão até a reabertura Samarco em 2020 e aplaudimos. Que investimento bacana, que estudo bacana, que desenvolvimento bacana! Não temos mais barragem, não temos mais o medo que existia em Bento Rodrigues. Mas sim, ainda existe Mariana, uma pressão urbana terrível, uma pressão social terrível. Algumas questões que nós temos que

discutir, sim, olho no olho. Talvez eu não seja a pessoa mais indicada a estar aqui nesse microfone falando isso. Eu sou um gestor social de formação, eu sou um servidor de carreira. Isso aqui é como uma cobrança de pênalti, deveria ser o diretor, o presidente do clube a cobrar pênalti, Então, tomar uma decisão dessa, a assinatura de uma licença ou a convivência ou a anuência de um projeto desse tamanho, a responsabilidade é muito maior. Eu direi para os senhores, eu sou um servidor de terceiro escalão, mas sou um cidadão de primeiro escalão. Então, como cidadão aqui, eu gostaria de conclamar a todos, sim, que a gente sente de cabeça fria e vamos discutir um projeto de longo prazo que faça bem para a cidade, que faça bem para o acionista da mineradora, que um negócio é negócio, tem que conseguir resultado. Não seremos mentirosos, um negócio que não dá lucro, não é negócio. Hoje em dia, até para pedir uma benção de bom dia, tem que dar um dinheirinho. Então, nós sabemos como funciona isso. Vamos sim ser responsáveis. O meu convite a todos os senhores e senhoras e aqueles que estão me ouvindo fora daqui, é que nós tenhamos sim responsabilidade com esse longo prazo que o projeto está propondo, sem criar barreiras desnecessárias, sem criar obstáculos desnecessários, mas sim com pelo chão, com a mineração sustentável. Muito obrigado a todos e muito obrigado aqueles que vão compactuar com essa ideia e vão levantar bandeira junto com a Mariana, junto com meu povo.

01:54:11:07 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do Sr. Israel. Nós passamos então para nossa terceira parte, que é em relação à manifestação dos inscritos. [Vou] Solicitar a assessoria se pode colocar no telã, para a gente, a quantidade de inscritos e os nomes, só para os inscritos terem ideia. Nós temos ali, então, os inscritos, nós temos 29 inscritos para este item. Lembrando, são três falas. Cada inscrito tem três minutos para se manifestar e após a gente abre a palavra à empresa para resposta, Ok? Primeiro inscrito, o senhor Sérgio Alvarenga de Mourão. O Sr. Sérgio, Boa noite. O senhor tem três minutos. Com a palavra.

01:55:18:23 [Sérgio Alvarenga de Moura] - Boa noite a todos. Só uma retificação. Meu nome é Sérgio Alvarenga de Moura, eu sou diretor executivo do Sindicato Metabase de Mariana. Sindicato esse que representa os trabalhadores da Samarco, da Vale e de

outras empresas aqui na nossa região. O sindicato Metabase Mariana, vem hoje a público declarar seu total e incondicional apoio ao projeto de licenciamento de longo prazo da Samarco ora proposto, assim como fizemos quando das audiências públicas realizadas no ano de 2007, em que ela pleiteava a LOC. Outro apoio dessa instituição, embora não seja objeto, mas é extremamente importante. Não, não é objeto dessa audiência. É que a nossa instituição, em relação ao processo de recuperação judicial, a gente acha que é extremamente importante, de grande relevância, para a sobrevivência da empresa. Uma coisa está diretamente atrelada à outra e por ser um processo tão complexo e de extrema relevância, nós nos vemos obrigadas a contratar um escritório de advocacia exclusivo para tratar essa questão. Os motivos que nos leva a apoiar esse licenciamento, então, são os meios daquela época. Os quais vamos recapitular e fazer algumas observações. Primeiro, a Samarco tem ainda um longo caminho a percorrer quanto à reparação e compensação dos danos causados ao meio ambiente e às vítimas da tragédia de novembro de 2015. Segundo, a Samarco, ainda tem que recontratar mão de obra direta, que ainda está desempregada ou em atividades inferiores às que exerciam antes do rompimento da barragem, ou estão em atividades informais. Terceiro, a Samarco tem que resgatar as perdas salariais oriundas do período em que os salários ficaram congelados. Perdas essas que estão em torno de 48%, segundo cálculos do Dieese, sendo que durante todo esse período de congelamento de salários, a Samarco prometeu que iria rever essas perdas tão logo retomar essa produção. Pois bem, a produção foi retomada em um momento em que o minério de ferro estava no auge do seu preço e as vendas a todo vapor e ambos ainda estão. Porém, a Samarco simplesmente voltou as costas para os seus trabalhadores, ignorando tal promessa. Trabalhadores esses, que defenderam a empresa no pior momento de sua história, deixaram seus postos de trabalho eventuais e foram atender as vítimas, trabalhando em atividades nunca exercidas, em jornadas prolongadas e exaustivas que estendiam até os finais de semana e longe de suas casas e que em várias vezes, em que em várias situações, foram inclusive ameaçados de morte, acusados de serem também responsáveis pelas mesmas...

01:58:24:12 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Sr. Sérgio, o

Sr. só tem dez segundos para concluir.

01:58:29:09 [Sérgio Alvarenga de Moura] - Bom, infelizmente ainda há uma ferida aberta e essa ferida precisa ser cicatrizada. Mas esta cicatriz ficará para sempre e a nossa luta é, e sempre será, resgatar a dignidade de nossos companheiros. Muito obrigado.

01:58:48:07 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação. Peço desculpa ao chamar o senhor de Mourão. É porque então, senhor Moura. Senhor Daniel de Mota Nery. A organização só solicitou quem vier aqui em cima, só ter cuidado com a escada. Ali está mais escuro. Sr. Daniel, o senhor tem três minutos, com a palavra.

01:59:27:05 [Daniel da Mota Nery] - Boa noite a todas e todos. Eu sou Daniel Nery, sou professor do IFMG aqui no campus Ouro Preto. Eu vim aqui pra gente nesses três minutos tentar apontar alguns elementos que não apareceram no EIA/RIMA, não apareceram na fala da empresa, na fala da empresa que está fazendo o estudo, que diz respeito ao impacto ambiental que esse empreendimento deve trazer a bacia do Rio Doce. É muito sério, é muito grave essa omissão, tanto nos estudos, quanto aqui hoje, é muito sério. Olha, para vocês terem uma ideia, as duas grandes pilhas, elas estão a primeira a 500 metros do velho Bento, 500 metros. A 500 metros do Gualaxo do Norte, o rio que recebeu toda a lama de Fundão. A segunda pilha, a maior, o nosso cidadão de primeiro escalão que esteve aqui e falou muito bem e tal, muito preocupado com Camargos, devia ter lido EIA/RIMA, porque a segunda pilha está a 250 metros de Camargos, 250 metros. Toda a correia transportadora está ao longo do caminho que a lama de Fundão percorreu. Estão repetindo aqui sustentabilidade, responsabilidade. O nosso amigo ali da Samarco, falou em arrependimento. Aprendemos com os nossos erros. Olha, gente, Minas Gerais hoje passa por um processo de completo desmonte da estrutura do licenciamento ambiental. Completo desmonte, absoluto desmonte. O que a gente está vendo aqui hoje é a confirmação disso. Minas Gerais precisa de intervenção federal. Minas Gerais precisa que o Ministério Público Federal, que no momento é o

único agente público que tem se atentado para as graves violações ao Estado de Direito que tem acontecido em Minas Gerais, ligados à mineração, pode fazer alguma coisa. É muito sério que não tenha aparecido nessa audiência pública até agora, Gualaxo do Norte, Ribeirão do Carmo, Bacia do Rio Doce. Estão colocando um empreendimento em cima do rio que eles ajudaram a matar. Olha, vão falar, estão falando que vão guardar o rejeito úmido em cava, cava de rocha. Até uma criança sabe que cava tem rebaixamento de lençol freático, que cava, tem contaminação de lençol freático. Vão colocar rejeito dentro de cava. Vou licenciar isso em Minas Gerais. Não é possível. Não é possível colocar um mapa aqui o empreendimento que chega na cabeça do Parque Nacional da Serra do Gandarela. Na área de amortecimento do parque. Estão desprezando completamente o meio ambiente em Minas Gerais. A Vale do Rio Doce, a BHP Billiton, que ajudaram a matar o Rio Doce, que ajudaram a matar o Rio Paraopeba, que mataram 300 pessoas, chegam...

02:02:27:20 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Sr. Daniel só tem dez segundos para concluir.

02:02:31:20 [Daniel de Mota Nery] - Vou concluir. Chegam aqui com essa cara limpa, tranquila, com discursos pomposos, querendo passar para o povo de Mariana, de Ouro Preto, de Minas Gerais, esse empreendimento.

02:02:48:16 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do senhor Daniel. Agora na próxima próxima inscrita, Senhora Marilda Dionísia. Senhora Marilda, a senhora tem três minutos.

02:03:09:21 [Marilda Dionísia] - Boa noite a todos. Estou aqui hoje como parte da comunidade do Morro de São Sebastião. Nós nos consideramos atingidos pela Estrada da Purificação, estrada essa que a gente sabe que a Samarco quer transformar em corredor minerário. A nossa fauna, nossa flora, nossa água, nosso meio ambiente, famílias e animais, todos somos atingidos. A Samarco mata, a Samarco, que nos destruir. A comunidade do Morro São Sebastião está unida. Essas quatro por quatro que

vem da mineradora todos os dias, manhã e noite. Ela está quase nos matando. Semana passada atropelou um animal e saiu fugido, como se fosse um ratinho. A comunidade do Morro São Sebastião quer respeito. Exige respeito. Nós queremos também o estudo de impacto sobre a estrada, não nos foi apresentado, não nos deram o direito de conhecimento do impacto dessa estrada. Nós temos nascentes, nós temos nascente do Rio das Velhas, nós temos água de todos os lados brotando, não nos respeitam. A Samarco não respeita a comunidade do Morro São Sebastião e estamos aqui para exigir que essa estrada seja simplesmente para atender a comunidade de Antônio Pereira, como foi quando foi condicionante no primeiro momento. Vocês estão abrindo as estradas para que seus caminhões, seus carros, passem e nos matem. Nós não queremos morrer. A comunidade do Morro São Sebastião vai resistir o quanto for possível diante dessa matança. Nós queremos viver e queremos o sossego que aquela serra nos permite.

02:04:59:00 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação da senhora, a senhora Marilda. Aí nós tivemos o primeiro bloco, com três, três manifestações, entre elas, alguns questionamentos. Então, eu passo a palavra ao empreendedor, que terá seis minutos para se manifestar.

02:05:23:03 [Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - Vamos aqui buscar responder ao máximo dos questionamentos. Então, a gente vai se dividir um pouco, vou falar um pouco dos assuntos e vou chamar BRANDT que é especialista para falar de outros temas que foram citados. O senhor Sérgio falou um pouco de recuperação, uma recuperação judicial, de reparação, de perdas. Então, a Samarco quer reafirmar seu compromisso com a recuperação. Claro que esse projeto, de fato, faz parte de um planejamento de toda essa reestruturação da Samarco, de continuidade das suas operações. É um projeto importante, mas nós nunca vamos deixar, essa marca e seus acionistas, de cumprir integralmente com todas as reparações que faz parte para que a gente tenha habilitador, para que a gente seja de fato, tenha condição de seguir com a nossa produção. O Daniel falou do Rio Doce. Daniel, a BRANDT vai responder sobre isso, que tem mais condição técnica e quem fez o estudo. Eu queria falar da distância e

da posição de Camargos em relação às pilhas. Camargos ela está, as pilhas ela está atrás do morro na serra. Então, Camargos, apesar da distância pequena, mas ela está, as pilhas estão atrás desse Morro do Gaoba, as pilhas estão do outro lado desse morro, que é um paredão, que é uma estrutura de fato natural de proteção. A senhora Marilda falou da Estrada da Purificação, Dona Marilda, aqui a gente quer falar um pouquinho da estrada. A estrada ela é o cumprimento de uma condicionante do licenciamento operacional corretivo de que a gente falou aqui de 2019, da LOC. A Samarco, junto com a Prefeitura e com os órgãos licenciadores, teve uma preocupação grande com esses aspectos que a senhora destacou, que a senhora colocou. Foi feito sim, um estudo de impacto de vizinhança e a gente vai já vai ficar aqui com o compromisso de fazer uma reunião específica com vocês para mostrar novamente esses estudos. A estrada da Purificação, o conceito do projeto e o que nós vamos executar, não terá nenhuma intervenção fora da plataforma da estrada existente. Houve uma preocupação no conceito do projeto para que ela fosse uma estrada ecoturística. Então nós vamos ter mirantes, nós vamos ter portais, nós vamos ter portais, para limitar o tamanho de veículo que vai trafegar naquela região. Então, o conceito do projeto que nós estamos implementando junto com os órgãos públicos, nós vamos ter portais que vão limitar caminhões, por exemplo, de grande porte e a gente quer e tem o interesse de continuar esse diálogo, mas é uma importante via de interligação de Antônio Pereira com o município de Ouro Preto e foi um requisito do licenciamento colocado pela sociedade. Nós estamos executando essa estrada, 70% dela, cerca de cinco quilômetros com bloquetes fabricados com rejeitos da Samarco. Então, nós estamos transportando rejeitos das nossas minas até a fábrica, para que a gente produza esse material, para que a gente de fato produza esses bloquetes, reaproveitando o rejeito, em linha com o que a gente está buscando de outras, de outras alternativas, de outros usos. Então a gente, de fato, pensou num projeto, num projeto que mitigasse essas preocupações, que não transite caminhões de grande porte. Nós vamos colocar portais e nós não vamos atuar em nada fora da plataforma já existente naquela região. E o estudo de impacto de vizinhança, a gente vai já combinar com a equipe para marcar uma reunião junto com a comunidade novamente, para representar e tirar todas as dúvidas, mostrar o projeto, para que a gente de fato tenha condição de esclarecer ao máximo o que a gente pensou

e estamos executando. É uma estrada que a gente quer e está trabalhando para deixar pronta ainda esse ano. Eu vou convidar então o Alceu para falar um pouco do Rio Doce, que foi trazido pelo senhor Daniel.

02:10:26:16 [Alceu Raposo - Representante da BRANDT - Meio Ambiente] - Bom, eu vou falar aqui da mesa, porque eu tenho uns dados aqui especial do EIA. Aqui eu posso tratar desse assunto com mais propriedade. Na parte do diagnóstico do EIA, diz as seguintes falas além de toda estrutura/área de estudo do projeto está inserida na bacia sudoeste da bacia do Rio Doce, mais precisamente num interflúvio entre as sub bacias do rio Piracicaba e Rio Ipiranga. Nas formas das áreas, esses empreendimentos estão localizados nas porções da alta bacia do Rio Doce, a montante do rio Gualaxo, afluente do Rio do Carmo, pertencente sub bacia do Rio Carmo e aí vem descrevendo, inclusive falando dos impactos propriamente na bacia do Rio Doce e especificamente sobre a mineração também, que traz os impactos inerentes à atividade, como é conhecido por todos nós. Portanto, essa informação está contida no EIA.

02:11:30:46 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação, lembrando aos presentes que caso algum questionamento não tenha sido contemplado na sua plenitude, ao modo de entender de cada um dos senhores, há possibilidade de apresentar o questionamento aqui ou ser protocolado na mesa, ou então, em cinco dias ser encaminhado para o e-mail da Suppri, que posteriormente eu passarei aos senhores. Solicito aos senhores como está sendo, para permanecermos de forma ordeira. Alguns fizeram alguns questionamentos, provavelmente haverão outros questionamentos e no momento, o que a empresa está manifestando, está respondendo o questionamento, eu acho que nem tem como às vezes ele estar escutando o que alguém aí no público está falando para ele responder tal questionamento, porque ele já está se manifestando contra outro. Então que faça a utilização daquilo que a própria DN prevê. A previsão é: protocola aqui na mesa, a complementação de um questionamento, encaminhe a Suppri a solicitação, porque todos esses documentos serão anexados ao processo de licenciamento ambiental e serão avaliados. Então, vamos manter como estamos, de forma ordeira, a nossa audiência. Próxima inscrita, Senhora Geralda Alves

dos Santos. Senhora Geralda, a senhora tem três minutos, pois não. Com a palavra.

02:13:21:13 [Geralda Alves dos Santos] - Ok. Boa noite! Sou Geralda Amorim, moro em Antônio Pereira, estou representando a comunidade. Eu sou moradora e tô lutando junto com a comunidade. Eu gostaria de saber com a Samarco, como é que vai ficar, o que não é reconhecido pela Samarco, desde a barragem de Fundão que rompeu. Nós não somos reconhecidos. Aí eu gostaria de saber o porque que nós não fomos reconhecidos e também do garimpo da Ponte do Gama, que a gente nunca foi reconhecido e o prefeito Ângelo Oswaldo está ali. Eu espero que ele represente o Antônio Pereira direito e digno, que nós quer, que nós estamos jogado, entendeu? E eu gostaria de saber isso aí, com a Samarco. Obrigado.

02:14:16:02 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação da senhora Geralda. Senhora Jéssica Martins de Freitas. Lembrando aos senhores que podem fazer tanto uso do púlpito lá embaixo como aqui em cima. Senhora Jéssica, a senhora tem três minutos. Pois não. Com a palavra.

02:14:41:04 [Jéssica Martins - Secretária de Meio Ambiente de Anchieta(ES)] - Boa noite a todos. Eu sou Jéssica Martins de Freitas, representando aqui a Prefeitura de Anchieta em nome do prefeito Fabrício Petre. Eu sou secretária de Meio Ambiente de Anchieta. Apesar do licenciamento, não, não ter relação direta, direta e indireta com a prefeitura de Anchieta. Nós temos atividades lá de pelotização e acaba que o aumento das atividades lá, vão impactar lá também. Nós não tivemos os impactos ambientais da paralisação e do acidente, mas tivemos vários impactos sociais e econômicos. Então, estamos aqui para apoiar a retomada e o aumento gradual da produção. Desde que feita com sustentabilidade, de forma segura e que não traga mais impactos desastrosos, como foi o caso. Então, Anchieta tinha 70% do PIB dependente da Samarco e sofreu muito com isso, de forma falando da questão econômica somente. O PIB e também do Espírito Santo, a Samarco é uma importante empresa também no Espírito Santo. Em 2015, ela representava 4,67% do PIB do Estado inteiro. Então é muito importante também, não só para Anchieta, como para a região Sul e para o estado do Espírito Santo

que a Samarco retome as atividades e aumente a sua capacidade produtiva. E lembrando sempre de forma segura e sustentável e, eu espero que, o processo de licenciamento como secretário de Meio Ambiente também, seja o mais claro e transparente possível e é muito importante a participação popular. Colocando todas essas questões dos impactos e do conhecimento da região para que o licenciamento aconteça da melhor forma possível. Muito obrigada!

02:16:35:06 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Eu agradeço a manifestação da senhora Jéssica. A senhora Ana Carla Cota. Senhora Ana Carla, a senhora tem cinco minutos, só lembrar aos senhores a audiência pública é gravada e depois ela é transcrita para falar mais próximo ao microfone, para a gente ter facilidade para a gravação.

02:17:05:00 [Ana Carla Cotta - atingida pela barragem] - Boa noite a todas e todos. Boa noite a minha comunidade de Antônio Pereira, presente. Eu sou Ana Carla Cota, atingida pela Barragem do Doutor, da Mina de Timbopeba da Vale, a Samarco é Vale mais BHP Billiton. A gente não pode esquecer disso. Hoje, Antônio Pereira, não foi citado sequer aí. Eu vi basicamente algumas ilustrações falando de Antônio Pereira e tudo o que se fala impactos em Ouro Preto. Quais são os impactos reais em Antônio Pereira? Sendo que sim, é o distrito onde todo esse minério é explorado, é a galinha dos ovos de ouro. Vão, eu convido o senhor Superintendente, Vá, vá comigo e mais alguns aqui, ao distrito de Antônio Pereira, porque eu tenho consciência e é fato, de que em 2021 e 2022, houve uma arrecadação da Samarco apenas, sem contar a Vale, de cerca de 400 milhões de repasse à prefeitura. Isso dá 200 milhões em 2022, mais ou menos 20 milhões por mês. Convido o senhor prefeito a ir morar em Antônio Pereira. Passar o que nós passamos em Antônio Pereira. É poeira. é droga, é prostituição. É esse progresso que vocês estão levando para Antônio Pereira, tá. Porque em 2025, a Samarco não falou aí na apresentação, mas são cerca de 3.500 pessoas flutuantes. E hoje, qual é o estudo que a Samarco fez para ver se Antônio Pereira comporta essa população flutuante? Antônio Pereira é um distrito que ainda precisa fazer uma atualização no seu senso, mas que no último censo, tinha cinco mil habitantes. Fora que hoje, com o

descomissionamento da barragem do Doutor, nós vemos chegar cada vez mais pessoas flutuantes. Chegam empresas contratadas com 1.000, 1.500 e isso vocês não estão lá para ver. Fora as obras que tem poeira, sabe? Viver em Antônio Pereira, hoje, é um sofrimento. Antônio Pereira, hoje é um território de dor, sofrimento e morte. Eu coloco aqui mais vez o trânsito na MG-129. Convido o Senhor para quando for comigo e esse é um convite muito sério, que vá no horário de pico. Vá para você ver que, 16 quilômetros são feitos em duas horas e eu não estou brincando. Imagina uma mãe de família, ter que levar seu filho pra Mariana, sair da vila de Antônio Pereira ir para Mariana. Duas horas. E cadê? Onde estão esses estudos? Eu não vi. Eu quero saber! Não comporta. Essa rodovia já não comporta as obras de descaracterização da barragem do Doutor. E quando vocês falam em saúde, Cadê? Cadê os estudos da saúde de Antônio Pereira? Estamos todos sofrendo. A saúde mental de Antônio Pereira, todo mundo passando por depressão, ansiedade, fora a poeira. O que está acontecendo? O elevado número de pessoas com alergias, problemas respiratórios. Isso não aparece. Nós estamos morrendo. É o distrito mais impactado por essas obras. Nós não necessitamos dessa ampliação. Nós não precisamos desse minério no nosso distrito. Tá?

02:21:07:19 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço essa manifestação da senhora Ana Carla. Só para situar, eu sou diretor de controle processual da Supram Norte. Eu estou aqui para presidir a reunião por designação do Subsecretário adjunto. Então, pelo processo SEI -1370010005977/2023-03, não sou superintendente, eu sou diretor de Controle Processual da Supram Norte que fica em Montes Claros, Norte de Minas. Mas eu aceito convite da senhora. Fazendo isso, eu passo a palavra ao empreendedor, que terá seis minutos para se manifestar. Lembrando que a empresa tem seis minutos.

02:22:02:21 [Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - Então vamos, vamos passar pelos pontos levantados. Dona Geralda, ela falou sobre o reconhecimento de Antônio Pereira no processo e a Samarco queria reafirmar seu compromisso com TTAC, seu compromisso com a reparação integral dos danos e seu compromisso com tudo o que for de sua responsabilidade. A Samarco, junto com as

suas, com as suas acionistas, é importante que a gente de fato entenda que esse projeto é importante no planejamento a longo prazo, como já dissemos aqui, e a Samarco está integralmente comprometida com a reparação total dos danos. Eu queria aproveitar e falar dos pontos também da senhora Ana Carla. A gente tem um grupo e formamos um grupo com as outras empresas para avaliar a impactos cumulativos naquela região. A gente entende a importância de trabalharmos juntos com essas, com essas ações, buscar alternativas. Esse projeto acontece em 2025/2026. Então, dentro do planejamento da Samarco, de uma retomada gradual, uma das avaliações foi exatamente essa. A gente conseguir distribuir isso ao longo do tempo, para que a gente pudesse mitigar um impacto cumulativo naquela região, que a gente sabe que tem muitas obras de descaracterização, principalmente. Então isso foi distribuído ao longo do tempo. Então, estamos passando por esse processo de licenciamento agora, mas efetivamente teremos obras em 2025, 2026 e 2027. Então, nesse momento nós teremos a descaracterização, já quase que terminando. A descaracterização, digo, a descaracterização das barragens da Samarco. Eu não conheço a fundo o cronograma da Barragem de Doutor da Vale. Quanto ao trânsito da MG-129, também várias ações estão sendo implementadas de distribuição de turno, de alternativas de acesso, de transporte coletivo, ao invés de transportes individuais. Esse grupo também com as outras empresas, nós vamos traçar estratégias para que isso possa ser de fato mitigado. Com relação ao comentário da senhora Jéssica, e aí vou aproveitar e voltar em comentários de outro colega, nos seus primeiros questionamentos. É muito importante que consigam, de fato, fazer com que a mineração gere valor de maneira sustentável, responsável e com novos processos. A mineração é de fato importante para nossa sociedade, seja mineira e capixaba, e a gente tem o total entendimento da responsabilidade também da empresa nesse processo. Nós temos que ser capazes de buscar alternativas tecnológicas, seja no Brasil ou no mundo, que torne a operação possível, segura e sustentável. Eu queria aproveitar o Alceu, por favor, se eu for para falar um pouco do levantamento impactos, aí, em Antônio Pereira nesse processo.

02:25:41:12 [Alceu Raposo - Representante da BRANDT - Meio Ambiente] - Bom, ao longo do Estudo de Impacto Ambiental, a AIA - Avaliação de Impacto Ambiental, Antônio

Pereira está contemplado com seus impactos. Talvez, no RIMA não esteja com a profundidade devida, como está EIA/RIMA. Mas Antônio Pereira, ele contempla todas as questões de incômodos relacionados a ruído. A gente cita que, embora essas atividades ocorram internamente ou no empreendimento, há impactos no distrito de Camargos e também no distrito de Antônio Pereira, principalmente, pela rodovia MG-129, onde receberá os fluxos de veículos associados do projeto, pessoas atraídas pelas oportunidades de empregos, também, tendem a impactar essa infraestrutura que é escolas, postos de saúde, desses distritos. Os incômodos também relacionados ao meio físico, como qualidade do ar e ruído, também foram contemplados como impactos estão lá no item de Avaliação de Impacto Ambiental e para todos esses impactos ambientais, como geração de expectativa, ruído, poeira, todos eles, existe um programa específico para mitigar esses impactos ambientais. Mas em relação a Antônio Pereira, de fato ele está contemplado e é importante sim, como distrito principal, receptor dos impactos ambientais da Samarco.

02:27:28:40 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço os esclarecimentos do senhor. Agora a gente passa para outra etapa, com outra rodada. Senhor Waltuir Ribeiro Mendes. Sr. Waltuir, o senhor tem três minutos, pois não? Com a palavra.

02:28:02:13 [Waltuir Ribeiro Mendes] - Meu nome é Waltuir Ribeiro Mendes Júnior, eu sou garimpeiro, eu mexo com ouro e eu queria falar o seguinte, sobre as duas barragem, essa barragem que do Fundão, eu estava trabalhando em Camargo no rio, que eu sou garimpeiro, meus negócio foi tudo embora e eu não foi reconhecido, por conta que o meu endereço é de Antônio Pereira. Agora essa outra barragem do Doutor, tirou minha família toda e eu moro a uns 200 metros dela e ela tem 100 metros de profundidade. Ela deu água com 18 metros, desculpa, e eles não tomam nenhuma providência. Com o compactador lá, não pode passar de motor, porque se não abala lá e é perigoso ela desabar. Então, eu estou muito próximo dessa barragem, eu queria que, pelo menos, não esperasse chegar no nível três para fazer uma muralha, que é onde que a barragem desabar lá, não atinja Antônio Pereira. E, esse aí, é o meu medo maior hoje em Antônio

Pereira. O meu carro, eu tenho que lavá-lo todo dia, que a poeira, todo dia, se eu lavo ele hoje, amanhã cedo eu posso dormir lá, que ele está todo empoeirado. Então, é muita poeira mesmo. Perto de onde eu moro está feio. Eu trabalhei também lá onde que está fazendo vertedouro, aí eu estava trabalhando manual lá, tirando o ouro, a Vale veio e me tirou. O que que me reconheceu? Nada, até hoje. Então, o Rio, quando enche, eu vejo dois metros assim da minha filha, da minha sogra, do meu filho que tirou que eu moro. Eu vejo o Rio lá que dá medo. Eu e minha esposa ali, não temos sossego nem para dormir, com medo de acontecer o pior. O que aconteceu em Brumadinho. Eu olho assim para o outro lado do rio e eu fico imaginando aquilo desabar tudo em cima de nós. Isso aí é um absurdo. Isso aí para mim, está sendo um absurdo de uma tiração. Então, só queria isso, só reclamar isso.

02:30:18:12 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Eu agradeço a manifestação do Sr. Waltuir. O Sr. José Antônio Gonçalves Ferreira. Senhor José, o senhor tem três minutos, pois não? Com a palavra.

02:30:51:16 [José Antônio Gonçalves Ferreira] - Boa noite a todos. Boa noite a vocês também que são mais importante. Essa população toda está aqui hoje, para discutir um caso bem emblemático, que a pessoa acha que é coisa simples, mas não são, porque nós passamos pelas nossas dificuldades. Eu sou morador de Antônio Pereira, há 43 anos. Estou desde 1979 que eu cheguei em Antônio Pereira, a Samarco estava com dois anos. Ela foi bom pelo sustentável do Antônio Pereira? Foi. Mas também trouxe impactos, impacto social, impacto físico, igual foi dito aí. Hoje, com essa nova expansão dessa barragem aí de descomissionamento, nós também vamos ser atingidos fisicamente, socialmente, que tudo acarreta e acaba a atingir. O município tem que arcar essas coisa com questão de segurança, questão de saúde, educação. Então, eu vim aqui só para poder fazer uma pergunta para o Sr. Eduardo. O que você vai fazer para nos ajudar na reparação e compensação de Antônio Pereira com essas coisas que vão atingir até 2029, nesse prazo que tem dessa nova estrutura da Samarco? Eu não sei falar bem, mas estou falando aqui o que nós vivemos, o que nós sentimos em Antônio Pereira. Não estamos aqui para criticar ninguém. Nós estamos aqui para ser

reconhecido, nosso direito e ter nosso apoio. Eu acho, na minha opinião, é nos juntarmos. Nós e os municípios e fazer um projeto de condicionante, como sempre é falado, para que essa compensação venha e seja colocada em Antônio Pereira, que seja investido todo o repasse da compensação, porque nós estamos diretamente mais atingidos em Antônio Pereira do que Ouro Preto, nós somos o distrito mais próximo da mineradora da região, exceto a região de [inaudível], que agora não existe mais. Antônio Pereira é o distrito mais próximo da Samarco e da Vale. Então, nós precisamos ser reconhecidos e nós precisamos também que sejamos reconhecidos e feito a nossa reparação, com sinceridade a comunidade, que não venha a desviar para o outro lado, que muitas vezes, está passando aqui e pode ser fatiado para o outro lado. Então, que façam um direcionamento diretamente para a comunidade. Nós temos o nosso Vereador também aqui, que pode entrar com esse projeto para nos ajudar lá, para resolver essa situação também, para ficar bem com Vale e ela também com a comunidade. Pois pelo que nós estamos vendo aqui, nós não estamos tão bem com ela, não estamos satisfeitos com ela. Nós queríamos que convivêssemos bem, porque a Vale também faz parte da nossa vida. A Samarco faz parte da nossa vivência, do nosso recurso. Mas também ela está nos atingindo na parte social e ambiental também, entendeu? Muito obrigado. Desculpe, eu não sei falar bem não, gente, mas falei o que eu senti em meu coração. É que eu fico meio nervoso de falar aqui, mas o que eu sentia de falar, foi isso. Muito obrigado.

02:34:12:23 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do Senhor José. Senhora Ernane José Gonzaga. Senhor, desculpa. Senhor Ernane, o senhor tem três minutos.

02:34:35:16 [Ernane José Gonzaga] - Boa noite a todos! Eu vim aqui hoje pedir à comunidade Betânia que dê mais uma vez o seu voto de confiança na Samarco.

02:34:50:21 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Por favor, por favor.

02:34:53:15 [Ernane José Gonzaga] - Mais uma vez em função da LOC, quando na

primeira vez vocês deram esse voto de confiança na LOC e nós cumprimos o que combinamos. A Samarco não tem barragem, mais. A Samarco está fazendo uma mineração diferente. Nós temos hoje um público que gosta da Samarco, ao contrário de muita coisa que foi dito aqui. A gente tem que parar para pensar no crescimento que essa empresa já ofereceu para nossa região, quantos empregos...

02:35:26:21 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Por favor! Se não vou devolver o prazer ao Senhor Ernane.

02:35:32:07 [Ernane José Gonzaga] - Quantos empregos essa empresa já gerou? Quanto crescimento já gerou para as nossas comunidades? A gente precisa ter o discernimento de separar as coisas, separar, porque nós não podemos confundir uma licença, com um problema político que nós temos na nossa região. Nós temos que tratar o problema político, sim. Mas aqui não é o momento. O que nós precisamos hoje é tratar um licenciamento que vai trazer, continuar o crescimento da nossa região. A Samarco é uma empresa que sempre investiu na região, agora, mais do que nunca, foram citados vários programas aqui que nós estamos fazendo de força local. Muita coisa diferente está sendo feita e eu sou testemunha disso. Eu estou na Samarco há quase 36 anos. Eu vivi a Samarco antes do rompimento, do dia cinco, e estou vivendo a Samarco agora. Uma Samarco que realmente tem feito a mineração diferente. Não estou dizendo que fazíamos errado, mas agora a gente está com uma visão diferente, socialmente falando, ambientalmente falando. O que nós precisamos é de mais um voto de confiança para que a gente possa mostrar isso e aí, sim, se a gente não conseguir mostrar, que a sociedade nos cobre por isso. É isso que eu queria dizer. Boa noite a todos e obrigado.

02:36:48:02 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do senhor Hernani. Agora, por favor, nós passamos agora para a empresa. Foi mais um bloco de três manifestações ou questionamentos e agora nós temos a manifestação da empresa por seis minutos, pois não? Empresa, com a palavra.

02:37:11:19 [Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - Vamos

começar pelo Sr. Waltuir. Senhor Waltuir, a gente de fato não tem informações mais detalhadas sobre a barragem do Doutor. É uma barragem que não é gerenciada pela Samarco, então a gente realmente não tem essa essa informação. Mas a gente queria aproveitar tanto a manifestação do Sr. Waltuir, quanto a do Sr. José, que nos fez uma pergunta direta, né? O que será feito por Antônio Pereira? A gente tem Sr. José, uma série de programas em andamento, uma série de programas que estão no planejamento desse projeto. Nós temos um trabalho muito forte que estamos desenvolvendo. Estamos desenvolvendo muito fortemente, através de um programa da força local, desenvolvendo e apoiando os fornecedores locais, para que cada vez mais a gente consiga ter o fornecimento sendo feito por fornecedores da região. Estamos trabalhando fortemente em capacitação. Antônio Pereira, por exemplo. Temos alguns cursos, inclusive para mulheres, diretamente de soldadoras, de uma série de cursos, tem uma lista de cursos sendo feitos. Então a gente tem uma série de ações em desenvolvimento e, naturalmente, com a nossa, com o nosso aumento de capacidade de produção, a nossa continuidade das operações, isso vai ganhando cada vez mais potencial, isso vai cada vez mais ganhando condição para que a gente continue desenvolvendo e trabalhando muito insistentemente para que a mão de obra local seja cada vez mais a mão de obra que seja aplicada nos nossos projetos e nas nossas operações. Um comentário do senhor José, eu queria fazer um grifo. Eu queria fazer um comentário que esse projeto ele é um projeto que não tem barragem, né, eu queria só fazer esse ponto de esclarecimento. Então esse projeto a gente, como voltamos em 2020, nós vamos empilhar um rejeito a seco. E é importante a gente dizer também que a Samarco está de maneira intensiva, buscando o desenvolvimento de tecnologia. Esse ano nós temos 27 milhões previstos em investimento de desenvolvimento de novas tecnologias, sobretudo de disposição de estéril e rejeito. Estamos trazendo equipamentos de fora do país, as melhores práticas e vamos investir, estamos investindo pesado em desenvolvimento tecnológico, porque a gente acredita muito que a gente tem condição e a gente tem obrigação de dar uma resposta à sociedade, sobretudo a comunidade ouro pretana, que nos recebe há 45 anos, que é possível sim, fazer uma mineração segura, sustentável e que inclua cada vez mais a comunidade local, que compartilhe sim esses benefícios. Nós temos uma série de condicionantes, naturalmente, que vão ser colocadas ao longo desse

processo e essa participação ela é importante até nesse aspecto, para que de fato a gente tenha cada vez mais essas condicionantes sendo implementadas no local de seus maiores impactos. Então, a Samarco queria de fato reafirmar essa posição. Nós não vamos cansar, nós não vamos descansar enquanto a gente não conseguir fazer uma mineração que inclua as pessoas, que olhe para as pessoas, sobretudo aquelas pessoas que estão no nosso entorno. Então vocês podem ter a certeza de que nós estamos trabalhando na empresa diuturnamente, pensando em como fazer isso, em como implementar e como a gente consegue de fato fazer isso acontecer e que o resultado chegue, que é o que interessa. Até lá, até vocês, que isso consiga de fato ser percebido e usufruído por cada uma das nossas comunidades.

02:41:58:20 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação. Passamos agora para os próximos três inscritos senhora Ivone Pereira Zacarias. Senhora Ivone, a senhora tem três minutos, pois não? Com a palavra.

02:42:15:20 [Ivone Pereira Zacarias] - Boa noite pessoal. Meu nome é Ivone, sou vice-presidente do Movimento dos Garimpeiros. Faço parte do Movimento das Mulheres Guerreiras e do Movimento Antônio Pereira para todos. A nossa comunidade não aguenta mais impacto, nós dormimos com poeira, almoçamos com poeira, é poeira o dia inteiro. Nós não aguentamos mais, nem Antônio Pereira e nem a Vila Samarco, mas gostaria de fazer uma pergunta para o senhor Angelo Oswaldo, que abandono é esse que o senhor deixa a comunidade nossa de Antônio Pereira, que não tem médico, uma policlínica daquele tamanho não tem médico, e exame nós temos que vir para Ouro Preto para fazer. Lá é a galinha dos ovos de ouro, o senhor vai lá, pega os ovos e larga a galinha porque o ouro vêm tudo para o cofre de Ouro Preto e nós só recebemos miséria, migalha. O senhor não tem vergonha não? Quando o senhor vai na nossa comunidade lá, o senhor era para ter vergonha, o senhor só está enriquecendo e a comunidade só perdendo. Nós não temos nada. Antônio Pereira pede socorro porque nós não aguentamos mais. Rede de esgoto a céu aberto, água que não tem tratamento, nós almoçamos poeira, nós dormimos com poeira, a casa não para limpa e ainda gente, vai comprar a nossa água. Saneouros maldita. Trouxeram para dentro de Ouro Preto. E o

senhor tem que ter vergonha. Lá é a galinha dos ovos de ouro, que vocês vão lá e colhe o ovo de ouro, trás que quem carrega o ouro preto nas costas é a comunidade Antônio Pereira. Nós somos ricos e pobres ao mesmo tempo. Vocês só querem a nossa riqueza, tá? Toma vergonha na cara e vai cuidar da nossa comunidade, porque é ela que carrega Ouro Preto nas costas, tá? A nossa galinha dos ovos de ouro. Vai lá, pega os ovos, nem a casca bota, nem um pedacinho da casca que nós só vivemos de miséria, de esmola. Antônio Pereira só vive de esmola, tá? E sou muito guerreira, tá? Muito guerreira. Eu sou nascida e criada lá. Então eu posso falar, é a minha comunidade, é o meu povo, eu luto por uma comunidade melhor. Antônio Pereira era para ser um exemplo, tá? O povo era para ir lá e ter orgulho de Antônio Pereira. Chega lá, é aquela vergonha, vai em outro distrito aí que não tem mineradora, é muito mais bem arrumado que a nossa comunidade que carrega Ouro Preto nas costas. Onde está indo o dinheiro que Vale e Samarco estão pagando de imposto? Nossos impostos que vem para Ouro Preto, onde está indo? Onde o senhor está enfiando o nosso dinheiro? Responde pra nós. Vai morar lá no Pereira para o senhor ver o sofrimento nosso, tá? Eu ia fazer pergunta pra Samarco mas não, eu vim aqui para falar é pro senhor mesmo, porque eu não tenho tempo..

02:45:19:08 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação da senhora Ivone. Senhor Wilson Nunes de Antônio Pereira. Senhor Wilson, o senhor tem três minutos, pois não? Com a palavra.

02:45:48:04 [Wilson Nunes de Antônio Pereira] - Boa noite a todos e a todas. Eu sou morador de Antônio Pereira, nascido e criado lá. Eu vejo a mineração como um mal necessário. A Samarco antigamente ela era uma boa vizinha. Depois ela se associou a Vale do Rio Doce e a BHP ela caiu um pouquinho. Agora após o rompimento da barragem do Fundão, a nota que eu dou para ela é zero. O porquê, que que a Samarco fez com o povo de Antônio Pereira? Primeira coisa fechou o Arquidiocesano, que é um colégio exemplo do município de Ouro Preto, cortou uma verba de 15.000 reais que ia pra creche do Centro Comunitário. Teve coragem de entupir o clube do Frazão, onde atendia o povo que carregou ela nas costas, os fundadores da Samarco para poder fazer um canteiro de matas ciliar a dez metros do outro lado, um pasto com 50 hectares. Que

consideração a Samarco tem com nós de Antônio Pereira? Nenhuma gente. Outra coisa, nós perdemos dois jovens no rompimento da barragem do Fundão. Ela não teve coragem de reconhecer Antônio Pereira como atingido. A primeira coisa que ela fez quando a justiça forçou ela a reconhecer, ela recorreu. Não quis, não quis incluir Antônio Pereira como atingido. Que consideração que nós temos que ter com uma empresa dessa? Então é o seguinte, foi o que ela fez com o povo de Antônio Pereira e Antônio Pereira não é aquele Antônio Pereira de 100 anos atrás não. Antônio Pereira, nós queremos um Antônio Pereira de cara nova e não é 45 anos não, é 90 anos de exploração. É uma vergonha para a Vale e a Samarco. Até esqueci o nome da empresa que eu estou com raiva. Chegou em Mariana no ano passado agora. A Cedro Mineração já fez uma doação de 40 milhões para arrumar a BR 129. Samarco e Vale 90 anos de exploração. Caminhão, carro caindo no buraco todo dia, gente todo dia morrendo. Que consideração Samarco e Vale tem com nós? E o senhor prefeito também, 500.000.000 em dois anos, nem um tostão de volta plantou em Pereira. Se eu tivesse poder, prefeito e vereadores, principalmente de quatro e cinco mandatos. Eu mandava era prender vocês. Vocês são os maiores criminosos de Antônio Pereira. É tanta criança na droga, na prostituição. Quinhentos milhões não tem uma obra de duzentos mil. Chega de tolerar esse abuso. Pois é e outra coisa, não se esqueça a coroa deixou aí as igrejas e os barrocos. As mineradoras vão deixar só....

02:49:11:16 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do senhor Wilson. Senhor Wilson. Por favor, senhor Wilson. Senhor Wilson. Senhor Wilson. Obrigado. Obrigado. Senhor Wilson. Senhora Letícia Camarano. Boa noite, senhora Letícia. A senhora tem três minutos, pois não? Com a palavra.

02:49:39:11 [Letícia Camarano - Advogada da Área Ambiental] - Obrigada. Boa noite a todos. Eu sou a Letícia, sou advogada da área ambiental, também sou membro fundadora do Fórum Permanente São Francisco. Estou aqui difícil de falar após a fala, nada não é engraçada, é uma fala doída. É muito difícil falar nesse auditório quando o conceito de crescimento é diferente entre nós. De um lado está o lucro e de outro lado estão vidas e meio ambiente. Então não é cômodo falar dessa forma, enquanto a gente

não tiver o conceito de crescimento de uma comunidade estabelecido. Há sete anos atrás eu cheguei em Mariana, em Bento, e a primeira coisa que eu vi, uma familiar que tinha perdido o filho triturado na lama da Samarco, assim como vários em Brumadinho, ela pediu Doutora, eu fui para ajudar. Ela falou Deus dói. Então a minha contribuição é de consciência aqui para todos vocês, para quem acredita nisso, espiritualidade. Onde que Deus dói? O que Deus estaria dizendo disso hoje? Ou que a crença de cada um, o coração de cada um hoje, enquanto a gente abria essa audiência pública, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais estava fazendo uma audiência com a população atingida, que até hoje não teve a reparação integral. Eu pergunto que tipo de discussão moral a gente pode ter aqui discutindo novo projeto nada sustentável, enquanto pessoas morreram vivas, trituradas na lama. Eu queria lembrar como advogada, eu acho que isso todo mundo já sabe, né? O artigo 225 adicional que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e é um dever de todos nós cuidar desse meio ambiente equilibrado.

Eu pergunto onde está o equilíbrio nessas pilhas, nessa nova cava e rebaixamento de lençol freático no mundo de emergência climática em que a gente está precisando, não mais de exploração, mas de mais preservação? Eu tenho muita vergonha de estar aqui neste momento discutindo devastação ambiental no momento em pleno 2023, que a gente deveria estar discutindo preservação ambiental, lembrando que o PIB da mineração em Minas Gerais é 4% e não Minas Gerais não tem vocação para minerar. Minas Gerais tem vocação para água de qualidade especial preservada pelas cangas ferruginosas. Então o tempo é curto mas eu queria fazer essa reflexão onde que Deus dói em cada um aqui em memória das mortes, em memória das quase 300 mortes, de soterrados vivos na lama também de Brumadinho e aqui em Bento e Mariana. Obrigado.

02:52:40:10 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação da doutora Letícia. Aí nós tivemos mais um bloco de três manifestações. Eu passo ao empreendedor. Seis minutos.

02:52:53:07 [Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - Ok. Eu vou falar de maneira às três. Dona Ivone, senhor Wilson e Dona Letícia também falou sobre

uma abordagem, uma abordagem muito parecida. Primeiro, é realmente a Samarco reafirmar o seu compromisso com a reparação, a Samarco reafirmar seu compromisso com Antônio Pereira de uma aproximação. Passamos, de fato, por momentos difíceis. 5 de novembro de 2015 com o rompimento da barragem de Fundão, de fato, é um momento que não esqueceremos e que nos marcou profundamente. Mas a gente com a retomada desde 2020, estamos retomando os nossos processos, estamos retomando ativamente essa aproximação, abrindo cada vez mais o diálogo, ganhando capacidade de investir e a gente quer reafirmar esse nosso compromisso com Antônio Pereira. A gente entende plenamente a importância, a gente entende a proximidade e a gente está de fato com muita atenção e vocês verão isso acontecendo no dia a dia lá porque a gente vai de fato num processo e num andamento de aproximação desse diálogo, e fazer as coisas acontecerem muito forte. E doutora Letícia, eu queria dizer que a gente tem trabalhado muito, a gente tem trabalhado muito para buscar alternativas tecnológicas. A gente entende que a Samarco, ela tem uma importância, ela pode contribuir. A gente acredita que a Samarco pode contribuir com a sociedade, que a Samarco pode de fato contribuir com as comunidades. Estamos buscando alternativas e buscando, de fato, alternativas que sejam sustentáveis. Esse projeto ele já nasce com um novo processo. Ele já nasce com um processo onde nós reciclamos ou reutilizamos quase 90% da nossa água, porque a gente tira a água desse rejeito na planta de filtragem e essa água volta para o processo. A gente trabalha com esse empilhamento a seco. A gente tem vários outros, várias outras ações, várias outras alternativas sendo estudadas. De fato, a gente não tem ainda tecnologia dominada para todas essas soluções, mas estamos investindo muito. Eu disse aqui um pouco atrás, e se vocês vão me permitir repetir, nós estamos investindo esse ano cerca de 27 milhões em tecnologia em inovação em busca de alternativas. Porque, de fato doutora Letícia, a gente acredita nisso que você falou. A gente acredita que nós temos que buscar, nós temos que conseguir essa busca de fato produzir de maneira cada vez mais sustentável. E eu gostaria de também deixar uma informação a respeito de reparação a Samarco e suas acionistas elas indenizaram cerca de 410.000 pessoas. Nós já repassamos para a Fundação Renova cerca de 28 bilhões de reais para reparação. A gente sabe, a gente sabe que temos muito a fazer, a gente...

02:56:50:14 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - [INTERRUPÇÃO] Por favor, Professor. Por favor, Professor... Professor, por favor. Eu solicitei e ninguém interviu na sua palavra, na sua manifestação, nem eu. Então, não vamos intervir na manifestação dos demais se não, nós não vamos sair professor. Ok professor, o senhor já se manifestou. Ok, professor entendido, entendido, entendido, entendido, entendido. Não, entendido. Professor, por favor. Se for assim, a gente não vai continuar a reunião. Por favor, Professor. Todos aqui respeitaram a sua manifestação. Respeite do seu colega. O senhor já se manifestou. Por favor, devolva o tempo. Devolva o tempo a empresa. Devolva o tempo à empresa, por favor. Por favor, pode continuar.

02:58:38:02 [Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - Essas informações são públicas, essas informações estão no site e a gente achou que é importante de fato falar disso. A gente entende que existe muito espaço para evolução, muito espaço para melhoria. A Samarco está cada vez mais participando e cada vez mais próxima da reparação que a gente entende, fielmente que é um habilitador no nosso negócio. E podem ter certeza que há um compromisso muito forte em reparar integralmente os danos do rompimento de Fundão.

02:59:23:07 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] Agradeço a manifestação. Próximo inscrito senhor Ronald de Carvalho Guerra. Senhor Ronald o senhor tem três minutos, pois não? Com a palavra.

02:59:59:04 [Ronald de Carvalho Guerra - Representante Instituto Guaicuy] - Boa noite a todas, todos e a todes. Primeiro eu queria colocar que eu preferi sentar aqui, ficar aqui, falar aqui, porque o papel eu estou representando o Instituto Guaicuy que é a ONG do Projeto Manuelzão, que tem uma história de militância na área ambiental que todos, muitos conhecem. E o Instituto Guaicui foi a assessoria técnica independente escolhida pela população de Antônio Pereira no processo judicial que a Vale é ré, no processo de descondicionamento da barragem do Doutor que tanta dor causou com esse processo no território, a lama invisível. Gostaria de falar que escolhi ficar aqui para ficar mais

próximo da população de Antônio Pereira, porque eles precisam de melhor participação informada, mais conhecimento, mais apoio técnico. E a função da assessoria técnica é essa, trazer advogados, técnicos das diversas áreas, pessoas especialistas que possam dar suporte para que eles possam lutar pelos seus direitos, por tantas violações. Sei que o tema não é só esse, mas existe uma relação direta da expansão Samarco com a comunidade de Antônio Pereira, com todo o território, num território de mineração, onde a gente vê um histórico de uma mineração predatória nesse território. Conheço a Samarco há muitos anos, já atuei no poder público, reconheço que a Samarco já desenvolveu muitas propostas, mas com o rompimento da barragem do Fundão, com o modelo adotado, da Fundação Renova e todo o processo amparado, inclusive pela justiça, a gente vê a dificuldade que é essa reparação integral de todos os atingidos pela mineração naquela região. Mas vou dar foco no objeto nosso aqui, que é o licenciamento. Primeiro, nessa audiência a gente pode pouco abordar sobre isso. Os temas são longos, complexos. Então o que o Instituto se propôs é que os atingidos com nosso foco é Antônio Pereira ter o apoio da assessoria técnica para a redação de um documento onde possa ser incluído no processo de licenciamento as principais recomendações da população de Antônio Pereira. Reforço, atingido pela barragem de Antônio Pereira na decisão judicial, é toda a população de Antônio Pereira, os 5000 habitantes e da mesma forma, esse processo de expansão. Porque a gente pode falar que não é só a retomada da produção, mas é um processo de....

03:02:58:17 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - O senhor tem dez segundos.

03:02:59:03 [Ronald de Carvalho Guerra - Representante Instituto Guaicuy] mineração da Samarco também impacta esse território. Então eu não vou poder falar de todas essas considerações. O processo é um pouco cruel para que os atingidos possam.....

03:03:19:03 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do senhor Ronald. Ao final das manifestações já colocaram, já colocamos

algumas vezes aí na tela o e-mail da Suppri para que sejam encaminhados propostas e algumas das manifestações ou mesmo os questionamentos que não foram respondidos aqui pelos senhores. Então os senhores podem encaminhar, está de novo aí na tela suppri@meioambiente.mg.gov.br. Lembrando aqueles que estão se manifestando que fale próximo ao microfone. Me advertiram aqui que quem está assistindo pelo YouTube, se a pessoa afasta o rosto do microfone, não consegue ouvir a pessoa que está assistindo pelo YouTube se a pessoa afasta o rosto do microfone a pessoa não consegue ouvir. Então tentem no máximo ficar próximo ao microfone para pegar a gravação e para todos puderem, para que todos possam assistir, ouvir na realidade. O link estava disponível, está disponível, depois coloca de novo na tela, por favor. Senhor Henrique Domingos. Senhor Henrique, o senhor tem três minutos, pois não? Com a palavra.

03:04:39 [Henrique Domingos] - Boa noite. Boa noite. Primeiro eu queria dizer bom, eu sou morador da comunidade do Morro São Sebastião, comunidade atingida pela Samarco e pela Vale. Eu queria primeiro dizer que as propagandas e as apresentações e os discursos da Samarco, dá vontade da gente morar dentro delas, né? Assim, os atingidos do Rio Doce falam isso sempre né. As propagandas da Samarco eu queria morar dentro delas, né? São realmente muito bonitas, muito bem feitas. Vale a pena também pesquisar quanto a Samarco gastou de propaganda e quanto gastou de reparação. Tá tudo bem. Queria só pedir para descontar o tempo do ajuste aqui do microfone Enfim, queria direcionar primeiro em respeito e memória, a luta dos atingidos e atingidas do Rio Doce incluindo a comunidade de Antônio Pereira, que não é reconhecida, que lutam há mais de sete anos pela reparação integral e que a Samarco, junto com a BHP e a Vale e a Renova, insistem em dificultar e não garantir a reparação integral. Esse é o fato. O que acontece no território não é o que está na propaganda das empresas. Eu queria direcionar especificamente duas questões, que é tanto em relação que não apareceram no Rima. Como já foi dito aqui o Rima é muito ruim. Queria dizer que achei uma falta de respeito a forma como foi elaborado. É uma falta de respeito com as comunidades, a forma como as informações foram veiculadas lá, muita falta de informação, enfim. Primeira questão: qual a rota de escoamento do minério desde o complexo Germano até Anchieta? Qual vai ser a forma de escoamento? Ele vai ser em

caminhões? Quais horários? Quantos em cada fase do empreendimento? Qual o impacto que isso vai ter? Qual a rota? Vai ser por ferrovia depois? Em quais comunidades? Essa é uma e a outra: qual a forma de acesso de trabalhadores, infraestrutura e tecnologia que vocês estão, tanto disseram aqui que vão ter nesse empreendimento para chegar até o empreendimento. Porque hoje, com os 26%, nós do Morro São Sebastião já sentimos o impacto da mineração como já foi dito, já é usado pelos trabalhadores como rota, então já é infraestrutura do projeto e não é reconhecido como uma comunidade atingida. Não foi, não foi feito lá a apresentação. Queria reforçar isso. Lá a empresa não foi. Foi dito que foi aqui, mas não foi, é importante ressaltar. E aí eu queria só aproveitar a presença do prefeito, secretários, vereadores. Não dá para sentar na mesa com a mineradora à portas fechadas e não sentar com a comunidade. A comunidade tem que estar presente nas negociações. Isso é fundamental é direito de participação da comunidade. Isso precisa ser garantido. Então, só para concluir, eu já vou pedir exceção dos 10 segundos. Eu acho que deu pra ver muito nítido que as comunidades não vão ficar caladas. Nós somos atingidos e nós vamos lutar pelos nossos direitos. Obrigada.

03:07:57:03 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do senhor Henrique. Senhor Leonardo Cereza. Não sei se eu estou falando correto. Pois não senhor Leonardo, o senhor tem três minutos.

03:08:17:23 [Leonardo Cereza] - Boa noite, sou Leonardo Cereza, represento aqui o meu sindicato SINDIFER ao qual sou presidente e esse sindicato é um sindicato patronal, está no estado do Espírito Santo. Represento mais de 600 empresas no estado Espírito Santo, no setor metal mecânico e elétrico e viemos aqui para dar apoio a Samarco como demos na primeira na sua retomada e esperamos que até 2028 a Samarco volte com 100% de sua produção, pois para o nosso estado Espírito Santo e também para o estado de Minas Gerais, para todas as empresas do nosso grupo aqui em Minas Gerais é muito importante também. Só para vocês terem uma ideia, a secretária que estava aqui de Anchieta falou de 4,65 e esse é o mesmo quase 5% do PIB do estado do Espírito Santo está concentrado na Samarco e como já disse, esperamos que até 2028 ela volte com

100% de sua produção, respeitando, isso é muito importante, as pessoas e o meio ambiente do estado do Espírito Santo e de Minas Gerais. Muito obrigado.

03:09:57:04 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do senhor Leonardo. Aí nós tivemos uma rodada de três manifestações, aí eu passo a palavra a empresa seis minutos, por favor.

03:10:07:11 [Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - Obrigado. Eu quero, eu vou aproveitar o ponto, um ponto na fala do senhor Ronaldo e na sequência do senhor Henrique. Primeiro a esclarecer a Samarco, esse projeto ele não trata de expansão. Ele trata de infraestrutura para gerar a oportunidade da Samarco retomar a sua capacidade instalada. Então, de verdade, nós não vamos expandir a nossa, as nossas operações, mas sim como parte do planejamento de retomada da capacidade instalada da Samarco ao longo desse tempo. E o minério extraído na Samarco, ele é transportado via mineroduto. Então a Samarco não usa para transporte do seu minério estrada, nem ferrovia, nem a Samarco. Ela efetivamente, em 1977, ela construiu o seu primeiro mineroduto e nós temos hoje já construído três minerodutos que tem capacidade de escoar toda a produção, incluindo essa produção, que vem com a retomada de 100% da sua capacidade. Os trabalhadores e o transporte, isso a gente tem um planejamento primeiro que a gente, nesse planejamento de retomada, a gente planejou essa retomada de maneira gradual, exatamente para que a gente tivesse uma condição de melhor administração de todo esse impacto em toda a infraestrutura. Então a gente tem uma retomada gradual, uma qualificação cada vez maior e desenvolvimento de mão de obra local para que nos dê condição de usar da melhor forma possível os recursos públicos. Então, o transporte, ele é convencional, a gente incentiva um programa muito forte de transporte coletivo para que a gente diminua cada vez esses trânsitos individuais. Então tem um trabalho hoje muito forte nesse sentido e é importante esse feedback da comunidade, quer dizer, ainda não está suficiente efetivamente o que nós estamos fazendo, então a gente de fato trabalha com todas essas frentes. Eu vou pedir para o Alceu falar um pouco do Rima, que foi falado pelo senhor Henrique.

03:12:51:09 [Alceu Raposo - Representante da BRANDT - Meio Ambiente] - Bom, em relação ao Rima, que é um resumo de forma mais palatável, de forma mais didática, do estudo de impacto ambiental, de fato ele traz essas particularidades. O tempo de referência do órgão ambiental pede para que nós possamos ser o mais simples e o mais didático. E neste caso, eu gostaria de pedir desculpas ao senhor Henrique, se ele achou que o Rima está ruim, eu peço desculpas e entendo que é necessário a gente absorver as críticas e pode nos passar que a gente vai melhorar os nossos produtos, nossas formas de comunicação com a comunidade, em especial o Rima. Mas gostaria de garantir que o UEA, que é o projeto que traz todas as complexidades e todos os estudos ambientais, ele traz a robustez necessária para que a gente possa estar aqui discutindo hoje a avaliação de impacto desse projeto ao longo prazo.

03:13:58:00 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação. Passamos para a próxima rodada. Senhora Marlett Deusdete. Só pra contribuir aqui senhora Marlett para o próximo ficar, saber que é o próximo, o próximo depois da senhora Marlett é o senhor Vander, eu vou fazer dessa forma, porque a pessoa já fica sabendo quem seria o nosso próximo após a senhora Mallet, o senhor Vander Luiz, pois não senhora Marlett.

03:14:45:21 [Marlett Deusdete] - Obrigada. Boa noite a todos. Eu poderia falar olhando para a plateia, mas não é eles que tem que ouvir os nossos problemas né. Primeiramente eu gostaria de agradecer o pessoal que mora no morro São Sebastião. Mesmo não sendo de Antônio Pereira, parece que eles estão mais presentes nos nossos problemas do que os de dentro do lugar. E eu queria dizer o seguinte há algum tempo atrás, se não me engano, dois, três anos, eu tive um orgulho danado de subir aqui em cima e falar gente a Samarco tem que voltar, porque vai ser uma mineração diferente, as coisas vão acontecer diferente, Antonio Pereira vai mudar. Bomba. Antônio Pereira está uma bomba relógio. Vocês fazem ideia de quantas pessoas tem dentro do distrito? Vocês não fazem ideia porque não foi a Samarco que está levando o problema para nós. Será que não foi? Vocês criaram um monstrengo chamado Fundação Renova que está destruindo a nossa comunidade. É uma vergonha. Eu tive que implorar hoje para alguém me dar

carona pra vir cá, porque o trajeto do ônibus não passaria perto da minha porta. Eu tive que ligar e pedir eu quero ir nessa audiência pública, porque eu acho que é importante né. Para eu conseguir alguns containers de lixo foi a maior dificuldade. A Vale até hoje não nos doou o necessário que foi pedido. A Fundação Renova que vocês criaram e que estão lá destruindo a nossa comunidade, sequer nos dá uma satisfação, sequer. Uma falta de respeito que eu tenho vergonha de falar. Eu peço por favor, eu não estou aqui atrás de indenização de dinheiro, eu não estou aqui atrás de reparação pessoal. Eu estou aqui atrás de uma reparação que é de direito da comunidade. Nós sabemos que Antônio Pereira é um distrito mineral. Não adianta gente, nós vivemos do minério, nós vivemos do topázio, nós vivemos do ouro. Foi sempre assim, mesmo sabendo que a gente é explorado. Mas nós estamos lá, firmes e fortes, tentando passar por mais uma avalanche. E hoje eu estou aqui pedindo para vocês, acionista, diretores, trabalhadores, tenham respeito com a nossa comunidade. Tirem esse monstro que chama Fundação Renova que está destruindo a nossa comunidade. Como eu mesma disse, não é por dinheiro, eu estou aqui, não estou aqui por causa disso. Todos falam “ah, mas Antônio Pereira. tem que focar em algo que não é a exploração mineral”. Nós, comunidade, temos que focar em outras coisas, mas as mineradoras não, porque elas querem que saia da nossa casa pra cavar dentro do nosso terreiro, então assim já está cansativo. A mineração, gente, é um mal importante para nós, infelizmente é um mal necessário, porque nós não aprendemos a trabalhar em outra coisa.

03:17:50:22 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Senhora Marlett por favor conclua.

03:17:52:22 [Marlett Deusdete] - Só isso. Vamos educar os nossos filhos para que a gente não tenha que ficar implorando por migalhas dentro de uma mineração.

03:18:04:01 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação da senhora Marlett. O próximo inscrito é o senhor Vander Luiz Pereira e logo depois dele o senhor João Carlos de Melo. Vou pedir para mandar só em relação ao link. Isso em relação ao link para acessar pelo YouTube, acessar pelo site da

Samarco. Então acesse o site YouTube da Samarco para acompanhar a audiência pública e isso já foi divulgado para os senhores. Então o senhor Vander o senhor tem três minutos, pois não? Com a palavra.

03:18:37:14 [Vander Luiz Ferreira] - Boa noite a todos e todas. Bom gente, primeiro eu queria pedir a Samarco um respeito com a nossa comunidade, a nós distrito de Antônio Pereira que não citasse o nome da Renova, porque a Renova de forma alguma representa a nossa região. A Renova, teve representante da Renova, que foi à Câmara de Vereadores e prometeram 5 milhões em investimentos no nosso distrito. Até hoje nem um centavo e ninguém soube explicar. O funcionário da Renova não tirou isso debaixo do braço. O funcionário da Renova não falou isso da cabeça dele. Então eu pediria à Samarco, porque a Samarco falou assim “ah nós não podemos fazer nada porque é a Renova”, mas os acionistas seus estão colocando dinheiro na Renova. Então os seus acionistas estão cada dia mais colocando dinheiro na Renova e é um monstro igual a Marlett falou aqui. É um monstro que vocês criaram na nossa região. E outra coisa gente para esclarecer a essa estrada da Purificação. Eu peço às pessoas que tomem muito cuidado para não estar sendo usado como massa de manobra, porque Antônio Pereira é o distrito mais próximo da sede e o mais distante ao mesmo tempo, porque se você passar pela estrada da Purificação é o mais próximo, agora, se você tiver que dar a volta por Mariana é o mais longe. Então gente, quem não acompanhou está falando besteira porque vai ter portal lá, não vai estar passando. E é uma identidade cultural é a reparação cultural do nosso distrito. E peço respeito aos alunos da UFOP, uma instituição a qual eu respeito muito, quando lançar um vídeo, não falar que Antônio Pereira vai cortar caminho para Ouro Preto. Ouro Preto é nosso, Ouro Preto é nosso e Antônio Pereira pertence a Ouro Preto. Ouro Preto é do Pereira e o Pereira é de Ouro Preto. Isso aqui não é momento também de fazer politicagem não. Não é momento de ficar atacando o prefeito. O momento é esse, de uma discussão séria, uma discussão séria, onde pessoas são atingidas. Não é querer mostrar, fazer politicagem porca aqui, querer atacar o prefeito. O prefeito está aqui, está acompanhando, está presente. Então, oh gente, então nós temos que ter uma discussão séria, então muita atenção, gente, para não ser usado como massa de manobra e cometer falta de respeito com as pessoas. Porque o prefeito

está aqui, ele está presente e Antônio Pereira tem recurso sim. Então peço, peço aqui a Samarco, que nos...

03:21:13:05 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Paralisa o tempo, por favor. Pois não, continue.

03:21:15:21 [Vander Luiz Ferreira] - Então gente, é isso. Quem não acompanhou o projeto da estrada não sabe a importância que tem para nós o distrito de Antônio Pereira. É um condicionante. Pela primeira que aconteceu isso. E o prefeito aqui brigou muito pra isso acontecer também, agora a comunidade de Antônio Pereira vai ficar servindo de massa de manobra? Vai ficar contra a estrada agora que vai ligar o distrito? Nós não cortamos caminho não, para as pessoas que fizeram o vídeo. As outras cidades podem até estar cortando caminho, mas Antônio Pereira não. Antônio Pereira pertence a Ouro Preto e Ouro Preto pertence a Antônio Pereira. Então peço, peço aqui respeito e vi muita gente aqui vaiando...

03:22:01:22 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - E por favor, conclua.

03:22:02:24 [Vander Luiz Ferreira] - E já vi várias pessoas que foram em outras audiências vaiar depois bater na porta da Samarco e da Vale pedindo emprego. Então estão trabalhando gente. Atenção nisso aí.

03:22:10:19 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Senhor João Carlos de Melo, o senhor João, por favor, senhor João Carlos de Melo. Por favor, senhor João, o senhor tem três minutos. Então porque, por favor. Senhor João, pois não?

03:22:43:22 [João Carlos de Melo] - Obrigado senhor presidente. Eu gostaria de cumprimentá-lo em nome da mesa, em nome da plateia dos representantes das comunidades, elas estão se manifestando de uma forma de sentimento como vem se falando, como vem se comentando. Eu estou aqui em nome do IBRAM, o IBRAM é o

Instituto Brasileiro de Mineração, onde é uma sociedade sem fins lucrativos que congrega e representa boa parte das minerações e mineradoras do Brasil, assim como aquelas atividades correlatas que participam na forma precípua de todo esse contexto como um todo. Eu gostaria de fazer um pequeno exercício no exime tempo que nós temos de lembrar certos fatos, o que era e vem e está se propondo a ser a Samarco antes de 2015, 2016. Eu gostaria de lembrar mais um detalhe 5 do 11 de 2015. Nessa data eu estava numa reunião em Belo Horizonte, onde fui comunicado no final da tarde do acidente ocorrido aqui na barragem, ou seja, eu fiz questão de vir aqui, no mesmo dia não, porque foi no final da tarde. Eu fiz questão de vir aqui na manhã seguinte. Cheguei aqui na madrugada praticamente do dia seis e pude observar toda a preocupação inerente, todos os fatos que acabaram concebendo nessa situação, desse grave acidente que aqui ocorreu. Vamos ser sinceros conosco mesmo e hoje a mineração como um todo que se define dentro de três parâmetros básicos, que é a questão de meio ambiente, a questão de sustentabilidade e a questão de governança. Não é só a mineração, isso o mundo inteiro procura atingir através dessa base o que é sucesso, o que é interessante para qualquer sociedade, em qualquer nível. Isso nos leva a pensar um pouco mais. O que era a Samarco que eu comecei a dizer e o que a Samarco está se propondo. O que se propõe hoje é exatamente voltar o que a Samarco era antes desses acidentes, desse ocorrido, a capacidade que tinha, o que a Samarco representava para as comunidades, o que a Samarco representava em função de todo esse esforço das comunidades, em função das pessoas, dos municípios, em função do esforço do estado que está se querendo fazer para chegar. Ela tem, a empresa tem o aval do Ibram e continua tendo naquilo que for necessário em função de pedir, inclusive, que se faça uma avaliação do antes.

03:25:48:05 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Por favor, conclua.

03:25:49:24 [João Carlos de Melo] - Estou concluindo o que foi antes, o que foi durante, o que foi depois. É a solicitação nossa que essa ampliação do processo da Samarco, seja de consenso de todos, eu sei de uma avaliação mais específica.

03:26:06:01 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço o senhor João pela manifestação. Finalizamos mais uma rodada de três manifestações. Então eu passo a palavra à empresa que terá seis minutos, pois não.

03:26:22:11 [Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - Obrigado. Eu queria dirigir a senhora Marlett, senhor Vander, e reafirmar aqui um compromisso com a comunidade de Antônio Pereira. A gente reconhece, a gente entende a importância de um vizinho que nos acolhe há 45 anos. Passamos por momentos difíceis como dissemos aqui, todos, mas a gente queria reafirmar esse compromisso. Estamos com um planejamento forte, estamos na busca de uma aproximação muito forte e, de fato, começar a perceber isso de maneira prática lá na comunidade é o próximo passo é o nosso grande interesse. Então, eu acho que nessa rodada a gente não teve nenhuma pergunta específica, mas nós gostaríamos, a Samarco gostaria de reafirmar esse posicionamento e dizer o seguinte, que nós vamos estar cada vez mais próximos, cada vez mais aberto a essas críticas e podem ter certeza que nós vamos buscar soluções. Esse projeto, de fato, é importante para o planejamento de retomada da capacidade produtiva da Samarco. Mas nós vamos ter muita atenção cada vez mais e cada vez mais proximidade para que a gente possa, de fato, tornar em ação tudo aquilo que a gente está planejando.

03:28:03:24 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação. Eu vou falar os três, três próximos nomes aqui. Nós temos cadeiras vagas aqui próximo ao microfone. Então, por favor, se puderem deslocar já mais para próxima, que a gente ganha tempo. Os próximos inscritos são a senhora Luiza de Alcântara Dutra, senhor Ângelo Oswaldo de Araújo Santos e o senhor Francisco de Assis Gonzaga. Então a senhora Luiza de Alcântara Dutra, pois não, senhora Luiza, a senhora tem três minutos. Logo após senhor Ângelo. Pois não, senhora Luíza.

03:28:44:16 [Luiza de Alcântara Dutra - médica] - Boa noite gente. Eu sou Luíza. Eu sou médica de família em comunidade formada aqui pela UFOP na residência e eu queria

me colocar aqui também como moradora do Morro São Sebastião e como profissional de saúde atingida pela mineração também. Eu acho que a gente não discutiu muito saúde ainda. E eu queria que a gente pensasse um pouco nesse conceito. O que é saúde? Segundo o nosso movimento sanitarista, Conferência Nacional de Saúde, a nossa Constituição, saúde não é só ausência de doença né, é o direito à casa, ao trabalho, ao salário digno, a água, a vestimenta, a educação, as informações, sobre como mudar o mundo e transformá-lo. Que a gente tenha direito ao meio ambiente, que não seja agressivo e que, pelo contrário, permita uma vida digna e decente. Então, acho que a gente está discutindo aqui esses impactos, o que são esses impactos? São vidas, né gente? Quem vai sofrer? Lá no Rima está escrito: alteração da qualidade do ar, dos níveis de pressão sonora nas propriedades do solo, assoreamento de água, alteração na qualidade da água, interferência no patrimônio cultural e natural, alteração da paisagem, perda e alteração dos habitat das comunidades. O que que é isso, gente? São as pessoas que estão vivendo aqui. Cada um de nós que veio falar aqui é o que está vivendo, não é a Samarco que vive. Então eu queria que a gente pensasse nisso. A gente fala muito do progresso, dos empregos, mas realmente a gente está empregando esse tanto de gente que a gente está pensando com a mineração? Para quem está aí na riqueza, a quem interessa a mineração aqui no nosso município? Segundo a organização internacional do trabalho, a mineração é o setor que mais mata os trabalhadores. No Brasil é gritante a taxa de mortalidade na mineração. Ela varia entre 58 e 126 nos últimos dez anos por 100.000 habitantes, enquanto no geral a gente vai de 20 a 5 nesse mesmo período. E não só os trabalhadores. A gente pensa nos moradores, então quem sofre com a poeira, com as doenças respiratórias, com a saúde mental, com o suicídio né gente. Esse número de mortalidade não é só de acidentes, é de suicídio também. É muito adoecedor. E eu fiquei pensando muito, porque esse ano eu estudei a comunidade do Mota, que não foi falado aqui ainda que também vive com a mineração. E aí vocês falando de Antônio Pereira eu fiquei lembrando aqui do Mota também. Não é coincidência, gente, é sempre a mesma coisa, sabe? Então a gente tem que lutar, a gente aqui não pode ficar calado. Eu vi também no Rima que fala que não têm indígenas no município de Ouro Preto. Gente, a gente tem comunidade indígena aqui. A gente tem a comunidade Borum Kren e são essas pessoas que lutam pela preservação ambiental.

Por que eles estão falando que não têm indígena aqui em Ouro Preto? E pra finalizar, eu queria só falar sobre os moradores de São Sebastião que a gente é a favor de ter uma estrada para comunidade de Antônio Pereira. Não uma não uma estrada para mineração. É isso gente. Vamos pensar em saúde, vamos pensar nas pessoas e não no lucro.

03:31:53:21 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Eu agradeço a manifestação da doutora Luiza. Senhor Ângelo. Após o senhor Ângelo Osvaldo de Araújo, o senhor Francisco de Assis Gonzaga.

03:32:11:07 [Ângelo Osvaldo de Araújo - prefeito de Ouro Preto] - Boa noite. Por uma questão burocrática, a minha inscrição não foi aceita, mas eu me inscrevi agora como cidadão, mas falo também como prefeito de Ouro Preto. Nós estamos determinadamente buscando as reparações e compensações devidas pela Samarco desde a véspera da nossa posse. Procurei o juiz federal doutor Mário Franco, conseguimos decisões favoráveis, temos lutado por isso. A Samarco deve 300 milhões de reais e isso foi a prefeitura de Ouro Preto, isso foi apurado pela Agência Nacional de Mineração e pela Mig Associação de Municípios Mineradores. Alguém da Samarco informou a comunidade de Antônio Pereira que ella nos deu 400 milhões de reais nos últimos dois anos. Isso é mais que o orçamento da prefeitura. Então não é verdade que a Samarco tenha feito isso, porque ela pagou em impostos nos últimos dois anos, 11 milhões por ano. São 22 milhões de reais, não dá nem 1 milhão de reais por mês, porque ela está devendo. Ela está sonhando esses impostos. Nós já colocamos isso para a diretoria. Nós estamos negociando com seriedade e determinação. Não estamos fazendo campanha nem panfletagem. Nós estamos determinadamente buscando os direitos do município de Ouro Preto e especialmente do nosso distrito de Antônio Pereira, que é o chão da Samarco. Muita coisa foi dita aqui, até uma frase minha Wilson Nunes se apoderou dela, que eu disse que o ouro nos deixou o barroco e o ferro está nos deixando o barraco, foi eu que tenho esse bordão já há muitos e muitos anos na luta por uma mineração compatível. Eu não digo sustentável. Eu digo compatível, porque ela tem que estar afinada com a comunidade na qual ela se inscreve, na qual ela está inserida e é isso que nós estamos buscando. Nós sabemos dos problemas de

Antônio Pereira. Eu tenho procurado investir em Antônio Pereira, tenho marcado presença em Antônio Pereira...

03:34:22:09 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Por favor, não pode. Melhor, por favor, eu darei o prazo.

03:34:28:17[Ângelo Oswaldo de Araújo - prefeito de Ouro Preto] - Obrigado. Isso aí é histerismo e arruaça. Escândalo não vai levar ninguém a lugar nenhum. Nós temos que lutar com seriedade. Estamos conversando, como eu disse, com responsabilidade com a Samarco. E esse licenciamento ela o terá da parte da prefeitura depois de uma série de colocações nossas que terão que ser cumpridas, porque até a estrada que era para ter sido feita no primeiro ano após a entrada em funcionamento, que foi em 24 de dezembro de 2020, ela ainda cumpriu de nos entregar essa estrada que é fundamental, como o vereador Vander colocou aqui para ligar o Pereira a Ouro Preto, o filho a mãe. Então é importante que nós tenhamos sim essa estrada e ela está sendo feita com responsabilidade. Não é uma estrada, não é, não é uma porteira que será aberta para uma boiada, mas uma estrada de conexão direta entre o Pereira e Ouro Preto. E nós estamos também lutando para que a Samarco cumpra os seus deveres, assim como a Vale e a BHP. E nós consideramos, de fato, eu disse isso desde o primeiro momento que estou na prefeitura, há dois anos e tanto, eu venho repetindo isso. A Fundação Renova é uma aberração. Ela é que gastou, consumiu bilhões de reais que não deram em nada.

03:36:05:19 - [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Senhor Francisco de Assis Gonzaga. Senhor Francisco, o senhor tem três minutos.

03:36:15:16 [Francisco de Assis Gonzaga] - Boa noite a todas e todos. Comunidade de Ouro Preto, especificamente a comunidade de Antônio Pereira. Queria aqui novamente reiterar, como disse a Samarco, da nossa insatisfação da forma como esse processo vem ocorrendo. Há um mês atrás protocolaram na prefeitura, com essa audiência já agendada com os nossos técnicos, com pouquíssimo tempo de acesso ao

Rima. Queria também dizer aqui, a Samarco hoje nos dá um calote com relação a CFEM. Reconhecido já [inaudível], reconhecido pela MIG. Hoje tivemos tratativas pela manhã, e dizer mais uma vez elogiando o prefeito Ângelo, que não correu da discussão, que estava aqui, mesmo tendo seu pedido para reiterar sua presença de participação, tendo mais tempo dessa mesa negado pela Suppri. Nós viemos aqui dizer que sem a assinatura do município de Ouro Preto, sem a certidão de regularidade, esse processo não anda. E hoje, sem licenciamento social, esse projeto não vai andar Samarco, porque a prefeitura vai escutar os foros de governança, a prefeitura vai pautar no Codema, a prefeitura vai escutar os comitês de bacia. Nós queremos dizer aos senhores sobre tudo que tivemos essas tragédias, todos esses crimes todos com as barragens, mas que PDR também pode desabar. PDR é um procedimento muito novo que esse processo da pilha de rejeito e essa pilha próxima dos leitos mais importantes para o PIB de Minas Gerais, porque o Rio Piracicaba, o Rio Doce, são importantíssimos, não somente do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista social. Então digo a vossas excelências, vamos melhorar as tratativas. A comunidade de São Sebastião de São João de Santana estão certíssimas porque esse benefício Antônio Pereira não pode causar um malefício para essas comunidades. Então, quando nós vamos pra reunião e pedimos passagem de animal silvestre, redutores de velocidade, balizadores que possam medir o volume desses veículos que estão entrando, é porque nós somos a voz da comunidade. Nós não queremos trabalhar dividindo a nossa comunidade, mas nós não vamos aceitar de qualquer maneira. Então SUPPRI e SUPRAM esse processo da licença corretiva, ele gerou uma condicionante que é a estrada de Antônio Pereira. E agora cabe a Samarco no seu procedimento de retomada amplo, corrigir esse problema de mobilidade que afeta a toda nossa comunidade. E sem essas tratativas, como bem colocou o prefeito, muito bem dadas, com amplo diálogo e participação no nosso conselho, nós teremos muita dificuldade para assinar a nossa certidão de regularidade quanto a esse empreendimento, porque nós percebemos que há uma série de irregularidades com relação a Ouro Preto, começando pelo fato de que o TTAC nos assumiu como atingido e adivinhem a população? Quem entrou na justiça contra o TTAC e contra Ouro preto? A mesma Samarco. Então nós não vamos admitir esse tipo de tratativa.

03:39:42:11 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do senhor Francisco. Aí nós tivemos mais três manifestações. Seis minutos para a empresa.

03:40:01:21 [Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - Ok. Doutora Luiza, eu vou começar por esse ponto né, existe uma série de programas de monitoramento em todas as comunidades, o UEA e o Rima eles já preveem uma série de monitoramento de água, de ar e, enfim, de replantio. Então tem uma série de programas que vão acompanhar e vão monitorar o cumprimento desses programas. Eu vou passar para o Rodolfo, que vai falar um pouco dos outros pontos levantados.

03:40:43:14 [Rodolfo - Representante Samarco] - Bom, boa noite a todos e todas. Para fins de registro, é importante aqui manifestar que recentemente nós tivemos a pedido do prefeito Ângelo Oswaldo discutindo as questões de CFEM. Será conduzido através de reuniões junto à prefeitura e profissionais competentes da área tributária, para que a gente tenha o melhor entendimento de todas as contas afetas a esse tema. Então, o que a gente pode assegurar aqui ao prefeito essas discussões.

03:41:20 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Alguma informação adicional? Não? Ok, nós passamos então para o próximo. Eu vou chamar, eu vou falar o nome dos três. O Wemerson Rodrigues Lúcio, após o senhor Wemerson nós temos o senhor Rodrigo Miranda e o senhor Luiz Fernando Neto. Então o Wemerson, por favor, o senhor tem três minutos. Logo após o senhor Wemerson, Rodrigo Miranda. Pois não? Com a palavra.

03:42:06 [Wemerson Rodrigues Lúcio - presidente da Associação de Moradores de Antônio Pereira] - Boa noite a todos e a todas. Meu nome é o Wemerson Rodrigues, estou como presidente da Associação de Moradores de Antônio Pereira e venho aqui salientar o descaso da Samarco com Antônio Pereira. E agora me veio uma reflexão, uma das autoridades máximas do nosso Ouro Preto não ter uma cadeira aqui em cima. Imagina nós como comunidade se a gente tem momento de fala. É isso que a gente

passa todos os dias, a autoridade máxima é o prefeito, não teve uma cadeira nem tempo hábil para falar. Imagina nós como comunidade. Eu vou falar uma coisa, escola de samba Samarco quesito Ouro Preto nota dez, quesito Antônio Pereira nota zero. Por que para Antônio Pereira, nada retorna. Só pegando um gancho aqui na fala que o senhor aqui da Samarco nos indagou que os cursos ofertados pela Samarco só se vê na classe operária, na classe de baixo a gente não vê em curso superior, nem em curso e nem dentro da própria mineradora. É somente a classe baixa, que tem curso de pedreiro, carpinteiro e armador. Não estou aqui menosprezando essas profissões, mas a Samarco tem que olhar para Antônio Pereira de uma outra forma. Hoje temos sim Samarco, um grupo indígena que está lutando contra tudo e todos tanto com o poder público como as mineradoras. E esse grupo chama Borum Kren. Eles estão ressurgindo, são poucos, mas estão lutando aí e eles vão obter êxito. Infelizmente o progresso é um processo contínuo de avanços tecnológicos, sociais culturais e econômicos que buscam melhorar a qualidade de vida da humanidade. No entanto, é importante reconhecer que todo progresso gera impactos, tanto positivos quanto negativos. Um deles, infelizmente, vocês do Morro São Sebastião do Morro Santana sofrem com essa estrada. Mas para nós de Antônio Pereira é um sonho, porque várias pessoas já vieram até a óbito pela distância. Como Vander falou, somos o distrito mais próximo e mais longe ao mesmo tempo, em questão de distância. Gostaria de agradecer essa oportunidade repassada à minha pessoa em um momento histórico em que se encontram aqui a Samarco, a Vale e o poder público, uma vez que o poder público tende a se esconder muita das vezes atrás das mineradoras de Antônio Pereira. Quem falou que está tendo obra não está tendo obra da prefeitura não. Infelizmente. Se tiver, pode me falar que depois eu quero saber. A única obra que tem lá é a da Rua da Lagoa, que foi feito uma ponte e infelizmente ela não está concluída. Então tá, só falando então nesses quesitos Samarco, o que vocês vão fazer como condicionante para Antônio Pereira? Uma vez que os impostos vêm pra Ouro Preto e ele não...

03:45:23:17 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do senhor Wemerson. Somente para esclarecer, foi uma manifestação com a fala do senhor Wemerson em relação a nossa formação aqui, eu pauto sempre

pela legalidade. O artigo 10 da Deliberação Normativa COPAM tem a seguinte previsão: a audiência pública será integrada pela mesa diretora, pelo plenário e pela tribuna. Parágrafo primeiro: A mesa diretora da audiência pública terá a seguinte composição: Presidente da Mesa, que será indicado dentre servidores do Sisema. Eu sou servidor público efetivo, pelo presidente do Copan, Secretário executivo do COPAM, Superintendente da Unidade responsável pela análise do processo. No caso eu não faço parte da análise do processo, mas eu sou servidor público efetivo. Servidores do Sisema, Sistema Estadual de Meio Ambiente, Recursos Hídricos com a finalidade de prestar apoio jurídico e técnico. Ao meu lado aqui tem a Dra Geovana, que está me prestando um apoio jurídico. Parágrafo Segundo: o plenário que será composto pelos convidados e pessoas presentes à audiência pública é onde os senhores estão. E a tribuna será o espaço físico destinado aos oradores devidamente inscritos e identificados para fazer uso da palavra. Então nós temos uma tribuna aqui em cima e uma tribuna aqui embaixo. Então nós estamos de acordo com o que prevê a DN Copam. Pois não?

03:47:04:14 [Doutora Giovana] - Boa noite. Eu queria esclarecer com relação a fala do prefeito de Ouro Preto e do secretário de Meio Ambiente. A solicitação de audiência pública formulada pelo município de Ouro Preto foi indeferida porque não preencheu os requisitos legais que estão previstos no artigo quarto, inciso primeiro. Então fala que são legitimados para solicitar a realização de audiência pública o prefeito do município sede da atividade ou empreendimento ou prefeito do município, sujeita aos potenciais impactos ambientais diretos inerentes à instalação ou operação da atividade empreendimento. E o requerimento, ele foi formulado pelo secretário municipal de Ouro Preto, o secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia da prefeitura municipal, ou seja, foi formalizado por pessoa que não possui legitimidade porque a norma ela é expressa em determinar a legitimidade personalíssima do prefeito para este ato exclusivo. Ok? Por isso que foi indeferido, mas houve a participação do prefeito aqui como inscrito. Só isso. Boa noite.

03:48:25:14 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação da Doutora Giovana. O senhor Wemerson acabou de se manifestar. Então

o próximo inscrito o senhor Rodrigo Miranda. Senhor Rodrigo, por favor.

03:48:39:06 [Rodrigo Miranda - médico] - Boa noite, meu nome é Rodrigo Miranda, eu sou marianense, sou médico concursado da prefeitura de Mariana, médico concursado aqui na prefeitura de Ouro Preto, trabalhei dois anos nos rios da Amazônia atendendo comunidade indígena, voltei para a minha terra, passei nos dois concursos, trabalhei no projeto 4P na integral, fui médico do trabalho lá, trabalhei na Vale como médico, trabalho hoje, na descaracterização de barragem, estou todos os dias em Antônio Pereira, vejo a grande dificuldade que o município tem em realmente atender a galinha dos ovos de ouro. Antônio Pereira, para quem não sabe, já pertenceu a Mariana e foi trocado pelo distrito de Vargem, mas nunca cortou o cordão umbilical, porque sempre nós assumimos tudo da questão da saúde basicamente em Antônio Pereira. Quatro horas da tarde o posto de saúde lá fecha e esse povo vai para policlínica. Eu trabalho na policlínica de Mariana. O pessoal de Antônio Pereira, muitos já devem ter passado comigo. Trinta por cento dos nossos atendimentos em Mariana são pessoas de Antônio Pereira, que inclusive tem até título de eleitor em Mariana, porque houve um prefeito, uma ocasião que exigia que as pessoas que consultassem em Mariana tivessem título de eleitor em Mariana. Mariana foi a única cidade no Brasil que foi descredenciada do SUS e eu vejo toda a expansão, o que a mineração deixa pra gente. A mineração é importante, é um mal necessário, como um médico é um mal necessário. Mas quando o médico começa a matar mais do que ajudar, a gente tem de tirar esse médico ou tem de recapacitá-lo. Outra coisa gente, a gente vê direitinho. Quando eu trabalhei na 4P, estava lá qual que é a mitigação para o impacto no município que a empresa? Plano de saúde. Plano de saúde não é mitigação não. Porque o funcionário ele recebe um plano que é co-participativo, então ele acaba vindo no SUS, aí vem a esposa, vem o filho, vem esse povo todo que é bem vindo em Mariana desde que ordeiramente. Hoje nós estamos com quase praticamente 15.000 pessoas de fora em Mariana, com o sistema de saúde estrangulado, quase o sistema de educação estrangulado. A porta da policlínica onde que eu trabalho não tem condição de entrar e sair uma ambulância em movimento de pico, quando está o pessoal voltando ou indo para as mineradoras. Dr. Israel Quirino aqui, marianense como eu, bem pontuou nos sete ou dez minutos aqui. Infelizmente me

resta 12 segundos, mas eu quero me colocar à disposição para se realmente fazer um trabalho, apontar para os senhores o que tem de ser feito pelo menos na saúde para mitigar o transtorno que é trazer inúmeras pessoas de outros municípios para Mariana e principalmente para Antônio Pereira, que não tem nem um posto de saúde que funciona até as sete da noite.

03:52:00:03 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do doutor Rodrigo. O próximo inscrito, o senhor Luiz Fernando Neto. Senhor Luiz, o senhor tem três minutos, pois não?

03:52:11:19 [Luiz Fernando Neto - morador do morro São Sebastião] - Boa noite. Eu sou morador do Morro São Sebastião e a minha fala aqui vai corroborar o que já disseram alguns moradores do morro que usaram dessa tribuna. A nossa preocupação é com os impactos que o trânsito de veículos advindos da empresa tem ocasionado na nossa comunidade. E eu queria inclusive dizer ao representante da Samarco que aqui disse que vai nos reapresentar o plano de impacto, na verdade, não é reapresentar, é apresentar, porque esse plano nunca nos foi mostrado, nunca nos foi dado a conhecer qual é o impacto que este tráfego de veículos vai ocasionar na nossa comunidade. Nossa comunidade é uma comunidade que era há um tempo atrás, uma comunidade usando um termo do Dr. Israel Quirino, uma comunidade bucólica que já sofre os impactos do seu crescimento demográfico natural e que hoje vê este impacto ser agravado pelo trânsito de veículos da empresa, passando por dentro da nossa comunidade. O senhor disse aqui que serão colocados redutores e barreiras para impedir caminhões pesados. Nós não estamos preocupados com caminhões pesados. Nós estamos preocupados com as caminhonetes quatro por quatro que já transitam por lá e que tem colocado a nossa população em risco com os carros até mesmo de menor porte. Não vamos esquecer que estamos somos vizinhos de dois parques: o Parque Municipal da Cachoeira das Andorinhas e o Parque Arqueológico do Morro da Queimada. E eu deixo aqui uma pergunta para o diretor da empresa: foi pensada alguma solução, alternativa a esse tráfego por dentro da nossa comunidade e também por dentro da comunidade do Morro Santana? Porque quem passa na rua 15 de Agosto, nos horários de pico, tem sofrido horrores em razão dos engarrafamentos que lá estão acontecendo. Então, eu

gostaria de deixar aqui duas perguntas. A primeira pergunta é: indo em relação ao que disse o vereador Vanderlei, nós não estamos aqui para nos colocar contra a Estrada da Purificação, mas queremos perguntar qual estrada queremos. Nós queremos uma estrada que atenda a comunidade do Pereira e atenda a comunidade do Morro São Sebastião, sem nos colocar em risco, sem colocar as nossas vidas em risco. Queremos uma estrada segura que venha a beneficiar e não prejudicar as comunidades. E a segunda pergunta que eu deixo é a que eu já fiz, se houve em algum momento pela empresa o estudo de alguma via alternativa. Eu lembro aqui quando começou o Condomínio Campo Grande, começou-se a fazer um corte próximo ali do condomínio e na época disseram, eu não sei se isso é verdade, que seria uma estrada que iria ligar a Estrada da Purificação até a saída para Mariana, evitando justamente essa passagem por dentro das comunidades. Eu gostaria de saber se isso foi levado em conta pela empresa quando da proposta da condicionante pavimentar a estrada da Purificação. Muito obrigado.

03:55:30:20 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do senhor Luiz Fernando. Aí nós tivemos mais três manifestações. Eu passo a palavra à empresa.

03:55:40:11 [Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - Obrigado. Nós vamos então responder ao senhor Wemerson Rodrigues, presidente da Associação de Antônio Pereira. Estamos senhor Wemerson aberto e como eu já disse, vamos fazer essa aproximação né, nós temos uma carga grande de cursos já sendo realizadas, mas você nos colocou uma outra alternativa e podemos sim avaliar junto com vocês as reais demandas da comunidade. Outro ponto é quais condicionantes virão para Ouro Preto? Essa resposta a gente realmente ainda não tem. As condicionantes, elas serão definidas ao longo do processo com a participação de vocês, com participação da comunidade, do poder público e de toda a sociedade civil organizada. Então, a gente de fato ainda não tem essa resposta, mas de verdade, esperamos que a gente tenha muita coisa para se fazer junto com vocês na comunidade de Antônio Pereira. O senhor Luiz Fernando, senhor Luiz, nós vamos agendar essa apresentação do WEF. Nós vamos fazer uma

aproximação. A nossa intenção ao dar cumprimento a uma condicionante da LOC, que foi pavimentar a Estrada da Purificação dentro da plataforma já existente. Mas a gente quer se aproximar, quer entender e pode ter certeza que nós vamos dentro daquilo que for possível para a gente para o projeto que foi estudado, fazer o melhor possível. A gente tratou aquilo como uma estrada ecológica, com alguns mirantes, com alguns redutores, mas estou entendendo a preocupação e a gente é solidário e vamos aproximar, entender e vamos juntos construir que solução que é possível para que a gente tenha de fato um estrada segura, que é o que a gente de fato a gente quer e que a gente possa atender a comunidade de Antônio Pereira, mas sem perder de vista o que gera o impacto e o que a gente pode fazer para mitigar esses pontos que estão sendo levantados. Nós estamos tomando nota e nessa aproximação, nessa conversa que vamos ter, nós vamos detalhar isso junto com vocês e buscar alternativas para que a gente possa de fato fazer a estrada mas deixar um bom legado, porque trata de um grande investimento né e tudo o que a gente não quer de verdade é deixar um legado ruim. Tudo o que a gente quer de verdade é deixar um bom legado. Então vamos aproximar de vocês, vamos chegar, vamos chegar perto, vamos entender e vamos avaliar realmente o que é possível e o que a gente pode fazer para. Que a gente cumpra o nosso papel.

03:58:50:15 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Não haverá mais nenhuma manifestação por parte da empresa. Eu passo para as próximas manifestações. Eu vou falar os três próximos nomes. O primeiro senhor Fernando Otávio Campos da Silva, depois a senhora Márcia Arcuri e depois o senhor Vanderlei Curuzu. Então o senhor Fernando é o primeiro, o senhor Fernando Otávio. Pois não senhor Fernando o senhor tem três minutos.

03:59:22:00 [Fernando Otávio] - Boa noite a todos. Falo aqui em nome da Federação da Indústria do Espírito Santo. Eu sou mineiro e o que eu quero falar para vocês é que a Samarco trabalha conosco junto em parceria e para nós ela sempre teve soluções para apresentar. E se o negócio é ser empresário e ser, gerar impacto e gerar impactos positivos também. Infelizmente, o que a gente gera muitas vezes é mal gerido pelo setor

público. A Samarco, diretamente, ela beneficiou mais de 1 milhão de pessoas diariamente quando estava no pico da sua produção e essa audiência pública não é para aumento da produção, não é para aumento do seu trabalho, mas para a retomada daquilo que ela já produziu. Então, beneficiar 1 milhão de pessoas diretamente com emprego, com receitas, com empregos indiretos, com benefícios de baixos e com geração de impostos que vão para os seus municípios todos, seja aqui do Espírito Santo, seja aqui de Minas Gerais. Já pensaram o que aqueles bilhões de reais que foram para os caixas no município de Mariana de Ouro Preto, se eles foram bem aplicados? Agora nós temos uma oportunidade que só vai acontecer se continuar a operação se continuar a existir a Samarco que aí vai continuar existindo recursos para o setor público poder aplicar. E o que é importante é a participação de todos, como está acontecendo aqui. Ser ouvidos, ser levados e uma marca que a Samarco apresentou para nós nesses 45 anos de convivência é diálogo, é aproximação. Vários programas são muito importantes para todas as comunidades. Se é um ponto que é importante de compensação, que vocês devem olhar com carinho é o PAD, o desenvolvimento de atividades econômicas que não tenha a ver diretamente com a mineração, principalmente dos municípios, que são histórias, são turismo. Eles poderiam desenvolver nisso aí e com recursos da Samarco eles podem alcançar isso. Então é preciso olhar as oportunidades para vencer essas dificuldades que todos estão apresentando aqui. Aqui vocês têm uma oportunidade de vencer as dificuldades, porque na inexistência da empresa, essas dificuldades vão continuar nos seus canteiros lá, vão continuar nas suas casas. Então, agora é um momento de diálogo, de parceria e audiência pública, principalmente os conselhos públicos, conselhos municipais, são um momento de dialogar e aproximar a empresa da solução dos problemas que elas podem estar causando e, principalmente, da continuidade da melhoria de vida, de quem vive diretamente e indiretamente das empresas. Ser empresário não é resolver todos os problemas, mas contribuir para isso. E a gente contribui diretamente, mas principalmente com todos os impostos que vão ao setor público aqui. Obrigado.

04:02:06:07 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço ao senhor Fernando pela manifestação. Senhora Márcia Arcuri, a senhora tem três minutos.

04:02:23:04 [Márcia Arcuri] - Boa noite a todas e todos. Eu poderia falar aqui como diretamente atingida, moradora do Condomínio Campo Grande, Vila Rica, a escuta do Waze, que não deveria ser o instrumento adequado para o que aconteceu ali. Ela na minha porta chegou num dia. Na minha porta ela chegou num dia que eu estava de saída e ficaria ali por duas horas. Então isso não é escuta. Mas eu estou aqui hoje enquanto representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira, da Diretoria Nacional, da qual eu faço parte. E essa foto das ADAs que está no Rima, ela por si só já mostra o equívoco metodológico desse estudo de impacto ambiental que foi feito, porque ele não atende a legislação que está garantida no artigo 20, inciso 10, da Constituição Federal de 88, na Lei 3924, de 1961, que por mais e por uma série de outras prerrogativas, instrumentos e normativas legais, portaria, IPHAN, número oito de número sete, perdão de 88 a CONAMA 001 de 86, que vocês conhecem muito bem. Mas eu acho sintomático que foram quatro anos de estudo da biota e seis meses durante a pandemia de estudo sócio econômico, o estudo de socioeconômico e está mais para econômico do que para o sócio. Onde estão as referências culturais desse estudo? Onde estão as referências arqueológicas deste estudo? Aonde que está um olhar de fato de quem quer reconstruir Samarco? De quem quer reconstruir a relação para uma área de influência indireta que não ultrapassa um quilômetro da ADA? É isso mesmo que eu vi aqui nessa foto? Porque não faz o menor sentido do ponto de vista dos estudos de impacto ambiental que acontecem no país inteiro. Sim, o desenvolvimento é necessário, mas dizer pra gente que isso está sendo feito de acordo com a legislação brasileira de proteção, ao menos do patrimônio arqueológico, não, não está. Então a gente pode passar várias audiências, várias situações, mas o que está acontecendo aqui é a continuidade de uma exploração absolutamente predatória do território. E esse desmonte da legislação de licenciamento ambiental que acontece em Minas Gerais, não vai passar pelo Ministério Público Federal, não vai passar. Então eu estou falando isso há bastante tempo como atingida, como moradora, mas agora eu falo como arqueóloga, porque se vocês não querem conversar e realmente levar isso a sério, passando por tudo o que os outros já falaram que me precederam, sobre as bacias, sobre os parques, sobre o Parque do Morro da Queimada, no qual eu tenho portaria de pesquisa autorizada pelo DOU da União, nós vamos ter que

levar isso para Brasília de fato. E não vai ser pro CNA não. Vai ser pelo Ministério Público mesmo. Muito obrigada.

04:05:24:00 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação da senhora Márcia. O senhor Vanderlei Curuzu.

04:05:36:00 [Vanderlei Curuzu] - Boa noite a todas e todos. Em primeiro lugar eu quero dizer que achei no mínimo indelicado, independente do partido político do prefeito, de qual corrente ele represente na cidade, ele não ter assento à mesa também né por causa de uma filigrana jurídica que foi dito aqui. Eu queria ouvir mais do prefeito, assim como eu queria ouvir mais o professor Daniel. Me pareceu que ele era uma das pessoas que tinha coisas muito importantes a dizer aqui e foi silenciado. Se eu pudesse eu daria o meu tempo a ele. Não sei se ele está aqui ainda. A essa altura não deve estar mais marcado por profunda indignação que aqui ele manifestou. Fiquei feliz ao ouvir que do secretário Chiquinho de Assis, secretário de Meio Ambiente e do prefeito que vocês terão que conversar mais com Ouro Preto para conseguir autorização. E eu estava ali com o presidente da Câmara e com mais dois colegas vereadores. E no que depender do Legislativo municipal, nós também faremos o que estiver ao nosso alcance para que vocês conversem mais com o povo de Ouro Preto antes de conseguir qualquer autorização, quem sabe, é poder do Executivo mas nós, enquanto Legislativo, faremos aquilo que estiver ao nosso alcance para que vocês ouçam mais. E falar em filigrana jurídica para impedir que o prefeito autoridade máxima goste ou não dele aqui para participar na mesa, ouvir isso de alguém que foi acusado por ele aqui de estar dando um calote de mais de 300 milhões no povo de Ouro Preto. É assim que a Samarco quer, roubando as palavras da professora Márcia Arcuri, quer reconstruir? E quero dizer também do trânsito na 15 de agosto, do impacto sobre o parque arqueológico do Morro da Queimada. Ali também faz divisa com o Parque da Cachoeira das Andorinhas. Já está insuportável o trânsito na 15 de agosto. Alguns de vocês passam por lá? Passam? Então se passam vocês sabem, está insuportável. Não é possível a Estrada da Purificação funcionar se vocês não fizerem também, se não houver também uma intervenção ou uma alternativa para o trânsito na 15 de agosto, da mesma forma da Ladeira João de

Paiva, que são as duas vias de acesso aos morros da Queimada, Morro Santana, Morro São João e Morro São Sebastião, aqui representado muito bem representado pela sua comunidade. Então nós temos ali, ouçam bem as palavras da professora Márcia Arcuri, uma arqueóloga. Nós temos ali um parque arqueológico que é onde, que é onde nasceu Minas Gerais nada menos que isso. Minas Gerais nasceu ali, a sedição de Vila Rica, ou Revolta de Filipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica. Então eu espero e conto com meus colegas vereadores para que façamos o que estiver ao nosso alcance.

04:09:01:08 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço ao senhor Vanderlei a manifestação. Foram três falas. Então retorno à empresa, o tempo de seis minutos.

04:09:29:01 [Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - Bom, é em relação aos processos de arqueologia que a professora Márcia citou, a arqueóloga. De fato, esses estudos estão em desenvolvimento, grande parte deles já foi protocolado. Acontece que o estudo de impacto ambiental do UEA desvinculado do processo aqui. O órgão ambiental recebe só o comunicado e anuência do Iphan, do Iepha. Então, neste caso, inclusive dona Márcia, a gente tem até o número do processo, é o 01514000066 de 2021 foram basicamente mais de um ano de estudo de arqueologia que foi desenvolvido. Nós temos a portaria e foi inclusive achados artefatos arqueológicos. Isso já está sendo tratado. Esse material, para as questões de bens materiais e imateriais, também está aberto o processo no Iepha do Estado de Minas. O estudo também está pronto. E também em relação às prefeituras, o estudo de impacto de vizinhança, o estudo de visada também está pronto. Salvo engano, também já foi protocolado os estudos de vizinhança também que faz menção às visadas, aos possíveis impactos de visada nos patrimônios. Então todo esse arcabouço de Ouro Preto, dada a importância de Ouro Preto e Mariana, as questões arqueológicas e culturais. Era inegável que esse estudo tivesse sido desenvolvido e pronto. Bom, dando sequência aqui na pontuação do senhor Vanderlei. A Samarco também acredita no diálogo, a Samarco vai reforçar intensamente esse diálogo junto à prefeitura, ao Executivo e também ao Legislativo e a todo município. Vamos trazer, como o Rodolfo já havia dito, vamos trazer um apoio técnico para entender

de fato onde está, onde estão os pontos de divergência. Não é intenção da Samarco, de maneira nenhuma, não cumprir uma obrigação. Então, o senhor Vanderlei, pode ter certeza que nós também acreditamos no diálogo e também acreditamos que essa é a saída para eventuais controvérsias e dúvidas que ainda tiver. E vamos intensificar. Vamos nos aproximar junto a comunidade também. Enfim, nós vamos tomar essas providências para que a gente de fato sane essas dúvidas e esclareça esses pontos.

04:12:31:17 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação. Passamos para agora os últimos inscritos. Nós temos dois neste momento o senhor Ângelo Gonçalves Paiva e o senhor Pedro Lisboa. Primeiro o senhor Ângelo, logo depois do senhor Ângelo o senhor Pedro. Senhor Ângelo. Eu vou fazer isso, eu chamo o senhor Pedro e depois a gente retorna ao senhor Ângelo. Pois não senhor Pedro, o senhor tem três minutos.

04:13:30:09 [Pedro Lisboa] - Boa noite a todos. Já nos finalmentes né, vamos lá. Queria trazer logo no início uma reflexão né, a gente falar sobre qualidade ambiental. A qualidade ambiental refere-se ao estado geral do meio ambiente e a sua capacidade de sustentar a vida em todas as suas formas. Uma boa qualidade ambiental significa que os recursos naturais estão e deverão ser preservados, que os ecossistemas deverão estar funcionando de forma equilibrada e que a saúde humana não está sendo comprometida. Portanto, garantir a qualidade ambiental visa reduzir ou eliminar a poluição e os impactos negativos ao meio ambiente. O meio ambiente em sua forma ampla. Observar de forma holística todo meio ambiente que ele representa e ali inserido a população à qual ele está inserido nessa parte. Os programas de controle ambiental conforme apresentados nos estudos são bonitos ali, às vezes muito difíceis de serem compreendidos, porque foram feitos de formas técnicas ali, mas não pensado para a comunidade que ela deve sentir o pertencimento desses estudos ambientais. Então, os programas de controle ambiental apresentados no Rima merecem ser tratados como conjunto de medidas a serem adotadas para minimizar e não só simplesmente apresentados na forma escrita e didática, que muitas das vezes não é cumprida com seu rigor. Então, prevenir os efeitos negativos das atividades humanas no meio ambiente é

pensar no bem estar social. Então, sugiro que seja apresentado dentro desse Rima, dentro do Meia, seus estudos, uma maior abertura à comunidade, que é ela que vai ser impactada, que é ela que está sofrendo e aos técnicos que fazem o seu trabalho. Mas dê uma atenção a uma visão à população que tanto sofre com seus impactos negativos da mineração. Para fechar meu tempo aqui que nem foi colocado pelos representantes da empresa, a necessidade e a construção das condicionantes que assim a gente espera, que essas condicionantes sejam escutadas novamente a comunidade impactada e não seja feita condicionantes definidas dentro do Estado, que muita das vezes está lá de cima, vai observar o seu impacto, não o local, mas o impacto macro. Então a gente tem que trazer discussões para a base e ser discutidas aqui. Onde está sendo sofrido o impacto. Obrigado. Essa é a minha fala.

04:16:15:06 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação do senhor Pedro. Senhor Ângelo. Ele está presente? Bem, o senhor Ângelo não está presente. Ele seria o último inscrito. Assim eu passo a palavra para a empresa.

04:16:41:18 [Eduardo Moreira - Gerente Geral de Projetos da Samarco] - Em relação a concordo plenamente com o senhor Pedro que qualidade ambiental ela tem que ser diferente de poluição. A qualidade ambiental, ela trata de questões amplas e estão relacionadas à saúde também. A poluição, um estudo de impacto ambiental, por exemplo, e os impactos prognosticados a empresa não tem direito do ponto de vista legal, de causar poluição. Ela tem do ponto de vista quando ela recebe a licença ambiental, ela tem uma autorização para fazer certas alterações no ambiente. Então, um exemplo claro aqui, a alteração da qualidade do ar como foi muito falado aqui, a empresa, uma vez trabalhando com máquinas, movimentação de máquinas, pessoas, minério, obviamente você altera a qualidade do ar, mas dentro da legislação ambiental tem uns limites máximos em que aquela qualidade do ar é permitida. Então acima daquilo é poluição, então acima daquilo é multa. Então, obviamente que dentro desses parâmetros a qualidade ambiental obviamente tem que ser preservada e a poluição não é permitida no âmbito de uma operação da mineração. E eu concordo com o Pedro quando ele diz

também que o Rima é um instrumento às vezes de forma muito precária, que não consegue trazer todos os elementos para a comunidade. Às vezes ele peca por isso como já foi citado por um colega anterior também. Mas essa é a questão entre ficar entre a complexidade dos estudos ambientais que tem o EIA/RIMA, e o que se pode propor dentro de uma forma didática do Rima. Mas eu aceito as considerações e entendo aí tudo que foi citado.

04:18:46:02 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço as manifestações. Assim nós finalizamos com a parte três da nossa audiência pública. Eu passo para quatro que são as considerações finais nesta parte especificamente, como havia falado para os senhores, nós temos dez minutos aos solicitantes, então dez dividido por quatro, dois e meio, e então vou colocar três minutos para cada. Eu vou chamar de início. Vou deixar a Samarco aqui por último, porque logo após tem a manifestação do empreendedor por dez minutos. Então eu deixo os senhores por último. Então eu vou chamar primeiro a Associação Comercial Empresarial Industrial e Agropecuária de Mariana para as considerações finais, pelo prazo de três minutos. O representante encontra-se presente? Não está? Eu passo então, caso eu chame ele retorna novamente. Então eu vou chamar a Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto. O representante se encontra? Também não se encontra? Não? Ah tá. O senhor tem três minutos.

04:20:38 [Representante Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto] - Eu concordo no diálogo na aproximação da Samarco com as prefeituras, com as associações, para chegar em um ponto de acordo em comum. Eu acho que é a conversa, é o diálogo que resolve tudo. É isso aí. A gente reintegra isso aí e espero que tudo o que aconteça aqui que retorne de volta para a sociedade.

04:21:12 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação. O próximo solicitante, município de Mariana. O senhor tem três minutos.

04:21:27 [representante do município de Mariana] - Bom, eu prestei atenção aqui em todas as falas, algumas muito técnicas, outras muito apaixonadas, muito emotivas. Claro que a gente convive com essas realidades todas. Nós somos vizinhos ali do Antônio Pereira, nosso vizinho de porta. Nós sabemos os problemas que o Antônio Pereira enfrenta. Conhecemos ali a 129 que nos liga a MG-129. Nós sabemos as dificuldades. O doutor Rodrigo Miranda foi muito coerente aqui das dificuldades da nossa policlínica que é à beira da rodovia. E queira Deus que ninguém passe mal ali nas quatro horas da tarde, precisar de uma emergência de uma ambulância. Então, o que eu gostaria de fazer aqui é um convite aos senhores e senhoras, a todos os técnicos, que contribuíram aqui a todas as pessoas que têm as suas ideias, nesse espaço nesse foro tão democrático, que a gente construa juntos com a mineradora, com a assessoria técnica dos órgãos de consultoria ambiental, com as empresas que estão assessorando esse projeto de longo prazo, que não é um projeto da Samarco, como foi dito aqui, é um projeto da vida de todos nós que temos nosso negócio, temos nosso empreendimento, temos nossa vida aí desenvolvida aqui, tanto aqui em Ouro Preto quanto em Mariana. E ali nas cercanias, na nossa lindíssima Catas Altas, que foi pouco falado aqui, mas que também merece uma atenção toda especial. Tenho um carinho muito especial por aquela comunidade. Então é um convite, amanhã nós estaremos em Mariana, se Deus quiser. Gostaríamos de recebê-los a todos lá, com o maior carinho, com a maior hospitalidade da primeira cidade de Minas. Mariana foi a primeira Casa Legislativa de Minas Gerais, então nós temos uma história muito grande de diálogo, de parlamento. Então esperem de nós o diálogo. Esperem de nós construir junto uma ideia. Como eu disse aqui, reafirmo em nome do nosso prefeito, em nome dos nossos representantes municipais. Nós não estamos aqui para construir barreiras, para impedir o desenvolvimento econômico, para impedir o negócio. Nós estamos aqui para construir juntos soluções que sejam boas para o nosso povo. Muito obrigado. E uma boa noite.

04:23:20:12 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço as manifestações. Retorno à Associação Comercial e Empresarial Industrial e Agropecuária

de Mariana O representante se encontra? Não havendo representante aqui no momento no plenário, eu passo a palavra ao empreendedor que tem três minutos como solicitante e mais dez minutos como equipe técnica. O empreendedor. Então são 13 minutos, 13 minutos para os senhores.

04:24:09:00 [Reuber Koury - diretor de projetos, Segurança e Meio Ambiente da Samarco] - Boa noite, meu nome é Reuber Koury, eu sou diretor de projetos, Segurança e Meio Ambiente da Samarco. Eu trabalho nessa empresa há 34 anos e prometo ser breve aqui para que todos possam retornar às suas casas. Bom, inicialmente eu queria agradecer a presença de todos aqui. Essa participação no licenciamento do projeto de longo prazo para continuidade das operações é muito importante para a Samarco. Também gostaria de agradecer aqui a presença das comunidades. Isso é essencial para nós entendermos as expectativas e demandas que foram levantadas aqui e em termos de agradecimento por último, gostaria de agradecer à mesa, em especial o presidente da mesa, Yuri Trovão, que conduziu essa audiência de uma forma segura e respeitosa. Nós da Samarco, acreditamos no nosso propósito de fazer uma mineração diferente, mais segura e sustentável. E realmente passa por momentos como esse, momentos de transparência e de diálogo. Uma coisa que eu queria deixar clara para todos é que os comentários, as críticas, sugestões. Todos esses pontos, mesmo que foram aqui ou que sejam posteriormente levantados, eles serão criteriosamente avaliados pela Samarco. O projeto especificamente, nós temos um compromisso público que ele não se encerra somente aqui na audiência pública. É um dever contínuo esse compromisso. Hoje nós trouxemos aqui o projeto de longo prazo para continuidade das operações que estão em processo de licenciamento. Os estudos realizados por consultoria externa e independente e também, juntamente com os programas sócio ambientais, eles indicam que o projeto é robusto. Toda a documentação apresentada aqui, ela está disponível no site da Samarco para ser avaliada, para ser acompanhada por qualquer pessoa que queira fazer algum comentário a posteriori. O projeto de longo prazo que debatemos aqui ele é essencial para a continuidade das nossas operações. E aqui eu gostaria muito de reforçar que não é, não se trata aqui de uma expansão da nossa capacidade produtiva de um aumento de produção. E sim uma construção de estruturas para disposição de

estéril e rejeito que nos permitirão alcançar os 100% da nossa capacidade produtiva que já está instalada e já está licenciada. Em relação à comunidade e à sociedade em geral, há 45 anos Mariana e Ouro Preto recebem a Samarco. Entendemos e compreendemos que as ações da nossa empresa têm relação direta com os territórios e as pessoas. Por isso, queremos continuar escrevendo essa história com vocês. Retornamos a nossas operações de forma gradual e sem utilização de barragem e, dessa forma, voltamos a contribuir com o desenvolvimento da economia local e regional, gerando oportunidades de emprego e capacitando os moradores das comunidades, tanto aqui de Minas Gerais quanto do Espírito Santo. Com tudo isso, acreditamos que esse processo de licenciamento, ele é importante para a Samarco e também é importante para a sociedade. Bom, finalmente eu queria mais uma vez agradecer a todos que estiveram conosco, principalmente os que ficaram até agora. Destaco que a nossa atuação vai muito além dessa audiência. Nós continuamos à disposição por todos os meios e canais de comunicação disponíveis e principalmente a Central de Relacionamento, que pode esclarecer dúvidas com relação a esse processo ou quaisquer outros assuntos relativos à Samarco. O atendimento da central é 24 horas em todos os dias da semana. Obrigado. Boa noite.

04:29:03:00 [Yuri Trovão - Diretor Regional de Controle Processual] - Agradeço a manifestação da empresa, os elogios. Bem, senhores e senhoras, encaminhamos aqui para nossa quinta parte, que é finalizar a nossa reunião aqui. Quero agradecer imensamente a presença de todos do Corpo de Bombeiro, da Polícia Militar, da equipe técnica que auxiliou a reunião, a audiência pública, a equipe da Super, aqui presente da empresa e principalmente do poder público, executivo, legislativo que esteve aqui presente e das comunidades que estiveram aqui até o momento. Creio e na minha opinião, o recado foi dado para a empresa. Eu sempre falo, estou desde 2006 no Estado e já participei de inúmeras reuniões, presido a Câmara Normativa Recursal, presido a Câmara de Atividades Minerárias. Eu falo que sempre, quase todos os empreendimentos têm que melhorar na questão social. A oitiva da população atingida é de suma importância e na minha opinião o recado foi dado para os senhores aqui pelos senhores, à empresa e todos nós aguardamos que isso seja concretizado. Mais uma vez agradeço

a presença de todos. Que Deus os abençoe e dou por finalizada a nossa reunião. Muito obrigado.

**TRANSCRIÇÃO AUDIENCIA PÚBLICA-
LICENCIAMENTO DO PROJETO LONGO PRAZO
NÚMERO DO PROCESSO SLA Nº 3858/2022**

EMPRESA: SAMARCO MINERAÇÃO S.A

DATA DO EVENTO: 28/03/2023

HORÁRIO DE INÍCIO: 18H30

LOCAL: HOTEL/COLÉGIO PROVIDÊNCIA

CIDADE DE MARIANA / MG

00:33:07 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Boa noite a todos, solicito que tomem assento para iniciarmos a nossa audiência pública. Mais uma vez quero cumprimenta-los desejando a todos uma boa noite servidores, plenário, equipe de organizadora, ao empreendedor SAMARCO. Meu nome é Yuri Trovão, fui designado a presidir essa audiência pública, conforme processo SEI 137001005977/2023-03. Quero chamar o senhor Antônio Carlos Amorim, gerente geral de segurança para passar as nossas instruções de segurança do nosso ambiente de audiência.

00:35:03 [Antônio Carlos Amorim, gerente geral de segurança] Boa noite. Sejam todos muito bem vindos. Esse evento vai acontecer em dois auditórios aqui na sala um e aqui do lado na sala dois. É, quem está aqui na sala um, qualquer situação de emergência nós vamos sair aqui pela lateral. Nós temos extintores de incêndio aqui. Estamos contando com a ajuda dos socorristas civis, bombeiros civis que estão conosco. No auditório dois quem tiver qualquer situação de emergência tem duas saídas nas laterais do fundo. E também a saída principal. É só seguir as setas orientativas. E aí, em qualquer situação de emergência, nós vamos sair em direção as duas tendas que estão aqui na frente. Onde nós temos uma ambulância com um médico e um enfermeiro. Qualquer necessidade que alguém tiver alguma necessidade de atendimento nós temos essa ambulância lá, ok? Eu queria também aproveitar, é, nós estamos vendo o tempo está muito, está armando uma chuva muito forte, pode ser que a gente tenha alguma queda de energia. Mas o evento ele conta com um gerador de emergência. Se isso acontecer, a gente vai ficar, aguardar no local e em alguns minutos o pessoal da organização liga o gerador e a energia volta. Então é só para prevenir se a gente tiver uma chuva muito forte, ok? Obrigado e boa audiência para todos.

00:36:18 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço os esclarecimentos. Eu tenho uma breve apresentação para passar para os senhores, somente para a gente informa-los como será a nossa audiência pública, o nosso andamento nesta noite. Então, aqui nós estamos presentes, assim eu já declaro aberta a nossa audiência, conforme artigo três da Deliberação Normativa COPAM 225 de 2018, a audiência pública se dá com a formação da mesa, que é pelo presidente, no meu caso, indicado pela secretaria, pela secretária executiva do COPAM e pela minha assessora aqui a doutora Giovana. Então nós estamos aqui presentes porque o empreendedor, a Samarco, pelo Projeto Longo Prazo, enquadrado na classe seis, pela deliberação normativa 217/2017 e nós tivemos ontem uma reunião em Ouro Preto e a de hoje em Mariana, por o empreendimento ter impacto nesses dois municípios. O número do processo no SLA é o 3858/2022. Por favor. Como eu falei para os senhores, a audiência pública terá início com a formação da Mesa Diretora, no caso eu e a assessora, prevista no edital de convocação, seguindo a execução do Hino Nacional, cabendo ao presidente da Mesa designar a pessoa que ficará responsável pelo recebimento até 60 minutos após a abertura dos trabalhos das inscrições e manifestações durante a audiência pública. Então nós temos dois pontos, salvo me engano, para recebimento das inscrições. Então, a partir de agora, até 60 minutos, aqueles que tiverem interesse poderão se inscrever para fazer uso da palavra. Então somente poderão fazer o uso da palavra àqueles devidamente inscritos. Então, a partir de agora, 60 minutos. Eu vou lembrá-los desse tempo, quando faltar dez minutos eu peço para a assessoria me ajudar. Faltando dez minutos para acabar o tempo de uma hora, me avisar aqui para que eu avise que há dez minutos restantes para as inscrições. Assim, eu convido a todos para ouvirmos o Hino Nacional.

00:38:33 [execução do Hino Nacional]

00:42:17 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Dando continuidade às nossas orientações, eu peço, pode passar mais um. Então como que se dá a nossa audiência pública? Eu falava isso ontem com essa mesma apresentação em Ouro Preto. A audiência pública tá dividida em partes. Então a primeira parte consiste na abertura realizada pelo presidente da mesa, que expõe as regras segundo as quais se realizará a audiência pública. É justamente o momento que nós estamos. Então, o que é

uma audiência pública? É uma reunião destinada a expor à comunidade as informações sobre a obra ou atividade potencialmente poluidora do empreendimento objeto do requerimento da licença ambiental. Essa parte é muito importante destacar para os senhores, por que nós estamos aqui reunidos para tratar daquilo que foi objeto do requerimento da licença. Qual é o processo? Projeto Longo Prazo. Vamos citar um exemplo: esse projeto ele não tem previsão de barragens. Aí os senhores querem questionar alguma coisa sobre barragem de rejeitos. Não faz parte do objeto do requerimento do Projeto Longo Prazo, barragem de rejeito. Os senhores querem fazer uso da palavra dentro dos três minutos que é previsto para questionar algo que refere a um outro projeto. A empresa não está adstrita a responder. Por quê? A determinação pela Deliberação Normativa COPAM 225, que o objeto do requerimento, o objeto nós temos que ter ciência disso, de fazer questionamentos, e termos a atenção àquilo que é afeto do empreendimento que está sendo discutido nesta noite. Tanto é que quando os senhores, qualquer dos senhores fizeram um questionamento relativo ao objeto do requerimento, ao processo do longo prazo e esse questionamento não for respondido a contento pela empresa, os senhores podem dirigir um questionamento a SUPPRI que irá oficiar a empresa para que ela tome ciência do questionamento ou daquela, do que os senhores requereram para que ela providencie uma resposta caso a Superintendência entenda que a resposta não foi contemplada. Diferentemente, se não for algo atinente ao processo objeto do requerimento, a empresa não tem essa obrigatoriedade. Por óbvio, a empresa tem a central de relacionamento, que pode tratar de outros assuntos, mas a audiência hoje, pública, ela tem um objeto específico, que é o Projeto Longo Prazo. Para que serve? Para dirimir dúvidas e recolher críticas, sugestões a respeito para subsidiar a decisão quanto ao licenciamento ambiental. Então, a audiência pública é um dos momentos onde a população, onde o Poder Executivo, o Poder Legislativo pode, perante a equipe da SUPPRI que está aqui presente e perante o empreendedor, demonstrar ou perquirir as suas dúvidas, as críticas ou alguma sugestão. Então, esse é um dos momentos. Há outros momentos? Claro, o processo é público que está sendo, vai ser julgado, é um processo público e a qualquer momento os senhores podem ter, inclusive vistas dos processos. Mas agora é um momento, um dos momentos pela audiência pública, que os senhores podem fazer sugestões ou até mesmo criticar o projeto. Qual o projeto? Lembrando bem, aquele que é objeto do requerimento. Quem participa? Qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão. Então, qualquer dos senhores, caso queiram se manifestar, é só se inscrever lá fora, nós temos dois pontos de inscrição, e utilizar a palavra em uma das tribunas, ou aqui na de cima ou na de baixo. Então qualquer pessoa interessada pode participar, seja ela afetada diretamente ou indiretamente, ela pode participar. Quem solicita? Prefeito do município da atividade do empreendimento, entidade civil sem fins lucrativos, grupo de 50 ou mais pessoas, o nosso caso aqui foram cinco solicitações, sendo uma solicitação que foi indeferida então nós temos quatro solicitantes aptos a se manifestar como solicitante. Por favor. Nós vamos então para a segunda parte. Após as minhas manifestações, nós encaminharemos para uma segunda parte. O que é que é essa segunda parte? É a parte de exposição. Nessa parte de exposição o empreendedor e a equipe técnica, indistintamente, terá 45 minutos para se manifestar. Então, entre empreendedor e equipe técnica. O empreendedor pode falar cinco minutos e a equipe técnica 40? Pode. O empreendedor pode falar 15 minutos e a equipe técnica 30? Pode. Então o tempo eles vão gerir, mas ele, empreendedor e a equipe técnica, tem 45 minutos para se manifestar. Aos solicitantes da realização da audiência pública até 30 minutos, divididos igualmente para cada solicitante, quando for o caso. Então, aí nós temos quatro solicitantes aptos, então vai ser 30 dividido por quatro. Aí cada um vai ter o tempo para sua manifestação. Por favor. Após a manifestação do empreendedor e após manifestação do solicitante, nós teremos a manifestação daqueles que solicitaram as inscrições. Então, terceira parte: consiste na manifestação dos inscritos na forma prevista no artigo 13, em 12 blocos de perguntas e respostas, com cada bloco composto por três falas ou questões dos presentes,

de até três minutos cada, seguida de resposta única de seis minutos pelo empreendedor, totalizando no máximo 180 minutos. Importante, não será permitida a transferência de tempo entre uma entidade ou pessoas inscritas que porventura se abstiverem de fazer uso da palavra. Cada inscrito só irá usar a palavra uma vez, obedecendo a ordem de inscrição. Então como é que vai funcionar? Cada pessoa que se inscreveu, lá fora, ela poderá fazer uso da palavra. Qual o tempo? Três minutos. Dado os três minutos, eu vou pedir ao inscrito que ele conclua a fala e vou dar apenas 10 segundos. Se ele não concluiu em 10 segundos, a organização está autorizada a cortar o áudio. E como faz isso? Eu vou chamar três pessoas. Então a cada bloco de três eu chamo três inscritos, faz a sua manifestação ou faz as suas perguntas e eu passo a palavra ao empreendedor que terá seis minutos para responder ou para se manifestar contra aquelas três falas e assim vai progredindo. Lembrando, que como previsto na Deliberação Normativa COPAM 225, o tempo de fala de um não pode ser passado para outro. Exemplo, eu tenho três minutos, eu usei um minuto só, ficou dois minutos. Eu posso pegar os meus dois minutos e passar para a doutora Giovana para ela utilizar cinco minutos contando três dela e dois meu? Não pode. Isso está previsto onde? está previsto na deliberação Normativa COPAM 225. Ah, eu entendo que esse tempo não, não é, não é o suficiente. Infelizmente, nós não estamos aqui para discutir uma deliberação. A Câmara Normativa Recursal que elaborou e que julgou essa deliberação entendeu que é o tempo necessário. Então, nós vamos obedecer fielmente aquilo que está previsto na deliberação normativa COPAM. E eu não vou abrir exceção a ninguém, nem ao empreendedor e nem aos inscritos. Quarta parte: consiste nas considerações finais, cabendo dez minutos aos solicitantes e ao empreendedor e equipe técnica, indistintamente, até dez minutos. Então, já caminhando ao final, nós temos novamente a manifestação dos solicitantes. Nós temos quatro solicitantes, então será dez minutos dividido por quatro e ao empreendedor terá dez minutos entre empreendedor ou equipe técnica. Fica a critério dele. Quinta parte: consiste no encerramento realizado pelo presidente da mesa. Então, ao final, eu encerro. Eu tenho algumas outras considerações importantes. Por favor. Todos os documentos apresentados à Mesa Diretora serão protocolados e anexados ao processo de licenciamento ambiental em análise, devendo ser obrigatoriamente considerados na elaboração do relatório síntese e na construção das decisões administrativas relativas ao licenciamento ambiental. Então caso algum dos senhores queira protocolar algum documento aqui nesse exato momento na mesa, poderá fazê-lo. Se tiver alguma contra cópia, eu vou receber, dar o recebimento na presente data e darei a contra cópia aos senhores. Esse documento será anexado ao processo de licenciamento ambiental. Uma cópia da mídia eletrônica contendo a gravação da audiência pública deverá ser anexada ao processo de licenciamento ambiental. Então nós temos aí a gravação que vai ser a ata, e também temos a mídia que também será anexada ao processo. Isso é importante relatar aos senhores que aí eu peço quem for fazer uso do microfone, sempre falar mais próximo, porque essa reunião também ela está sendo transmitida via YouTube pelo site da Samarco. Então, se eu afastar do microfone a pessoa que estiver assistindo pelo YouTube, ela não consegue ouvir o áudio. A mesma coisa, ontem nós tivemos uma audiência pública de forma muito ordeira. Alguns momentos nós tivemos algumas manifestações mais acaloradas, mas sim, de forma muito ordeira. Muita das vezes um escrito está se manifestando e as vezes há barulho ao fundo. Algum questionamento que a pessoa fizer ao fundo sem usar o microfone, quem está assistindo pelo YouTube não vai ouvir e também quem está se manifestando aqui no momento também não vai ouvir. Então, qual é o momento de fazer esse questionamento? Se inscreva, se inscreva, se inscreva e fale ao microfone. Há também uma outra oportunidade que aos interessados poderão, no prazo de até cinco dias úteis, contados da data da audiência pública, apresentar documentos relativos às questões envolvidas, valendo para este fim a verificação do prazo, a data da postagem nos Correios ou a data de protocolo na unidade administrativa da SEMAD responsável pela análise do processo Licenciamento Ambiental. Aí eu peço a organização para colocar o e-mail da SUPPRI, por favor. Então os senhores poderão tanto fazer uso

da palavra no microfone, desde que devidamente inscritos, lembrando que o prazo para inscrição já está correndo. Os senhores podem fazer o protocolo aqui na mesa, comigo, ou ainda podem mandar questionamentos a Superintendência de Projetos Prioritários no endereço que está aí embaixo. Ok? Bem, senhores, essas são. Falando aqui já tem um protocolo aqui em cima da mesa. Lembrando que nós temos dois auditórios, podem fazer a inscrição tanto aqui quanto no outro auditório, ok? Bem, creio que essas são as considerações que eu tinha para dizer aos senhores. Qualquer dúvida os senhores podem me perquirir aqui ou mesmo a doutora Giovana, agradeço mais uma vez a presença de todos e que Deus abençoe a nossa audiência pública. Assim eu encerro a nossa primeira parte, que são as minhas explicações e passo para segunda parte, conforme demonstrado aos senhores. E aí eu passo a palavra ao empreendedor que terá 45 minutos entre empreendedor e equipe técnica, pois não? Com a palavra.

00:56:09:14 [Eduardo Moreira-gerente geral de projetos da Samarco] Boa noite a todos e todas. Sou Eduardo Moreira, gerente geral de projetos da Samarco. Hoje apresentaremos e tiraremos todas as dúvidas possíveis do nosso Projeto de Longo Prazo para continuidade das operações. Eu queria iniciar agradecendo a participação de todos, especialmente da comunidade, das comunidades, dos moradores dos movimentos sociais, das entidades públicas e de todos que estão aqui presente, representando a sociedade. A gente acredita muito que esse momento seja um momento muito rico e importante para o nosso projeto e para a Samarco, para que possamos, de fato, fazer uma mineração diferente, inclusiva e sustentável e cada vez mais segura. Para compreendermos melhor este projeto, é importante entendermos um pouco de como chegamos até aqui. Tivemos em 5 de novembro de 2015 o rompimento da barragem de Fundão, que marcou profundamente a nossa história, que marcou profundamente a gente. Um momento que jamais esqueceremos. E foi um momento que a gente lembra dia após dia e reforça dia após dia, o nosso compromisso com a reparação. É com base nessas lições e nós aprendemos bastante, e nós entendemos naquele momento que era fundamental evoluirmos que era fundamental fazer diferente, que a gente precisava disso e que nós, em 2019, em função da nossa história e de tudo o que fizemos nesse tempo, recebemos a Licença Operação Operacional Corretiva, a LOC. Apesar de recebermos essa licença em 2019, nós, dentro do nosso planejamento de retomada das nossas operações e de todos esses aprendizados e reflexões que fizemos ao longo desse tempo, nós entendíamos que teríamos que voltar, mas de maneira diferente. Com isso a gente implantou o novo sistema produtivo com sistema de filtragem e retomamos sem barragem, empilhando o rejeito a seco. E essa retomada aconteceu em dezembro de 2020. Essa, essa retomada e todo o planejamento foi uma retomada gradual. Nós entendíamos naquele momento que precisávamos ir passo a passo. E retomamos com 26% da nossa capacidade produtiva, mais seguro, sem um sistema de barragens, mas entendíamos que tínhamos que ir passo a passo. E essa retomada começa a gerar os primeiros resultados. Nós produzimos nesse período 16 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro. Geramos 11.600 empregos. Geramos 380 milhões de tributos. E para 2023, estamos prevendo um investimento de R\$1,6 bilhão. É importante ressaltar que desse investimento, 50% desse valor ele será investido, está sendo investido nas obras de descaracterização das barragens da Samarco. Mas nesse processo de aprender, evoluir e transformar, a gente pretende seguir em frente. E é importante, e durante todo esse processo, a gente, apesar de ter a LOC liberado toda a nossa capacidade produtiva, nós entendemos. E para alcançarmos os 100% da nossa capacidade, precisamos licenciar novas áreas, que é o escopo dessa audiência pública. E o escopo dessa audiência pública, ele tem vários, vários itens que eu convido vocês para verem um filmezinho que a gente preparou para melhorar esse nosso entendimento e a nossa visão do escopo.

01:00:49 [vídeo institucional Samarco] Somos a Samarco. Há 45 anos, atuamos de forma integrada da extração de minério em Minas Gerais, à pelotização e embarque de nossos produtos no Porto de Ubu, no Espírito Santo. Transformamos minério de baixo teor de ferro em Pelotas com alto valor agregado. Elas são matéria prima fundamental para produção do aço, utilizada em nosso dia a dia, como em telefones celulares e eletrodomésticos. Em 2015, com o rompimento da barragem de Fundão, que marcou a nossa história e nunca será esquecido, nossas atividades operacionais foram paralisadas. Concentramos nossa atuação em ações emergenciais e na compensação e reparação dos impactos, posteriormente, assumidos pela Fundação Renova. Foi um período de muitos aprendizados. Obtivemos a Licença Operacional Corretiva (LOC) em 2019, com um novo processo produtivo, sem utilização de barragens para a disposição de rejeitos. Hoje, após o processo de filtragem, 80% de nosso rejeito é empilhado a seco, os demais 20% são destinados à Cava Alegria Sul, um espaço rochoso confinado. Todas as nossas estruturas geotécnicas estão estáveis e são monitoradas 24 horas por dia, sete dias por semana. A cava e a barragem de Germano encontram-se em avançado processo de descaracterização. Voltamos a operar de forma gradual e segura, em dezembro de 2020. Contribuindo com a economia local, regional e do Brasil, com geração de empregos, capacitações e investimento sócio ambientais, buscamos construir e compartilhar valor. Estamos nos preparando para alcançar, de forma gradual, 100% de nossa capacidade de produção em 2028. Mas para isso é necessária a construção de novas estruturas e o aumento da área de lavra que fazem parte do licenciamento do Projeto Longo Prazo para continuidade das operações. Todas essas estruturas ficarão localizadas próxima à unidade industrial da Samarco, em Mariana e Ouro Preto, e seguem o processo produtivo atual com filtragem dos rejeitos, empilhamento a seco e disposição em cava. Vamos conhecer o que está neste projeto? Serão necessárias novas áreas de lavra, ou seja, extração de minério. Implantaremos uma nova planta de filtragem para atender o retorno de operação do concentrador 1. Para disposição do material após a filtragem, ampliaremos o Sistema de Disposição de Estéril e Rejeitos de Alegria Sul com a implantação de duas novas pilhas para disposição de estéril e rejeitos, denominadas de PDER-M e PDER-C. O rejeito lama continuará sendo disposto em cava confinada. Para tanto, está prevista a implantação de uma nova cava denominada de Alegria Sul 2. Para integrar todo o processo, serão construídos sistemas de transportes, que são as correias de longa distância e estruturas de apoio permanentes e provisórias. Para chegarmos a este projeto, consideramos as melhores tecnologias existentes. Analisamos com critério as alternativas com base nos estudos dos impactos ambientais e sócio econômicos conduzidos por consultorias externas e multidisciplinares. Elas atestam a viabilidade e também preveem uma série de ações e programas para evitar, reduzir ou compensar os impactos identificados. A continuidade de nossas operações reforça nosso compromisso em fazer uma mineração diferente, com inovação, sustentabilidade, segurança e compartilhando valor com a sociedade. Estamos abertos para ouvir propostas, esclarecer dúvidas e acolher críticas, pois somente assim, juntos e juntas, conseguiremos aprender, evoluir e transformar.

01:05:28 [Eduardo Moreira-gerente geral de projetos da Samarco] Conforme prevê o processo de licenciamento, nós realizamos estudos e estudos criteriosos realizados por uma consultoria externa independente que será apresentada aqui hoje durante a audiência. Nós fizemos, e está disponível toda a documentação em nosso site. Temos também exemplares aí à disposição de todos vocês e estamos a disposição também no nosso 0800. O nosso canal de relacionamento está à disposição durante 24 horas por dia, todos os dias da semana. E o contato, o relacionamento, o diálogo com vocês, para nós, é algo de muita importância, porque só assim a gente acredita que consiga realmente fazer diferente e integrar cada vez mais os nossos processos junto aos ambientes que a gente atua. Eu gostaria de convidar senhor Alceu, da BRANDT, para fazer a apresentação do estudo.

01:06:47 [Alceu Raposo-consultor da BRANDT Meio Ambiente] Boa noite a todos! Meu nome é Alceu Raposo, eu sou consultor da BRANDT Meio ambiente e participei desse projeto ao longo dos últimos anos como coordenador técnico desse projeto, em torno de cinco anos, a gente vai falar um pouco sobre ele aqui. E o objeto do nosso estudo aqui é o estudo de impacto ambiental desse Projeto Longo Prazo. Rapidamente um pouco sobre a consultoria BRANDT, que desenvolveu esse estudo de impacto ambiental, é uma empresa que atua, ela tem sede em Nova Lima, nós somos mineiros de origem, sempre estivemos na região, então a gente trabalha em Nova Lima, nós somos, nós temos 34 anos de experiência na área de projetos de mineração, siderurgia, energia e projetos de grande complexidade. Entre os projetos que nós já atuamos ao longo desses anos, nós temos mais de 2000 projetos desenvolvidos no Brasil e no exterior. Basicamente, para esse Projeto do Longo Prazo, nós gastamos cerca de cinco anos desenvolvendo esse projeto, através de dados primários de levantamentos de campo e envolvendo aí uma equipe multidisciplinar. Nós vamos ver aqui hoje então? Basicamente nós vamos fazer uma análise do projeto. Eu vou apresentar na sequência a metodologia do EIA, que dados nós utilizamos para vocês verem que tipo de informações foram suficientes para analisar o estudo ambiental, depois nós vamos ver o diagnóstico que na verdade é o que nós vemos de meio físico, que é água, ar, ruído, que nós vimos da parte biótica, que é a flora, fauna, e o que nós projetamos enquanto impactos ambientais desse projeto, os programas de mitigação que a BRANDT entende necessários e que vão contribuir para mitigar e compensar esses impactos. E por fim, a conclusão. Então essa é a nossa sequência da apresentação aqui. Bom, é, inicialmente o mapa de localização do projeto. Basicamente, essencialmente ele está na porção norte de Ouro Preto, aquela estrutura vermelha ali acima, e ele vai agora expandir as suas estruturas para a parte mais interiorana de Mariana. Se a gente for ver a parte urbana dos dois municípios, são aqueles dois pontinhos aqui embaixo de Ouro Preto é a parte urbana, e a parte urbana de Mariana também. Lá em cima a gente está falando de ambientes mais naturais ou comunidades isoladas e ali, em ambientes rurais. A gente está com um pouquinho de delay em função da distância lá com a produção. E em relação a alternativas locais, antes de se fazer um projeto desse, se pensar nas estruturas é necessário, segundo o termo de referência do órgão ambiental, fazer alternativa locacional ou tecnológica para escolher os melhores locais. Isso significa, com o menor impacto, é mais estável, com mais segurança, com menos riscos. Então esse aqui é só um exemplo de quais estruturas e quais porções o ambiente em torno da Samarco foram estudadas, para que se pudesse então fazer um, é, ter aquele layout final das estruturas que eu vou apresentar aqui também, o empreendedor já mostrou. Isso tudo, obviamente, está em detalhes no estudo de impacto ambiental e no EIA-RIMA que está também à disposição. Bom, basicamente nós temos duas questões importantes. De vermelho eu coloquei como uma expansão das cavas, então é essencialmente a gente está tratando de áreas já antropizadas e áreas de mineração onde já há exploração nesse sentido. E a expansão da estrutura, que é a correia transportadora, que é aquela linha em amarelo, que vai levar o estéril e o rejeito drenado para duas pilhas chamadas de PDR-C e PDR-M. E essas duas pilhas vão estar naqueles ambientes mais naturais. Então esses é os dois contrastes de impactos nos quais nós avaliamos ao longo do projeto. A metodologia então do projeto, meio físico, que é solo rochas, como eu disse, água, ar e ruído, nós utilizamos as normas climatológicas do órgão ambiental, as estações de monitoramento de Santa Rita Durão, que é de qualidade do ar, para a gente avaliar o ar e uma outra que nós colocamos em Camargos para avaliar a qualidade do ar de Camargos. Por que isso? Porque uma vez obtendo licença, vai operar e a gente precisa de ter a qualidade do ar como background. O que que é background? É o estado original do ar antes de operação, para que quando tiver operação você consiga comparar se houve uma piora ou uma melhora da qualidade do ar naqueles ambientes. Bom, passado o susto aqui, nós temos os dados da Embrapa, que é de solos, os levantamentos de campo do meio físico foram realizados em 2019 a 2021. Para a fauna, nós fizemos levantamentos que sazonalidades, ou seja, período seco e chuvoso, que é o que demanda a

legislação entre 2017 e 2020. Para a flora, os levantamentos de campo foram 2019, 20, 21, também obedecendo esses períodos de seca e de chuva, onde o comportamento das plantas também altera entre seca e chuva. As questões sociais a gente teve um período que foi de novembro de 2020 a abril de 2001. Então, basicamente, e também nós estudamos os distritos, obviamente de Santa Rita Durão, Camargos, Antônio Pereira, Morro de Água Quente, que é o que a gente imaginava, é que poderia ter influência do projeto no qual a gente iria avaliar no futuro. Bom, esses são os pontos de monitoramento de tudo o que nós dissemos aqui, de água, ar, ruído, de fauna, de flora e o de vermelho ali, quer dizer vermelho ou laranja, dependendo da qualidade da imagem, é a estrutura que a ADA que a gente chama que é a área diretamente afetada. Então esses foram os pontos nos quais nós adensamos mostrando aí uma certa robustez nos dados para que a gente pudesse fazer esse levantamento ao longo desses cinco anos. Aqui, a área de estudo, que é onde nós nos debruçamos do meio físico. Para tratar o meio físico então a gente usou basicamente a bacia de parte ali de Ouro Preto e de parte de Mariana. Então as sub bacias ali, A questão do meio biótico, que é fauna e flora, a gente utilizou a área de estudo, ou seja, o que que a gente iria estudar? Isso não é um impacto, é a área de unidade amostral que nós utilizamos para estudar, também foi a bacia e as unidades de conservação. Para a sócio economia nós utilizamos uma área mais abrangente, que é os municípios. Então a gente estudou Ouro Preto, Mariana e Catas Altas. O diagnóstico ambiental, o diagnóstico ambiental são os dados então em sim. Aqui nós temos então o meio físico. Então, basicamente essa porção norte lá em cima, onde estão as estruturas atuais da Samarco e as que vão expandir, em especial a cava, mostra que nós estamos numa área mais montanhosa, com maior declividade, portanto requer mais cuidado do ponto de vista de segurança, de geotecnia, de estabilidade de terreno. As estruturas das pilhas, elas estão nesse relevo um pouco mais suavizado, que é aquela parte verde, um verde mais claro e o verde mais escuro ali. Bom, do ponto de vista da sub bacias que a água, qualidade da água, essencialmente sobre a influência do projeto nós vamos ter aí o rio Piracicaba ao norte ali, perto das estruturas onde já ocorre as operações da Samarco, o Córrego Natividade, o Córrego Vermelho, o córrego Santarém, o Córrego Gualaxo do Norte, o Ribeirão do Peixe, o Ribeirão Gualaxo do Norte. Então, basicamente, são essencialmente são esses os rios que estão sobre a área de influência do projeto e, estão, dentro da sub bacia do rio Piracicaba e do rio Piranga, que por sua vez está na bacia do Rio Doce. Então, a bacia do Rio Doce é uma bacia estudada, avaliada em profundidade e que está dentro dessa área de influência do projeto. Bom, em relação à qualidade do ar, como eu disse, tem a estação automática de Santa Rita, que é da Samarco, ela já opera, e uma que a BRANDT colocou em Camargos. E os dados nessas operações mostraram que a qualidade do ar é boa a moderada nesses dois distritos. Em relação à questão de ruído, também foi avaliado, não houve ultrapassagem. As questões de ruído para esses dois distritos também se mostrou adequado para a legislação ambiental. Espeleologia que é as cavidades, foi feito pela empresa Bioespelho, que também está aqui, é uma parceira nossa, foi levantado caminhamento espeleológico que é o adensamento das estruturas mais acinzentadas dentro da ADA de vermelho, é o caminhamento, onde as equipes de espeleólogos fizeram andamento, o caminhamento, que foi por volta de 1500 quilômetros prospectados, andados nessas nessa área. O levantamento então mostrou 365 cavidades estudadas. Dentre esse levantamento, é necessário fazer um levantamento topográfico, geo-espeleológico, de arqueologia, de biologia, e aí você classifica essas cavidades. Aí você faz a área de influência dessas cavidades e aí depois você analisa o impacto. Dentro esse resultado, os estudos nos mostraram então que vai haver 51 cavidades que estão projetadas para serem impactadas desse universo de 365, 18 são de relevância alta, 07 de média. Dessas duas categorias é necessário fazer compensação mediante legislação ambiental. Então, para haver supressão, ou impacto sobre essas cavidades tem que haver compensação junto ao órgão ambiental. E as de baixa relevância, não há compensação específica para elas, foram 26. Aqui um pouco da questão da flora mostra para a gente, nesse Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, que é o

ZEE, a porção considerada na maioria ali do empreendimento está numa classe muito alta, que é aquela de laranja. Em relação a unidades de conservação, foi identificado duas unidades, que é o Parque Nacional Serra do Gandarela e a Floresta Estadual do UAIMIII. Não há interceptação, como não poderia ter sobre essas duas unidades, mas está na zona de amortecimento dessas duas unidades. Isso significa que ela está no raio de influência. Para isso tem que haver anuência das duas unidades conservação, coisa que a Samarco já tem dos projetos anteriores, as anuências, e as tratativas de compensações com esses dois, essas duas unidades de conservação. Em relação à flora e às plantas aí, basicamente o cenário que nós temos para ser identificado é 55% de floresta estacional semi decidual, ou seja, mata, nós temos 14% de campo rupestre e 20% de área antropizada, que é pastos, áreas degradadas. E aí maciço florestal que acompanha em torno de 8%. É floresta plantada, que é eucaliptos basicamente. Espécies então da fauna, nós temos então da flora, perdão, 444 espécies identificadas, 21 no território brasileiro considerados como ameaçadas e 14 em Minas Gerais. Dentre as espécies protegidas, dois ipês amarelos são considerados como espécies protegidas. E endêmicas, 155 no território brasileiro vinte e três em Minas, 16 de Mata Atlântica e 15 para campos rupestres. Diagnóstico de fauna, os animais. Os mamíferos é divididos, os mamíferos são divididos em pequenos mamíferos, grandes mamíferos e mamíferos voadores, que são os morcegos essencialmente. Então, desse resultado do diagnóstico, dos pequenos mamíferos, se vocês acompanharem a coluna aí, nós temos então 20 espécies identificadas, espécies ameaçadas nenhuma, espécies endêmicas da Mata Atlântica seis, espécies raras uma. De grande mamíferos, 35 espécies identificadas, nove ameaçadas, cinco ai endêmicas de mata Atlântica e nenhuma espécie rara. O morcego foram 27 espécies identificadas e uma espécie ameaçada que é aquele ali como exemplo que nós tivemos de campo de monitoramento, seis endêmicas de Mata Atlântica e duas espécies raras. Anfíbios e répteis, em especial os anfíbios e répteis, foram 52 espécies de anfíbios, as espécies ameaçadas de extinção foi uma, 32 espécies endêmicas de Mata Atlântica e espécies de distribuição restrita nenhuma e rara 17. Espécies de répteis 38, sendo uma esse cágado aí que é um monitoramento que a Samarco já faz e tem o acompanhamento desse cágado aí, há 12 espécies de Mata Atlântica e distribuição restrita uma, e 12 de espécies raras. O avifauna que são os pássaros, o número é maior, porque a diversidade é maior de pássaros, sempre em comparado, geralmente. Então nós identificamos 315 espécies de pássaros, nove em extinção, 50 endêmicas, duas migratórias e uma exótica, que é o que não é considerado da nossa fauna. E ictiofauna que é o peixe, nós temos aí 11 espécies identificadas. E esse cascudinho ele é considerado ameaçado de extinção. Tem também monitoramentos que a Samarco já faz, inclusive uma foto de monitoramento que ela já executa para esse, para essa espécie de peixe aí. E os macro invertebrados que são aqueles pequenos animais que vivem na água, que às vezes dá para ver só em microscópio, foram identificadas 75 espécies, e ameaçadas de extinção ou em perigo ou exótica, nenhuma. Bom, diagnóstico de fauna aqui, as abelhas 139 espécies, uma ameaçada de extinção e seis de Mata Atlântica. E os insetos vetores aí, 33 espécies identificados, e o que chama atenção aí, espécies de interesse médico que é o mosquito palha, esses mosquitos e esses vetores que causam doença. Foram 12 tipos de espécie que é um monitoramento também que a Samarco já faz em função dessas espécies identificadas em área de Mata Atlântica. Do ponto de vista sócio econômico, passando agora por um âmbito social, nós temos aqui uma projeção dos três municípios pra 2000, de 2025 a 2040, mostrando que basicamente Ouro Preto vai oscilar aí em torno de 2025 em torno de 78.000 pessoas, projetando aí até 2040 para 80.000. Depois seguido de Mariana, em torno de 63 vai variar também muito pouco Mariana nesses anos. É uma projeção feita por nós, não pelos institutos oficiais que ainda não saíram os dados. E Catas Altas uma menor população em torno de 5000, variando até 2040. Esses dados mostram um pouco da população urbana e rural desses municípios desde a década de 90. Tanto Catas Altas, Mariana e Ouro Preto, percebam que o de preto ali ou cinza, pra quem tá olhando aí na tela aparece a população urbana. Então esses municípios tem por

característica serem municípios urbanos em sua essência, não desconsiderando obviamente a população rural, que também é expressiva. Então, nos três municípios a gente tem essa dinâmica dessas populações. Um pouco sobre o PIB que é Produto Interno Bruto.

01:27:03 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Alceu, o senhor me desculpa, só lembrando aqui que eu fiquei de avisar a tribuna, o nosso prazo de 01h finaliza em dez minutos. Só que nós já tivemos os 36 inscritos, mas ainda aquele que queira fazer algum questionamento queira encaminhar para a recepção, ela depois será encaminhada a SUPPRI, que dará um andamento junto à empresa.

01:27:35 [Alceu Raposo-consultor da BRANDT Meio Ambiente] Do ponto de vista do que esses municípios produzem, basicamente a renda deles está baseado na indústria, que é de laranja aí, pegando Ouro Preto que 63% da sua riqueza é produzida pela questão de indústria. Aí na indústria está envolvido um grande aporte da mineração, seguido do setor de serviços também que é muito importante 27%. Mariana 51% tem sua riqueza produzida pela indústria, seguido de 31% que é bastante expressivo também a questão de serviços, que é o comércio em si. O comércio eu acho que está muito ligado à questão de também dar suporte à questão industrial. E Catas Altas, surpreendente também, é um município com um viés industrial com 64% do seu PIB ligado à indústria e 23% aos serviços. Empregos investe um pouco, o de cinza ali é 7480 pra Ouro Preto de número de empregados do setor de serviço, seguidos para a questão industrial de 5367. Depois Mariana também emprega mais no setor de serviços, mas acompanhado fortemente também pela questão industrial. E Catas Altas é um pouco mais baixo ali, basicamente dentro do mesmo patamar, ali de significância. A questão sócio econômica, mostrando um pouco do que nós levantamos na região, os bens culturais, é importante ressaltar que nenhum desses bens serão impactados e atingido, mas é necessário se fazer um levantamento para verificar as questões de ordem ambiental, social. Então, eu gostaria de chamar a atenção que para o âmbito dos estudos de arqueologia, é o protocolo já foi feito junto ao IPHAN, do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural Nacional e também está terminando os estudos junto ao IEPHA, que trata das questões de bens culturais e imateriais. E também junto as Prefeituras tem o Estudo de impacto de vizinhança que Mariana é obrigatório entregar esse estudo de impacto de vizinhança, que é como exemplo, como se fosse um EIA dentro no município. E aí você tem todas as tratativas lá. E o estudo de visada também. Então tem estudos paralelos a esses estudos do licenciamento ambiental que não corre, mas o órgão ambiental cobra anuência desses órgãos aqui do ponto de vista de patrimônio, de arqueologia, de outros bens. Bom, do ponto de vista das comunidades, nós trabalhamos, basicamente, Antônio Pereira levantando essas infraestruturas, Camargos e também as estruturas relacionadas à educação, infraestrutura, equipamentos. Então nossa equipe percorreu essas regiões pra gente ver quais os impactos que estariam sobre essas comunidades. Partindo então para a avaliação de impactos ambientais, ações de mitigação e de compensação, são aqueles impactos que não é possível mitigar e você tem que compensá-los. No meio físico, acompanhando um pouco aqui, eu gostaria que vocês que a gente começasse ali no primeiro lá de cima, alteração das propriedades do solo e a gente fosse como se fosse um relógio ali da direita pra esquerda. Então, basicamente nós temos então uma alteração das propriedades do solo com a retirada da cobertura da vegetação. Você fazendo isso você como potencial você tem uma dinâmica erosiva, ou seja, pode provocar processos erosivos no solo. Esse carreamento de material pode carrear para cursos d'água. Carreando para cursos d'água você tem uma alteração da dinâmica hídrica superficial. Pode alterar a qualidade da água daqueles rios, daquelas drenagens que nós apontamos ali constam interceptadas sobre o projeto, você altera essa qualidade, você tem um rebaixamento em função do aprofundamento de cava, você tem alteração dessa dinâmica hídrica subterrânea e você, em função de movimentação de máquinas, equipamentos, você promove ruído e altera a qualidade do ar que já tinha um ar em bases, vamos

dizer assim, naturais ou de emissões menores, né? Alteração física da paisagem, que você tem um elemento que era natural, principalmente naquela parte sul, sudeste onde vão ter as pilhas. Agora você tem uma pilha e você altera essa paisagem. Impacto sobre o patrimônio espeleológico, que é as cavidades que eu mostrei aqui, que em princípio estão previstas 51 interferências. Para isso, os projetos e os programas para mitigar e compensar esses impactos, nós temos então um programa de gestão ambiental e boas práticas, nós temos então um programa de monitoramento da qualidade do ar, as emissões atmosféricas, uso de aspersão de água, polímeros, o monitoramento com estações meteorológicas automáticas que a Samarco já tem algumas e está com projeções dentro desses projetos especiais de colocar estações automáticas, emitindo esses dados para o órgão ambiental online. Então, qualquer alteração acima dos padrões permitidos pela legislação, os órgãos vão ser informados, obviamente a comunidade tem que ter acesso a esses dados, que são públicos. Então esses são os programas que você pode alterar, mas você não pode estar acima do limite da legislação, porque isso é poluição e poluição não é permitido pela nossa legislação ambiental. Nós temos então os programas de gestão dos recursos hídricos, gestão quantitativa desses recursos hídricos, do patrimônio, espeleológico para não impactar cavidades que não podem ser impactadas e programa de gerenciamento de resíduos. E também, por fim ali, os programas de processos erosivos para evitar com que aqueles processos potenciais de erosão que eu falei sejam mitigados, fazendo um PRADE que é uma recuperação da área, revegetação, para mitigar esses impactos. Para o meio biótico então nós temos a redução da cobertura vegetal, você altera então o habitat desses, desses animais e da fauna, você alterando, você tem uma perda e fragmentação desses habitats e gera uma perturbação aí nas comunidades de fauna, que por vezes não consegue se adaptar ao ambiente do qual ela vai se deslocar. A perda de indivíduos terrestres da fauna, eventualmente algum animal pequeno na hora de fazer o afugentamento ou a remoção dele, ele não acaba tendo aquela perda individual ali de algum animal. Alteração de populações e com unidades de flora, perda e alteração de habitat aquático em função de intervenções de drenagem. Pode ter algum daqueles animais vertebrados ou algum peixe, você pode haver uma perda ali, e alteração desse ambiente aquático ali como eu disse. Para isso, os programas neste caso são programa de Afugentamento de fauna para você retirar essa fauna e deslocar ela para um ambiente natural e projetado, seguro para que ele não sofra danos ali. Tem um programa de manejo dessa fauna, um programa de monitoramento de dípteros que esses vetores, principalmente aí de mosquito da dengue, malária e essas questões. Quando você faz uma supressão você tem que estar de olho nesses itens. E o programa de monitoramento também da comunidade de fauna terrestre e outros programas aqui, como recuperação de área, que é o PRADE, que é o programa de recomposição aí, programa de operação de supressão da vegetação, para você não cortar árvores desnecessárias que esse pós e outros aqui dentro desse espectro. Partindo para os impactos na socio economia nós temos então uma possível sobrecarga dos equipamentos comunitários de infraestrutura urbana. Se chegar pessoas de fora, coisa que não está projetado nesse projeto, você tem uma sobrecarga no sistema educacional de saúde, de circulação de veículos de via como já está projetado esses impactos nesse cenário. Você ter uma interferência no patrimônio cultural natural, como eu disse, que a gente está avaliando todas essas questões no âmbito das outras instâncias. Alteração da paisagem e enfraquecimento aí junto à atividade potencial turística de Camargos é uma preocupação que nós tivemos pra isso em função de eventual alteração dessa naturalidade que existe lá nesse distrito. Você gera incômodos à população em função de ruído, poeira, circulação, isso a gente já tratou disso e está dentro desse espectro desse EIA. E geração de expectativas, tem uns que consideram um projeto bom e gera empregos, a questão do comércio. Outros têm expectativas ruins com a chegada de novos empreendimentos. Então, a geração de expectativa se dá no âmbito positivo e negativo. E incremento da dinamização da economia, que é a geração de impostos. Você acaba fomentando maior a economia desses municípios. Para os programas, então é o programa de comunicação social

e relacionamento sócio institucional que a Samarco já faz e vai fazer para essas, para esses distritos também, onde serão impactados nessa área de influência do projeto. Um programa de monitoramento de indicadores sócio econômicos que também já existe. O programa de apoio à Diversidade Econômica, que é o PADE, depois da Samarco pode explicar um pouco melhor sobre esse programa. Programa de capacitação, priorização da mão de obra local para evitar a chegada de gente de fora para conturbar mais esses municípios. Então é importante que a mão de obra seja local e o programa de educação ambiental. E para a fase de fechamento, todos aqueles impactos que eu disse, eles também valem para o fechamento, quando a Samarco for fechar essas estruturas. Então todos aqueles impactos são válidos para também o fechamento. Aqui eu adicionei os impactos que não estão contemplados naquela lista lá que são adicionais, que é enfraquecimento da economia local e regional, com o término e a paralisação Samarco, o término dos incômodos da população, que você tem com ruído, movimentação de máquinas. Então termina com esses incômodos, você fomenta a recolonização da fauna, você tem que recuperar a área e a fauna acaba voltando gradativamente, óbvio que ela não volta de um dia para o outro, ela volta durante anos e vale em função do tipo de recolonização que você está fazendo com a vegetação e o estímulo à migração populacional, ou seja, a saída daqueles profissionais ligados a área de mineração acabam saindo desses municípios e indo para municípios minerários. Por fim, e finalizando a conclusão desse projeto, a gente entende então, que existem impactos que são relacionados na porção norte que estão as estruturas que são as casas, que já é a parte da mineração em si, que já tem operação. Numa porção sudeste que é onde vão ter as pilhas, que são os ambientes naturais onde vai haver a supressão que a gente imagina que ali os impactos possam ser mais proeminentes. Nesse sentido, um pouco mais intensificados, já que a parte da operação já é conhecida. E também não foi avaliado barragem nesse projeto, o projeto não tem barragem, então, portanto não tem impactos relacionados a questão de barragem de rejeitos no âmbito desse EIA-RIMA. Então, diante dos impactos e desse cenário avaliado, impactos tanto positivos quanto negativos, e o atendimento das questões legais e a implantação efetiva dos programas ambientais, é possível concluir que o projeto...

01:41:35 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhor Alceu, o senhor tem 10 segundos para concluir.

01:41:38 [Alceu Raposo-consultor da BRANDT Meio Ambiente] É possível que o projeto atenda aos requisitos legais do licenciamento ambiental. Obrigado.

01:41:45 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação. Nós passamos para o segundo momento da nossa segunda parte, que é a manifestação dos solicitantes, que são de 30 minutos. Nós tivemos quatro solicitações válidas, Samarco, Associação Comercial e Agência de Desenvolvimento Econômico Social de Ouro Preto e município de Mariana. Chamo inicialmente a empresa Samarco Mineração que, dividindo 30 por quatro, daria sete minutos e meio, vou colocar oito minutos. Samarco com a palavra.

01:42:22 [Eduardo Moreira-gerente geral de projetos da Samarco] Em benefício da discussão, do diálogo e da oportunidade das partes interessadas se manifestarem, a Samarco vai abrir mão da sua, do seu tempo de manifestação.

01:42:35 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Eu agradeço a manifestação. Então, já que houve a desistência, declina do uso da palavra, então a gente tem que redividir o prazo. Então agora não são quatro, mas são três. Então são dez minutos para cada solicitante restante. Eu chamo então a Associação Comercial Empresarial, Industrial e Agropecuária de Mariana. O senhor tem dez minutos. O senhor pode fazer uso tanto da tribuna embaixo quanto em cima. Fica a critério do senhor.

01:43:12 [Associação Comercial Empresarial, Industrial e Agropecuária de Mariana] Boa noite.

01:43:15 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Boa noite. Pois não, com a palavra.

01:43:17 [Associação Comercial Empresarial, Industrial e Agropecuária de Mariana] Tá ótimo. Boa noite todos. É um prazer estar aqui com vocês. Ontem estivemos em Ouro Preto discutindo o mesmo projeto e a importância desse projeto para nossa região. Eu sou Amarildo Pereira, estou presidente da Associação Comercial de Mariana e nós temos trabalhado a associação da região, na região, de forma regional, tentando desenvolver e melhorar essa relação das grandes empresas com o empresariado local e também com isso, contratando mais mão de obra local. Um projeto desse porte, desse tamanho, é importantíssimo para nossa região para desenvolver, aumentar as potencialidades que nós temos e também aproveitar a oportunidade para diversificação econômica. Mariana e toda região tem a sua dependência hoje da mineração, um impacto muito grande que já aconteceu pós o rompimento e todos sofreram muito com isso. E hoje a gente vê essa oportunidade com a volta da produção da Samarco, com esse Projeto de Longo Prazo, da volta de mais emprego, de mais oportunidades para o empresariado e mais oportunidade para a população. Então, projetos desse porte, projetos que envolvam o desenvolvimento da região, a importância da Samarco para nós aqui na região e a importância de que possamos entender também que isso é uma oportunidade. Os recursos que são provenientes que vem, que roda na cidade, na economia, faz com que a economia da cidade cresça e também que o poder público possa trabalhar também fazendo ações. Então nós temos que aproveitar essa oportunidade para fazer com que projetos que são de interesse da população, interesse do empresariado, interesse de desenvolvimento de Mariana, aconteçam agora, apoiados por projetos desse tamanho. Nós temos muito recurso rodando na cidade e a gente tem uma dificuldade às vezes, de ver resultados chegando na ponta. Então, são esses os momentos que a gente tem com projetos desse porte, que vão ter novos projetos desenvolvendo na cidade, que vão ter mais recursos para a cidade. Que a gente possa desenvolver projetos que possam beneficiar a longo prazo, o empresariado de Mariana, a população de Mariana, a cidade de Mariana. Então é isso que eu queria falar, parabenizar a todos que estão aqui. Importante a participação de todos nós. Eu me tornei marianense, então hoje eu sou cidadão marianense, eu escolhi Mariana para morar e tenho lutado e tentado defender essa cidade, essa cidade que eu adotei como minha e que eu gosto tanto e vejo aqui, fico feliz aqui de ver aqui lotado de pessoas que também, com certeza, estão interessados em cuidar do interesse e no desenvolvimento da nossa região. Obrigado.

01:45:57 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação. O próximo solicitante foi a Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto. O senhor pode fazer uso da tribuna de baixo quanto aqui em cima. Lembrando que o senhor tem dez minutos para sua manifestação.

01:46:23 [Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto] Obrigado. Prezadas e prezados, boa noite. Cumprimento aí o presidente Yuri Trovão, autoridades, em nome de quem eu cumprimento as autoridades aqui presentes, representantes da Samarco, as comunidades, os presentes e internautas. Vou fazer uma leitura porque aqui represento um coletivo. Sou Vandeir de Assis Gonçalves e aqui represento o Comitê de Parceiros da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto, entidade que congrega uma representatividade significativa no setor produtivo e do terceiro setor, que atua no processo de desenvolvimento local e regional, sobretudo na gestão e execução de ações que possam garantir a diversificação e o desenvolvimento econômico no território. A nossa fala aqui não nos exime de manifestar o nosso respeito e a nossa solidariedade a todos aqueles que perderam entes queridos e que ainda lutam por uma indenização justa. Então fica aqui o nosso respeito. A nossa posição aqui é de uma instituição que há 19 anos atua na mediação de ações desenvolvidas em parcerias entre os setores da comunidade organizada, órgãos

públicos e do próprio setor produtivo, visando a economia social. Gostaria de reforçar que estamos sensibilizados pela expressiva discussão acerca do Projeto Longo Prazo para a continuidade das operações da Samarco. Pelos impactos e as perspectivas sócio econômicas em nosso território. É imprevisível, é imprescindível negar a vocação das Minas Gerais para a mineração desde o início de sua história. Esperamos e confiamos que as ações previstas no estudo interfira positivamente para a competitividade e a longevidade da empresa Samarco, resguardados interesses sociais e econômicos da sociedade. Oportunizamos esse foro para destacar que o projeto da Samarco tem como área de influência geográfica direta pelos impactos ambientais sócio econômicos os municípios de Ouro Preto e Mariana, a exemplo de operações de outrora. Portanto, para além dos estudos desenvolvidos pelo pela competente empresa BRANDT, que o processo de licenciamento em questão possa proporcionar aos municípios uma rica discussão em torno de um plano colaborativo e de soluções e de justas compensações que contemplem, prioritariamente, os mais atingidos. E por acreditarmos na capacidade de nossa gente, defendemos a criação de oportunidades também para aqueles que, por opção ou por não quererem ter vínculos com a mineração. Exemplo disso e aqui destacamos, o legado da empresa Samarco, fruto de uma condicionante de licenciamento do sistema de disposição de rejeito da cava de Alegria Sul. A Samarco contratou uma empresa da região aqui de Mariana para que fosse desenvolvido um programa de diversificação inclusive que pudesse mobilizar todos os setores e o maior número de pessoas possível de cidadãos na construção de um plano estratégico de diversificação econômica para as cidades irmãs, Ouro Preto e Mariana. Exatamente para que pudéssemos identificar e potencializar outras atividades que pudesse proporcionar novas fontes de recursos para os municípios, além da mineração. O plano teve início em setembro de 2020 e desde sua compensação, concepção, o Plano de Apoio a Diversificação Econômica, o PADE, tem proporcionado profícua mobilização acerca de pautas de interesses mútuos e coletivos. O diferencial do PADE está na credibilidade de seu patrono na metodologia adotada pela consultoria, no compromisso e engajamento dos atores e entidades envolvidas. Na condição de partícipe, aproveito para destacar que a rede PADE continua aberta para a participação e contribuição irrestrita de representantes do poder público, entidades representativas do setor produtivo e organizações da sociedade civil, diretamente interessada na diversificação da economia de nossa região. Os integrantes do PADE definiram e priorizaram ações em cinco eixos focais: Empreendedorismo, Agropecuária, Turismo, Inovação e Tecnologia e aproveitamento também de rejeitos. Além do engajamento dos atores envolvidos, incluindo as secretarias de Desenvolvimento Econômico dos dois municípios, o programa se destacou também por ter tido, por ter sido reconhecido e transformado em política pública no município de Ouro Preto. Por fim presidente, considerando, salvo melhor juízo, considerando que a abertura da empresa Samarco para uma discussão ampla no que tange as soluções inovadoras apontadas e a concepção de um plano justo de condicionantes, considerando que os estudos demonstram a viabilidade do processo, do projeto para a continuidade das operações. Considerando que o projeto atende à legislação vigente e prevê adoção, desculpa, das melhores práticas com inovação, sustentabilidade, segurança, somos favoráveis ao processo de licenciamento do processo longo de Longo Prazo de continuidade das operações da Samarco. Uma boa noite a todos, obrigado.

01:54:34 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação do representante da Agência Desenvolvimento Econômico Social de Ouro Preto. O próximo solicitante é o município de Mariana. Boa noite, o senhor tem dez minutos. Com a palavra.

01:55:09 [Município de Mariana] Boa noite a todos, senhoras e senhores. Eu fiz a opção de falar aqui para que eu possa olhar todos bem de frente, olho no olho, nesse espaço democrático em que a

gente está debatendo aqui um Projeto de Longo Prazo, que eu disse ontem na cidade de Ouro Preto, que não é um projeto da Samarco simplesmente, é um projeto das nossas cidades, das nossas vidas individualmente, dos nossos filhos e netos que acompanharão, porque é um Projeto de longo prazo. Sejam todos bem vindos a essa nossa casa, estamos aqui nos espaços do Colégio Providência, uma instituição de ensino que está no nosso meio desde 1850 e que retrata fielmente o nosso compromisso com a educação, com a formação da nossa gente, com a melhor formação possível. Àqueles que nos visitam, sejam bem vindos a Mariana. Nós, ontem, na cidade de Ouro Preto, respirando os ares de liberdade da cidade de Ouro Preto, ouvimos ali as manifestações da população que lá estive e do seu prefeito municipal e dos seus, das suas autoridades. Colhemos ali uma série de informações que nos são muito comuns, até porque nós dividimos um destino de mineração desde as nossas origens históricas, lá no século 17, e falava da importância desse momento, não só na abertura democrática que temos de discutir um projeto de longo prazo que vai impactar a vida de todos nós, como também o espaço que nós temos para trocar de ideias, as mais variadas ideias, das mais requintadas às mais qualificadas, acadêmicas, até aquelas mais sentidas, as mais apaixonadas, as mais emotivas. Isso tudo faz parte da nossa vida, faz parte da nossa dinâmica de trabalho, de conviver com a mineração, de transformar esse negócio no bem estar de todos nós. Sabemos por experiência, por números, que foram apresentados aqui no painel, pela nossa vivência, que a mineração é o nosso negócio essencial. Ela está para nós, basicamente, como está a nossa respiração. Nós nascemos na mineração, imortalizado num quadro de Elias Lion, que é o princípio das minas, e estamos na mineração até hoje, com trezentos e trinta e tantos anos. Então eu falava da responsabilidade deste momento de nós definirmos o que é um projeto de longo prazo. Estamos aqui com o nosso prefeito, atual prefeito Edson, mas estou também vendo aqui dois ex-prefeitos que estiveram na gestão do nosso município e que naturalmente tiveram também as suas questões, as suas decisões a serem tomadas. Sabemos que nenhum bônus compensa o ônus. Sabemos que a mineração tem ônus e bônus. Nós sabemos disso desde a primeira manhã de 16 de julho de 1696. Sabemos que dá problema. Que nós tentamos fazer isso. Foi dito aqui para a assessoria técnica que apresentou o projeto. Nós temos que mitigar, mitigar é diminuir o impacto, tornar isso mais suportável, tornar isso mais convivente, mas sim entender que a receita da mineração, senhores viram aqui no painel, 51% do PIB de Mariana é mineração, 30% é serviço ligado à mineração. Então estou falando de 80% do PIB, daquilo que põe o feijão com angu na mesa dos nossos pais de família. Então tudo bem, nós temos tarifa zero, nós temos escola, nós temos saúde, nós temos educação, nós temos pavimentação de vias, sim, nós temos, nós temos mineração. Por outro lado, isso eu deixei muito claro ontem na audiência pública em Ouro Preto, nós temos os malefícios da mineração que todos nós conhecemos. Feridas que não cicatrizaram ainda, dores que ainda nos machucam, noite de sono que a gente ainda perde, pensando no que nós vivemos, naquele desespero, naquela infelicidade que nós compartilhamos entre nós, aquele infortúnio que compartilhamos entre nós. Pois bem, eu disse numa reunião aqui na casa do arcebispo, no calor da discussão, com alguns deputados que nos visitavam naquele momento, que eu tinha certeza que a ciência daria para nós uma mineração mais segura. Falo em ciência porque eu sou professor de carreira, eu sou gestor social, mas fiz uma longa carreira no magistério, formei muitas cabeças, formei muitas consciências por aí, pelo mundo afora. E estou no município de Mariana na gestão pública há 26 anos. Então, eu conheço bem as nossas dificuldades, conheço bem a nossa cidade, conheço bem as nossas demandas e conheço bem o nosso ponto fraco, e nossos pontos fracos e nossos pontos fortes, que são muito mais. Pois bem, a mineração, a ciência que nos deu a mineração mais segura, foi apresentado aqui logo em 2019, naquela audiência que tivemos lá na arena, foi apresentado soluções ali de engenharia para uma mineração mais segura. Pois bem, eu gostaria de convocar a todos que nos ajudem a pensar soluções de engenharia, soluções viáveis para que essa mineração e esse projeto de longo prazo sejam menos impactantes possível na vida das nossas comunidades. Queremos preservar

aquele coraçãozinho ali que bate na bucólica Camargos, cinquenta e poucas pessoas que vivem ali, na sua tranquilidade, na sua paz. Não queremos que aquilo ali vire uma expansão urbana desordenada. Não queremos que aquilo ali vire uma grande vila de moradia. Queremos que continue naquele ambiente ali de poesia, de tranquilidade, onde o tempo demora a passar, onde a poesia parece que flui nas ruas, ali sobre a bênção de Nossa Senhora da Conceição. Queremos que o nosso fluxo viário da nossa cidade seja o mínimo tolerável. Não tem nenhum de nós aqui que não arranca os cabelos desse fluxo de trânsito na MG 129, que deságua ali próximo do SEMPA. Ontem o Dr. Maurício Miranda falou em Ouro Preto e eu pedi a Deus que ninguém acontecesse isso, pra não passar mal na policlínica às quatro horas da tarde. Porque não tem como sair uma ambulância dali naquele trânsito infernal que todos nós conhecemos. Então eu falo para a minha mulher, que é engenheira, que não existe nada nessa vida, que a engenharia e um pouco o dinheiro não resolve. Então, muito bem, foram apresentados aqui uma série de medidas mitigadoras dos eventuais danos que a mineração vai causar, que nós vamos começar a pontuar quais são os nossos problemas, que a mineração poderá nos ajudar a resolver alguns daqueles que foram colocados embaixo do tapete ao longo dos anos. Nós ainda abastecemos as nossas moradias com o caminhão pipa, que é coisa do sertão do Seridó, que lá já é uma vergonha. Sertão do Seridó, no interior da Paraíba, no polígono da seca do Brasil, lá já é uma vergonha. Pra cidade que é a sexta economia do estado, abastecer a casa com caminhão pipa é uma vergonha dobrada pra todos nós. E nós ainda temos uma situação do nosso fluxo viário, e temos a situação migratória que por mais que a gente pense que ela não vai acontecer, ela acontece. Porque a mineração é capital, a mineração circula dinheiro e o dinheiro atrai pessoas e pessoas vem para as nossas cidades, são muito bem vindas, mas, se não tivermos políticas públicas eficientes e recursos suficientes para programas duradouros, nós continuaremos tendo ocupação de encostas, pessoas morando em moradias improvisadas, aumento de índice de violência, colapso no sistema de saúde, educação, de saneamento básico. Eu estou atualmente na Secretaria de Meio Ambiente, cuido da gestão, principalmente do nosso lixo, que saltou de 40 toneladas para 72. Olha, de onde é que saiu tanto lixo? Olha, saiu tanto lixo porque eu tive uma população flutuante que praticamente dobrou a minha população urbana em questão de cinco anos. Talvez os senhores e senhoras não percebam, mas os nossos caminhão de lixo estão rodando três, quatro, cinco vezes, passando nas mesmas ruas, colhendo lixo. Porque não dá tempo de você encher um caminhão numa determinada rua. Então nós temos problemas sociais sérios. Eu sou gestor social de formação, disse ontem lá em Ouro Preto. Eu administro pessoas. Eu gosto de gente. Então, problema de gente. Um problema que toca a mim. E problema de gente nós estamos aqui para resolver. Queremos sim, o PADE é muito bem vindo, diversificação econômica, mas disse lá em Ouro Preto ontem, que lá nos anos 70, final dos anos 70, Jadir Macedo, que foi um prefeito aqui da nossa cidade, já discutia diversificação econômica, num evento chamado Eden 1, com o apoio da Fundação João Pinheiro, discutíamos diversificação econômica em Mariana, quando a mineração estava dando seus primeiros passos. A mineração iniciou aqui pujante nos anos 70, veio com o velho Petros, que foi o criador da Secretaria de Turismo de Mariana. Ele viu que poderia abrir um outro caminho. E os nossos gestores estão lutando insistentemente para diversificar essa economia. Bom, precisamos de projetos que sejam perenes. Registrei ontem no evento lá em Ouro Preto, que nós, enquanto eu estou na administração, na minha função, eu já vivi três projetos de diversificação econômica patrocinados pela Samarco. Um pela PRATEM em 2005, eu era secretário de Educação na época, o outro veio em 2014 com uma universidade chamada Unisinos, chamava vinte trinta, e o outro veio agora com o PADE. Então estamos no terceiro. Bom, queremos colher resultados disso, efetivos, resultados efetivos. Nós sabemos que a mineração dá uma safra só, sabemos que o futuro da mineração vai se encerrar daqui a pouco e temos que dar uma resposta ao futuro, aquele que ainda virá. O que nós, homens de hoje, do século XXI, fizemos pela mineração de Mariana? A responsabilidade é muito grande, muito grande, realmente, não é minha, não é só dos técnicos que aqui estão,

compartilhamos com todos vocês aqui nessa audiência pública. Vamos sim socializar as discussões sobre condicionantes, sobre impactos, vamos levar a discussão lá em Camargos, vamos conversar com aquela população, democratizar a discussão para que todos nós tomamos decisões sábias, como a Mariana sempre tomou, mas decisões seguras e decisões que possam sim gerar aí um bem estar para o futuro. E que esse projeto de longo prazo seja um projeto realmente construído a várias mãos, a várias cabeças. Muito obrigado a todos que me ouviram. Boa noite!

02:04:49 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação e a obediência ao tempo. Nós passamos assim para a terceira parte da nossa audiência pública que é para os escritos em geral. Então, como falado para os senhores, nós temos, ela é dividida em 12 partes por três questionamentos cada momento. Então nós teríamos 36 inscritos. Eu vou pedir para que seja projetado na tela os inscritos. Bem, os senhores podem verificar aí que em relação aos escritos nós temos a mais, um a mais, são 37 inscrições aí. Por que que aconteceu isso? Entre a inscrição 36 nós estávamos com dois pontos de inscrição e duas pessoas se inscreveram ao mesmo tempo. Então foi questionado aqui qual das pessoas a gente teria que excluir. E eu perguntei se havia possibilidade de a gente saber qual se inscreveu primeiro. Foi me dito que não havia possibilidade, que as duas pessoas se inscreveram ao mesmo tempo. Então, em virtude disso, nós teremos 37 inscritos. Dentro do prazo de uma hora nós tivemos mais duas inscrições excedentes. Essas duas inscrições excedentes eu só vou chamar caso dentre as 37, duas desistam. Se as 37 se manifestar, essas duas inscrições excedentes não serão ouvidas. Lembrando que os senhores podem protocolar aqui à mesa os questionamentos e terão o prazo de até cinco dias dessa reunião para encaminhar a SUPPRI, eu peço para depois colocar o e-mail novamente na tela, os questionamentos, manifestações, que serão dirigidas posteriormente à empresa. Eu vou fazer da seguinte forma, eu vou chamar de três em três, para que aí os senhores possam estar sabendo quem serão as pessoas até a tribuna. Podem fazer uso da tribuna tanto aqui embaixo, quanto aqui em cima. Fiquem à vontade. Os três primeiros inscritos é o Sr. Sérgio Alvarenga de Moura, depois irá falar o Sr. Eduardo Adriano Silva e depois o Sr. Adílio Sobreira. Então, por favor, fiquem próximos aqui da tribuna. Então o primeiro Sr. Sérgio Alvarenga de Moura, o Sr. tem três minutos para sua manifestação. Pois não, com a palavra.

02:08:05 [Sérgio Alvarenga de Moura] Boa noite a todos. Meu nome é Sérgio Alvarenga de Moura, eu sou diretor do sindicato metabase Mariana, sindicato esse que representa os trabalhadores da Samarco, e eu também sou funcionário da Samarco. Ontem em Ouro Preto eu estive falando das condicionantes que nos levava o sindicato a apoiar esse projeto de longo prazo. Infelizmente pelo tempo eu só pude citar três e eu vou começar a minha fala a partir do quarto, mas a minha fala de ontem está registrada e depois nós vamos incluir tudo num único vídeo e divulgar nas nossas redes sociais. Bom, o quarto item quer dizer o seguinte, ainda estamos na luta para que a Samarco e suas controladoras Vale-BHP reconheçam os trabalhadores e ex-trabalhadores como também atingidos pela tragédia. Até hoje não conseguimos entender um argumento sequer que justifique essa recusa. Cálculos do nosso departamento jurídico estima que uma indenização justa e digna para ex-trabalhadores e ex-trabalhadores correspondem a 0,01% do que Renova já gastou até o presente momento. E por falar em Fundação Renova, no nosso entendimento e da maioria aqui presente, ela deveria ser varrida da face da Terra. Ela, em face das suas atividades, as suas atividades devem ser transferidas diretamente para a Samarco. Por que? Ela até hoje não se explicou a que veio. E toda vez que você questiona alguma coisa com relação ao tal rompimento, se questiona a Samarco-Vale-BHP, elas se esquivam falando que a responsabilidade é da Fundação Renova. Então, a Fundação Renova nada mais é do que um escudo para Vale-BHP-Samarco. Portanto, fica aqui a pergunta para a empresa Samarco: Por que a Samarco-Vale-BHP não reconhece os trabalhadores e ex-trabalhadores como atingidos pela tragédia? Dos quatro itens, e ontem eu falei sobre três, o terceiro e o quarto são os mais importantes e são condicionantes para que tenha de fato o nosso apoio, tanto para esse

licenciamento, para quanto a recuperação judicial. Então, se não atendidos, e principalmente os dois últimos, não fará diferença para nós trabalhadores, pertencermos à Samarco, ou que seja a CSN, ou seja JBS, ou qualquer outra sigla. Ontem em Ouro Preto um trabalhador da Samarco do alto escalão pediu um voto de confiança para a empresa.

02:11:09 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhor Sérgio, o Sr. Tem dez segundos para concluir.

02:11:13 [Sérgio Alvarenga de Moura] Ok. Esse voto de confiança foi dado durante todos esses anos e o retorno que tivemos foi desprezo e indiferença. Traduzindo para o nosso...

02:11:28 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço o Sr. Sérgio, tempo esgotado. Eu chamo o senhor Eduardo Adriano Silva para se manifestar. Senhor Eduardo, o senhor tem três minutos. Pois não, com a palavra.

02:11:53 [Eduardo Adriano Silva] Tá ok. Boa noite a todos. Meu nome é Eduardo Adriano, sou presidente da Associação de Camargos. Eu tenho alguns questionamentos pra fazer. Anotei algumas coisas. Primeiro a apresentação da BRANDT, que onde fala que foi instalado um aparelho de medição da qualidade do ar em Camargos. Nós estamos em 15 moradores aqui e nenhum soube dizer aonde que esse aparelho está em Camargos. Então eu gostaria que depois que fosse dito onde que esse aparelho foi instalado em Camargos. Sobre Estrada Real. A correia transportadora da Samarco vai atravessar a nossa Estrada Real, onde o turismo praticamente acabou depois de 2015. O que vai ser feito em relação a isso? O ruído no nosso distrito, um caminhão 789 produz 130 decibéis de ruídos. Lá vão estar nove caminhões e três carregadeiras rodando a noite toda, mais as correias. E nós estamos a 456 metros da pilha de rejeitos. Você acha que tem como mitigar esse ruído? Esse ruído não vai chegar as nossas casas? Tá certo? E a qualidade do ar? Esses estudos que foi feito, eles podem ser doados a Associação para daqui a cinco, seis anos a gente cobrar? Isso é que o povo de Camargos, a Associação de Camargos e o povo de Camargos veio aqui questionar a Samarco. Porque tudo no papel está muito simples, tá muito fácil fazer. Mas ninguém está levando em conta que nós estamos a 456 metros de uma pilha de rejeitos. Isso é um absurdo! Entendeu? Quanto a poeira, quanto a ruído. Cadê os estudos? Então entrega os estudos para não ter que depois que se esconder, igual o rapaz acabou de falar, atrás da Renova, para falar tudo é Renova. Qual a compensação pro distrito de Camargos? Lá nós precisamos de rede esgoto. A Renova foi lá e fez um calçamento e não acabou o calçamento até hoje. Por quê que isso foi feito? É renova? Não é Renova! É Samarco, Vale, BHP. Tem que parar de esconder atrás de Renova, entendeu? É isso que o pessoal de Camargos quer que vocês nos expliquem, nos doe esses estudos. A qualidade do ar hoje é essa, daqui a cinco, seis anos vai ser a mesma? O ruído hoje em Camargos é praticamente zero dez horas da noite. Vai ser o mesmo daqui a oito anos, daqui a cinco anos? Esse é o nosso problema do nosso distrito: turismo o ar e a Estrada Real. Que não foi feito nada desde 2015. A ligação de Santa Rita a Camargos acabou. Por quê? Porque é viável para Samarco acabar com esse ligamento, com essa ligação. Não quer ninguém passando na Estrada. Para eles é viável isso. Então, não foi feito nada desde 2015. Em relação à Estrada Real, a Estrada está acabada. Você não consegue passar com um carro e sair de Santa Rita e chegar em Mariana. Você tem que dar a volta pela 129, pegar esse trânsito absurdo, igual foi dito, para chegar aqui em Mariana. Então esse é o questionamento do distrito de Camargos. Tá ok? Boa noite a todos. Obrigado tá?

02:14:58 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação do Sr. Eduardo. O Sr. Adílio Sobreira. Senhor Adílio, o senhor tem três minutos. Pois não. Com a palavra.

02:15:19 [Adílio Sobreira] Ok. Boa tarde pessoal! Seguinte o meu questionamento segue o mesmo segmento do nosso amigo, a questão de Camargo. Sou de Antônio Pereira e a questão é a seguinte, vocês vão ser funilado igual nós em Antônio Pereira estamos sendo pela Vale. A Vale hoje cercou

Antônio Pereira por inteiro, a área que nós tinha de lazer, que era o nosso rio, nossa serra, nós não podemos ir mais, não podemos! Antes, antes foi a conversinha, assim: “não é tudo tranquilo”, a Vale cercou nós tudo, não tem lazer, não tem nada no Pereira mais não. Aonde, onde, nós tinha o Clube Frazão, nós já falamos isso aqui antes, a Samarco foi lá e plantou um montão de planta lá dentro do clube lá, acabou. Pra onde a gente vai em Antônio Pereira? Antônio Pereira hoje tem um índice, talvez os maiores de Minas Gerais de usuários de drogas adolescentes, porque não tem lazer. Os cara final de semana mal, mal tem um campo pra jogar bola que a Vale ainda ia tirar também, se nós não briga eles tirava, entendeu? Então acorda povo! O projeto é bom sim, eu concordo, é bom. Vai gerar emprego, vai gerar tudo, só que, dentro de Mariana, quanto vocês estão pagando de aluguel? Eu pergunto. Eu pago aluguel dentro de Mariana, porque eu tive que sair do Pereira porque tinha um alojamento na frente da minha casa que o cara ficava gritando, desculpa da palavra, filha da puta, desgraça, três horas da manhã assim que chegava do serviço. Eu mudei do Pereira, por que eu tenho uma filha de 16 anos, eu sou pai sozinho, eu cuido da minha filha sozinho, eu tirei minha filha de dentro de Antônio Pereira, para não ser estuprada pelos caras. Ficava na porta da minha casa onde era minha oficina, eu tirei minha oficina, tive que trazer minha oficina para Mariana, até porque os meus clientes saíram de Mariana, a maioria, saíram do Pereira e tá tudo aqui em Mariana. Então foi os impactos que a gente teve. Agora eu não vi relacionado esses impactos aqui, entendeu? Não foi relacionado isso aqui. Eu perdi muito dinheiro com isso, eu perdi a minha família, que a minha família Sobreira todo mundo sabe que é anfitriã de lá, mas eu cuidando da minha filha de 16 anos sozinho, você acha que eu vou deixar no meio de peão? Eu não sou louco de fazer uma coisa dessa. Eu sou pai, entendeu? Zelo pela minha família, então eu sai de lá por isso. Esses impactos, infelizmente, não são passados para vocês, entendeu? É onde a nossa população sofre. Hoje, sabe onde eu consegui comprar um barraco? Na invasão lá em cima no Cristo, onde corre o risco da gente ter que sair de lá ainda, porque eu não consigo pagar aluguel. Aluguel aqui em Mariana, não existe aluguel em Mariana, menos de R\$3.000, não tem. Se tiver, me passa. Você mora numa casa decente, não tem. Isso vocês da Samarco não olha. Olha o salário de vocês, compara com os nossos? Eu fui treinado por vocês, eu fiz tudo pelo SENAI, eu fiz encarregado mecânico pelo SENAI, fiz eletricitista de força e controle, eletricitista montador, eu não consegui entrar no Samarco. Por que? Eu sou diferente de vocês? Não, eu estudei, o mesmo tanto, talvez, talvez eu tenha estudado mais do que engenheiro seus, porque foi mais de oito anos estudando. Não consegui fazer um curso técnico as minhas custas, entendeu? Por que eu quis, agora conseguir entrar na Samarco eu não consegui, porque eu sou de Antônio Pereira, porque eu chego aqui e falo mal deles. Mas é o descaso com a gente, a gente, tá cansado disso. Esse projeto, bacana, eu duvido que vai ter um gerente que seja de Antônio Pereira. Nós temos estrutura dentro de Antônio Pereira, temos engenheiro, só falta dentro de Antônio Pereira um médico. Que o resto, tudo a gente tem. Pergunta, se tem um trabalhando? Eu sei que tem técnicos, né? Não vou citar nomes aqui que é antiético. Mas eu sei que tem técnicos lá. Mas você não vê um engenheiro de Antônio Pereira na Samarco, você não vê cargo alto na Samarco por que? Corre o risco. Então nós não somos bobos mais. Assim como a Samarco, assim como a Samarco cresceu, a nossa mente cresceu também. Nós não queremos ser totalmente dependentes mais de mineração. Isso não tá sendo viável para a população.

02:18:49 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação do senhor Adílio, conforme informado pros senhores, após três manifestações, nós temos o prazo de respostas pela empresa, e é de seis minutos. Então eu passo para empresa se manifestar em seis minutos.

02:19:06 [Eduardo Moreira-gerente geral de projetos da Samarco] Boa noite! Nós vamos começar com o Sr. Sérgio. A Samarco reafirma o compromisso com a reparação. A Samarco não tem

absolutamente nenhuma dúvida da sua responsabilidade sobre a reparação total. A Samarco não vai efetivamente fugir. A Samarco reafirma seu compromisso com o DTAC assinado em 2016. E estamos cada vez mais próximos, comprometidos e muito interessados em reparar, e uma reparação total. O Sr. Adílio, o Sr. Eduardo, nós vamos falar com a BRANDT, Sr. Eduardo, na sequência. Sr. Adílio, nós temos um alinhamento com a fala do Sr. Nós falamos ontem na audiência de Ouro Preto e vamos repetir: nós vamos trabalhar insistentemente nessa aproximação, na busca incessante de qualificação de mão de obra em todos os níveis, né? Ontem foi trazido uma sugestão pra gente e vamos trabalhar nisso. É muito, é muito importante pra gente que isso de fato torne, seja visto e percebido lá na prática, né Adílio? Então isso, isso nós vamos, isso ficou muito anotado, ficou muito claro pra gente ontem e vamos buscar isso junto com as outras empresas que atuam na região, inclusive. Então, o compromisso nosso de buscar realmente essa, essa interação e essa aproximação. Eu vou passar pro Alceu que vai falar da localização aí do medidor e do, e do estudo.

02:21:20 [Alceu Raposo-consultor da BRANDT Meio Ambiente] Boa noite novamente. Em relação à estação, foi instalada em Camargos, ela, a BRANDT instalou ela em Camargos na Rua Cruzeiro, número 200. E tem as coordenada da estação aqui também que a gente pode passar eventualmente. Mas, mas basicamente nós temos também as coordenadas no âmbito do EIA-RIMA. E em relação a, e essas estações, como a gente utiliza energia elétrica, obviamente a gente também tem que ter o consentimento do proprietário para utilização disso que a gente paga energia elétrica funcionando ao longo de seis dias, que são seis campanhas, são realizadas. Em relação à qualidade do ar, como foi dito, mas às vezes na apresentação tem que ser muito rápido, a qualidade do ar em Camargos é boa e ela é abaixo dos padrões que diz a Organização Mundial de Saúde. Então qualquer alteração que tiver em função disso já está registrado no âmbito do EIA-RIMA e a comunidade, junto com o órgão ambiental, poderá acompanhar isso se tiver uma piora dessa qualidade do ar no futuro. Em relação a correia sobre a Estrada Real, ela de fato a correia passa sobre a Estrada Real é um dos impactos também tratados no âmbito dos projetos relacionados junto ao IPHAN junto aos municípios, tem um estudo de visada para isso. Tem um estudo específico para mitigar esse impacto visual da passagem de um ponto só sobre a Estrada Real, ele existe e ele está tratado, e é um impacto sim.

02:23:10 [Eduardo Moreira-gerente geral de projetos da Samarco] Senhor Eduardo, eu queria complementar dizendo que o estudo estará sim à disposição. Ele é um estudo público, estará disposição, é mais do que estar à disposição nós vamos estar acompanhando, nós vamos estar monitorando. Tem um programa de monitoramento muito, muito sofisticado e muito grande para acompanhar isso. Então nós vamos sim disponibilizar e estar acompanhando par e passo todos esses pontos que o senhor levantou. E que nós inclusive discutimos um pouco lá na comunidade, na prévia, vamos estar muito, muito próximos para ter de fato a mitigação disso no nosso dia a dia.

02:23:56 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação da empresa. Passo para os próximos três inscritos. Eu vou falar o nome dos três, por favor, se aproximem aqui da tribuna. A Sra. Jéssica Martins de Freitas, Sr. Flávio César da Silva e Wenderson Geraldo de Paula. Primeiro a senhora Jéssica. A senhora três minutos. Pois não. Com a palavra.

02:24:29 [Jéssica Martins de Freitas] Boa noite a todos, meu nome é Jéssica, eu sou secretária de Meio Ambiente de Anchieta, vim representar o Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Fabrício Petry. Bem, sabemos hoje que a audiência aqui é sobre o aumento da capacidade produtiva aqui no Complexo de Germano. Todavia, essa atividade, ela tem uma correlação lá com Anchieta. O aumento da produção aqui vai ser levado para lá para peletização e exportação. Anchieta de fato, ela não foi atingida com impactos ambientais pelo rompimento da barragem e muito menos por vidas perdidas, que foi muito triste, e nós somos solidários a essa dor de Mariana e região. Porém, os impactos sofridos por Anchieta foram sociais e econômicos, uma vez que o município tinha 70% do seu PIB

proveniente da empresa. Então o município precisou passar por uma reinvenção, precisou se reinventar para sobreviver a esse período de crise. O município tentou diversificar a economia, contudo, qualquer coisa que o município fizesse em curto e pequeno, médio e pequeno, pequeno e médio prazo não seria suficiente para substituir uma arrecadação tão grande quanto a empresa Samarco. O município, então, passou a investir em micro e pequenos empreendedores, o que foi um sucesso, mas, como eu falei, não foi suficiente. A paralisação da Samarco, ela também afetou não só o município de Anchieta, como também a região como um todo, Guarapari, Cachoeiro, várias empresas pararam as suas atividades, tiveram que fechar suas atividades decorrentes da paralisação da Samarco. O PIB do Espírito Santo também foi atingido fortemente, porque 4,7% do PIB era proveniente somente da Samarco. Então, os impactos econômicos no Estado do Espírito Santo foram muito grandes e nós estamos felizes com a volta da Samarco, com a retomada das atividades, desde que os impactos sejam mitigados aqui, principalmente, lá também, mas principalmente aqui, que é o local de extração e de maior impacto ambiental. Entendemos a importância, então, da volta da Samarco. Nós apoiamos a volta da Samarco, volta gradual e o Projeto de Longo Prazo, mas esperamos que as medidas mitigadoras sejam implantadas em sua totalidade e que essas medidas mitigadoras propostas pela empresa, propostas pelo EIA-RIMA, elas sejam realmente suficientes para mitigar esses impactos causados aqui para a população e para a comunidade da área de influência direta e que as medidas compensatórias sejam, de fato, divididas com a população e conversadas de forma democrática e participativa. Esse é o desejo de Anchieta. Obrigada.

02:27:29 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação da senhora Jéssica, Sr. Flávio, por favor, o senhor tem três minutos.

02:27:47 [Flávio César da Silva] Boa noite a todos. Sou Flavio Silva, presidente da Associação de Moradores de Águas, aqui falo por minha comunidade. Sabemos da grande importância das mineradoras para o nosso município, porém não podemos fechar os olhos para os inúmeros danos causados por suas atividades. Há aproximadamente 47 anos, nossa comunidade é impactada pelos serviços da mineradora. Nos anos 70, quando passou o primeiro rompimento, o primeiro mineroduto, fomos oprimidos com a chegada de equipamentos que nunca tínhamos visto naquela época. Máquinas devastando plantações, chácaras frutíferas e a tranquilidade de uma comunidade pacata sendo afetada sem nenhum pudor. Temos vários relatos de moradores que presenciaram aquele momento, aquela ação. Desde então, a comunidade sofre com os transtornos durante as obras de manutenção, sem nenhuma compensação. Isso serve de exemplo às outras comunidades. Com a passagem do segundo e terceiro mineroduto, em 2007 e 2011, a Samarco e suas contratadas novamente impactaram o cotidiano dos moradores com a chegada de mais de 400 trabalhadores que ficaram alojados no distrito. Isso acarretou danos gravíssimos a nossa comunidade, como por exemplo, o aumento de casos de drogas, prostituição, surgimento de doenças venéreas, sobrecarga no atendimento no posto de saúde, entre outros. Cabe aqui agora a pergunta, a Samarco com esse tanto de mau exemplo que ela foi para nossa comunidade ao longo de todos esses anos, nossa comunidade até hoje sofre com o acesso que é chamado naturalmente por “a faixa do mineroduto” lá nos chamamos de estrada do minério, é um pequeno trecho de 500 metros que chega a chuva e leva transtorno com barro para dentro da nossa comunidade, chega a seca o problema é a poeira, causando transtornos para os moradores que estão na beira mesmo, são de portas. E a questão do rompimento da barragem, nossa comunidade foi ilhada por vários dias sem energia, ficamos totalmente isolados e em nenhum momento a Renova reconhece o nosso distrito como atingido pelo rompimento da barragem. Os produtores de leite, produtores rurais tiveram perdas enormes e até hoje nós não temos o reconhecimento do nosso distrito, da nossa comunidade, daquelas pessoas, pelo rompimento da barragem. Nós fomos afetados há 47 anos por serviços de mineração e ninguém olha por nós. Venho aqui hoje cobrar aos senhores, lideranças e autoridades, um pouco de atenção

com a nossa comunidade Águas Claras e região onde passa os mineroduto. São três minerodutos que passam dentro do nosso distrito e nada é feito por nossos distritos. Nós tivemos uma única obra que seria forma de compensação, que era uma estação de tratamento de esgoto, que infelizmente, até hoje não foi concluída.

02:30:52 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhor Flávio, por favor, conclua.

02:30:55 [Flávio César da Silva] O Ministério Público interditou a obra por irregularidade. Uma obra da Samarco foi interditada em nossa comunidade há vários anos por irregularidade e nosso distrito, mais uma...

02:31:10 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Sr. Flávio, agradeço a manifestação. Lembrando aos senhores que o prazo realmente dado dos três minutos pode ser curto, mas lembrando aos senhores novamente há possibilidade de fazer o encaminhamento a SUPPRI. A empresa, ela tem por obrigação, não é questão dela, mas por obrigação dada pela própria DN de responder todos os questionamentos que foram encaminhados a ela. Porventura, se algum dos questionamentos feitos pelos senhores não for contemplado na resposta nesse momento, os senhores poderão fazer protocolar aqui na mesa o questionamento ou em até cinco dias, encaminhar ao e-mail da SUPPRI. Está escrito aí na tela. Sr. Wenderson Geraldo de Paula. Senhor Wenderson, o senhor tem três minutos.

02:32:16 [Wenderson Geraldo de Paula] Boa noite a todos que estão sobre a mesa, todos que estão à minha frente, vim aqui sobre uma indignação, sou morador de Santa Rita Durão. Samarco se iniciou em 1973, deu início a atividade em 1977 e mostrou-se uma grande pioneira no ramo de minério. Nós não somos contra o empreendedorismo, mas nós somos contra as irregularidades e impunidades. Nós somos contra a falta de responsabilidade. Como o nosso querido irmão aqui, fico alegre de ver ele aqui, o Adílio, deixou bem claro sobre as suas palavras, e aqui também quero mostrar a indignação de nós moradores de Santa Rita Durão. Por não ser conhecido, reconhecido como atingidos, estamos ali expostos a tantos tipo de poluição: sonora, visual, o pH da água, a quantidade de materiais pesados sobre a água e outras coisas mais. E nós viemos aqui ainda na indignação que quando nós fazemos um cadastro ainda sobre a empresa Samarco, só de você colocar o seu endereço onde você reside, você já é um fato de ser excluído desta vaga. E isso não é só de hoje, isso é de sempre. Antigamente eles vinham com uma contra resposta sobre nós, que os nossos estudantes, os nossos moradores, não estudavam. Hoje, como o Adílio mesmo falou, nós temos lá formado médicos, nós temos lá engenheiros, agrônomos, nós temos tudo o que é tipo de área de profissional lá e sempre essa mesma resposta nos é dado. Faço menção aqui mesmo hoje, tem um aqui hoje que está nos representando, tem um engenheiro aqui formado de Santa Rita Durão, faço menção ao Edson ali, é orgulho nosso, e tem outros mais. Mas por causa de que quando nós impondo a esse cadastro lá, quando é liberada essas vagas, por nós pôr que nós somos de Santa Rita do não, nós já somos excluído dessas vagas? Eu quero que a Samarco traz esse esclarecimento pra nós, que somos moradores. Nós estamos exposto ali, foi representada ali muito bonitinho os impactos ambientais e a estrutura. Santa Rita Durão nem foi mencionada direitinho, foi colocada bem escondidinha ali e é uma que está muito próximo, como meu querido irmão falou ali de Camargos, ali ó. Muito próximo, sob as influências dos impactos. O gigante tá dormindo, mas uma hora ele vai acordar. Nós estamos vindo com cortesias, com palavras, nós estamos lutando com palavras, mas uma hora nós vamos lutar com ações. Nós estamos agindo ainda, nós estamos tentando, nós estamos tentando dialogar, mas não estão nos ouvindo diante dessas impunidades e muito mais agora, diante dessa situação que muitos estão aproveitando dessa oportunidade para mostrar indignação de não ser reconhecido como atingido. Como é que Santa Rita Durão como vizinho de Bento Camargo não pode ser reconhecido como atingido?

02:35:22 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhor Wenderson, por favor, conclua.

02:35:25 [Wenderson Geraldo de Paula] A minha conclusão é essa, é agradecendo a todos vocês que vieram aqui e essa oportunidade nessa tribuna de mostrar minha indignação.

02:35:40 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agora eu passo a palavra pra empresa que terá seis minutos para se manifestar.

02:35:47 [Eduardo Moreira-gerente geral de projetos da Samarco] Senhora, Senhora Jéssica, é, a Samarco tem de fato né a consciência da, da importância de ser uma empresa interestadual, né? e a gente acredita muito que pode, de verdade, continuar contribuindo com a comunidade, com a sociedade. É apenas um esclarecimento, esse projeto não trata de aumento de capacidade, na verdade, ele trata da retomada da capacidade instalada, ou seja, a gente conseguir de fato operar todos os nossos equipamentos que já estão instalados. Senhor Flávio, a gente vai, nós temos uma equipe de manutenção no mineroduto, esse projeto ele não requer nenhuma obra de expansão ou nenhum outro mineroduto. Então ele vai utilizar já do mineroduto que está lá instalado e que foi citado pelo senhor. Nós temos uma equipe de manutenção ao longo desses trechos, ao longo dessas faixas e vamos repassar logo na sequência da audiência para o responsável para que verifique a condição do acesso que o senhor citou. E a gente vai dar uma devolutiva, a gente vai responder ao senhor lá sobre a questão do acesso e da obra citada. Senho Wenderson de Santa Rita, a sua fala realmente nos leva a refletir bastante. Porque todo o nosso processo e tudo o que a gente quer e a gente está falando, eu estou falando desde ontem em Ouro Preto, é exatamente o contrário. O que a gente quer é cada vez mais capacitar a mão de obra local, cada vez mais capacitar mão de obra que está perto, que é nosso vizinho. Então, nós estamos aqui com a nossa, nós estamos aqui com o nosso pessoal de RH. Então nós vamos de fato rever, ver o que o que de fato é isso, porque isso não faz muito sentido e não está alinhado com o que nós estamos querendo. Então a gente vai de fato ver profundamente o que está acontecendo, como é que, como é que a gente pode melhorar esse processo. Porque a nossa intenção é exatamente inversa, a nossa intenção é, cada vez mais, e a gente mostrou isso no impacto, o tanto que trazer mão de obra de fora é ruim. Capacitar mão de obra local dá oportunidade de estar nas nossas instalações e cada vez que chega mais perto, que está mais perto, vai conhecer os nossos processos, vai poder ser de verdade um representante também nessas comunidades, do nosso jeito de ser, do nosso jeito de trabalhar. Então, realmente a sua fala nos deixa reflexivo e alinhado com o Adílio que também falou. Então a gente vai de fato fazer uma reflexão importante, porque isso não é o que a gente quer. Então a gente tem que ver se o que nós estamos fazendo de fato não está dando o resultado que a gente está esperando e planejando. Porque o que nós queremos de fato é qualificar a mão de obra, é ter gente e ter os vizinhos trabalhando da Samarco. Isso é muito melhor na nossa crença para nós e para o negócio.

02:39:25 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação. Os próximos três inscritos serão o senhor Roberto Rodrigues, senhor Manoel Douglas Soares de Oliveira e a senhora Fátima Maria Pereira Cota. Então, primeiro o senhor Roberto. Pois não senhor Roberto, o senhor tem três minutos com a palavra.

02:39:53 [Roberto Rodrigues-prefeito de Mariana] Boa noite, sou Roberto Rodrigues, sou prefeito em Mariana, e eu vou ser bem breve. Ninguém aqui discute que a mineração não é boa para Mariana, Mariana depende da mineração, tem a vocação dela em mineração, mas uma mineração bem feita. Foi dito aqui que Samarco, está aqui a 45 anos, reconhece os erros quer acertar. Mas, pelo trabalho que eu vi e por tudo o que eu estou ouvindo, a Samarco parece que não está ouvindo o que está sendo dito. O trabalho feito considera um crescimento de população, dito por ele mesmo, nós aqui estimamos, não sei como você estimou um crescimento de 5% em dez anos, quando você

mesmo diz que o crescimento foi de 25% nos últimos 30 anos. De 1990, segundo a sua informação, até 2010 foi crescimento de 25% a cada dez anos. E de repente, depois dessa expansão, Mariana vai começar a crescer 7%. Quer dizer, a população, não sei de onde você tirou isso, não sei de onde a sua empresa tirou isso. E você subestimar o crescimento populacional em Mariana é exatamente o caos que nós estamos vivendo. É uma demanda exagerada por habitação, por saúde, por transporte, um trânsito caótico. É esse, essa consequência do caos urbano que a gente vive hoje, que vocês negam na hora que vocês implantam, porque não vem me dizer que vocês estão há 45 anos aqui e Mariana está do jeito que está, porque é agrária. Não, é exatamente a consequência das expansões de mineração das pessoas que vieram de fora e ficaram, e as drogas que vêm com essas pessoas, os caras que ficam. É uma cidade que é boa de morar, você tem tarifa zero, você tem casa, você tem cesta básica de graça, é uma cidade que todo mundo quer, tem emprego pra gente de fora, todo mundo está reclamando. É prioritário emprego pra gente de fora, essa é a reclamação. Eu acho que vocês têm que olhar para o que Mariana precisa. Vocês têm que mitigar o que vocês causaram em 45 anos. Não adianta falar de vida, porque a vida vocês não mitigam. Aconteceu uma fatalidade, a gente sofre. É olhar daqui pra frente. Nós estamos precisando de trânsito, então vocês têm que mitigar o trânsito. Você não pode tratar de um projeto de longo prazo e achar que não vai ter uma consequência social, que é só o bichinho que está ameaçado, que você vai fazer. Para você chegar lá nessa expansão, você vai ter causado uma demanda na infraestrutura da prefeitura urbana.

02:43:04 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Vossa Excelência tem dez segundos para concluir

02:43:06 [Roberto Rodrigues-prefeito de Mariana] Vai trazer gente para disputar o trânsito, a escola, a educação, a saúde com os habitantes daqui que já não estão satisfeitos, já não tem emprego, já não tem casa. Isso daí não foi abordado pelo seu...

02:43:29 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação do prefeito Roberto Rodrigues. Próximo inscrito Sr. Manoel Douglas Soares e depois do senhor Manoel, Sra. Fátima Maria Pereira Cota. O senhor Manoel, o senhor tem três minutos.

02:43:57 [Manoel Douglas Soares de Oliveira] Boa noite a todos. Meu nome é Manoel Douglas, conhecido como Vereador Preto do Cabanas, representando aqui o legislativo marianense na ausência do nosso presidente. É, para colocar assim, o tempo é muito curto de três minutos, eu vou falar primeiro os pedidos que eu gostaria que fosse condicionados a esse licenciamento. Um deles seria a duplicação da 040 até Ponte Nova, outra seria a duplicação de Mariana a 262 e também o tratamento de água e esgoto de Mariana e Ouro Preto. Também, a criação de alojamentos regulares e a reparação total de todos atingidos. Eu contei primeiro esses pedidos para mim falar que, talvez até o final diante do tempo não consiga colocar todos os pedidos, eu gostaria de falar o porquê. Um deles é sobre a reparação dos atingidos, que é uma das demandas que mais chega em nosso gabinete aqui na cidade de Mariana. A gente sempre fala que a Renova ela não pode sair, fugir da responsabilidade, desculpa a Samarco. Ela não pode fugir da responsabilidade dela porque foi criado a Renova, foi falado aqui como escudo, mas eu nomeio como testa de ferro. Nós chamamos aqui junto a advogados, pela comissão da Câmara Municipal de Mariana, para saber o porquê do indeferimento dos atingidos, uma vez que todos os marianenses foram atingidos de forma direta e indireta. Todo comerciante que está aqui na noite de hoje, todos foram atingidos. O vendedor ambulante ele foi atingido na queda de emprego, o vendedor de picolé, com a falta de emprego, também caiu a venda dele, então todo o marianense ele foi atingido. Então assim, essa é uma cobrança para que a Samarco, como foi feito em Brumadinho, assuma a responsabilidade que a Renova não está cumprindo aqui na cidade de Mariana. Nós questionamos o motivo e o porquê de acontecer isso em Mariana, e a dificuldade de reparar Mariana, se já reparou muito mais cidades que nem foram atingidas. Então assim, quando foi lá falar na Câmara Municipal que eles estavam

descumprindo a sentença e quando nós fomos questionar o porquê e quando nós marcamos mais uma reunião, eles não compareceram porque eles teriam que responder que estariam descumprindo a sentença, que só faltava essa resposta, que não tinha mais resposta para a Fundação Renova. Então o que a gente pede é isso, sobre os, sobre a reparação. Sobre a questão da duplicação foi muito bem falado pelo médico ontem Dr. Rodrigo Miranda, estive lá em Ouro Preto, da dificuldade hoje de sair uma ambulância ali, do Pronto atendimento da UPA. E nós estão falando de um funcionamento de 27% hoje da Samarco e pensando em chegar a 100%, praticamente triplicar ali o fluxo. Então, imaginando isso, por isso que eu citei aqui a questão da duplicação projeto estudado, mesmo porque a gente vê aqui que o projeto de cinco anos ficou pronto muito rápido. Mas, as reparações, até hoje já passou sete anos, e até hoje não aconteceu.

02:47:08 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhor Manoel, Vossa Excelência tem dez minutos para concluir.

02:47:12 [Manoel Douglas Soares de Oliveira] Gostaria aí de finalizar, teria muito mais para mim falar sobre os alojamentos, que está criando vários problemas sociais na cidade de Mariana, incentivando as invasões e gostaria que legalizasse também...

02:47:31 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação do vereador Manoel. A Sra. Fátima Maria Pereira, a Sra. já tem condições de se manifestar?

02:47:40 [Fátima Maria Pereira-Santa Rita Durão] Boa noite a todos, boa noite presidentes, organizadores, sou Fátima, de Santa Rita Durão, sou nascida e criada lá, e venho aqui dar minha palavra. Por que a Samarco é o seguinte, nós temos nossos patrimônios históricos, principalmente a Igreja do Rosário, que foi bem danificada por estar passando, né? por ter passado caminhões pesados depois que a barragem veio a estourar. Então nós fomos muito prejudicados, nossos patrimônios históricos, a Casa de Rótulas, Casa de Rótulas que bem vocês conhecem lá em Santa Rita Durão, então, está daquele jeito, com rachaduras, a igreja está bem danificada, então eu pergunto aqui. O que vocês têm a fazer com nosso distrito, com as coisas do nosso lugar que foram todos danificados, nossos rios, né? E também várias coisas que nós fomos atingidos e eu gostaria de saber aqui, né? As pessoas que estão aqui da prefeitura, por quê que na época não colocaram Santa Rita Durão como atingidos? E quero falar com vocês também, que lá estava minha filha lá em Bento Rodrigues. Então foi muito difícil para mim, ela dava aula lá em Bento Rodrigues, ela foi atingida e ninguém deu nada por nada para ela, entendeu? Ela ficou doente, teve depressão, então a Samarco não está nem aí, né? Ela recebeu uma micharia, né, que foi mais tratamento da depressão dela, porque ela não tinha plano de saúde. Então foi tudo pela depressão dela. É isso que eu tenho a falar e falar também da nossa comunidade, que igual o Wenderson falou aqui, a gente é muito desvalorizada nossa comunidade. E Santa Rita eu sempre digo, Santa Rita é a mãe de Mariana, porque é de lá, é de lá que sai a riqueza, é de lá que sai a nossa riqueza. E o que que a Samarco e a Renova repassa para Santa Rita? Nada! Nada, mais nada mesmo! Gente, é um descaso com Santa Rita, Santa Rita não tem uma creche para as mães trabalharem, não tem nada, nada, nada, nada de valor que as pessoas possam estar com segurança naquele lugar.

02:50:44 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhora Fátima, a Sra. Tem dez segundos para concluir.

02:50:48 [Fátima Maria Pereira-Santa Rita Durão] Gostaria da resposta de vocês e mais, mais caso que vocês olhem com carinho pela comunidade Santa Rita. É só isso...

02:51:07 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação da senhora Fátima. Se alguém tiver alguma dificuldade de locomoção, acho que nós temos microfones móveis aqui, então a

gente pode levar até a pessoa também. E nós temos três manifestações, concluímos essa rodada aqui, então passo a palavra ao empreendedor, que terá seis minutos para se manifestar.

02:51:44 [Alceu Raposo-consultor da BRANDT Meio Ambiente] Em relação à questão relacionadas à projeção populacional que foi feita, ela foi com base, Sr. Prefeito, na Fundação João Pinheiro. Então foi os dados da projeção da Fundação João Pinheiro, que é uma fundação reconhecida, uma fundação ligada ao Estado de Minas Gerais. Então, as projeções que estão lá dentro desse cenário dizem respeito a um órgão oficial que nós utilizamos e não foi inventado, como não deve ser nada inventado quando você faz um estudo de impacto ambiental. Bom, em relação às questões de comunidades urbanas e rurais, pelo contrário, a projeção diz que as populações, o outro gráfico mostra que as populações, que a população na maioria desses três municípios analisados é urbana e obviamente que em função da grande quantidade da população ser urbana, traz consigo todos os problemas urbanos relacionados a esse espectro. Como bem está pronunciando a população aqui com questões de trânsito, questão de poeira, questão de ruído, questão de falta de locais para recreação, questão de saneamento, então todos esses aspectos dizem respeito a esse problema. Em relação aos impactos relacionados a esta questão de incômodos, ele está muito bem descrito no âmbito da avaliação de impacto ambiental na página 109, por exemplo, do EIA-RIMA. Ele traz um estudo que fala especificamente sobre os problemas relacionados à infraestrutura desses municípios e lá cita basicamente, se não for considerado as questões relacionadas à empregabilidade nos municípios os impactos relacionados à vinda de população externa, a imigração, ela causa esses problemas e estão todos lá descritos como relacionados à educação, relacionados à circulação, relacionados à segurança e todos esses questões que a comunidade já descreveu aqui e que é uma preocupação legítima. Eles estão amplamente tratados como cenário possível para avaliação de impacto da infraestrutura. Quando a gente diz infraestrutura, a gente está abarcando todas as questões no âmbito urbano e rural desses municípios.

02:54:40 [representante da Samarco] Boa noite. É, a gente tem percebido que o assunto da reparação ele tem surgido de forma recorrente nas manifestações. É importante lembrar que a Samarco, em momento nenhum se exime da sua responsabilidade primária nesse processo. Em 2016, conforme já foi salientado aqui, foi firmado um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta pelos governos Federal, assinado esse documento pela Advocacia Geral da União, pelos Estados de Minas Gerais, pelo Estado do Espírito Santo, Ibama e ICMBIO, entre outras instituições, juntamente com a Samarco e seus acionistas Vale e BHP. Esse documento estabeleceu como obrigação, a criação de uma instituição que ficaria responsável pelas ações de reparação e de compensação. Atualmente, esse próprio documento, que se chama TTAC, ele está sendo reavaliado pelo Conselho Nacional de Justiça e pode ser uma oportunidade também para fazer alguns endereçamentos que estão aqui sendo postos nessa audiência.

02:55:58 [representante da Samarco] Boa noite. Respondendo aqui a senhora Fátima Cota em relação à questão dos impactos, a Samarco já tem a prática de fazer os monitoramentos de água, qualidade da água, ruído e vibração. Em relação ao aqui mencionado por ela em relação à Igreja do Rosário, nós já fazemos esses monitoramentos, além da gente já ter um termo de compromisso firmado junto com o IEPHA para a restauração das igrejas. Então a gente já tem essas compensações aí definidas para a gente dar encaminhamento.

02:56:31 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço os esclarecimentos. Passo para os próximos três inscritos. A senhora Ana Carla Cota, o senhor Geraldo Braga e o senhor Bernardo Campomizzi. Por favor, fiquem perto aqui da tribuna. Primeiro a senhora Ana Carla Cota. Pois não. Com a palavra. A senhora tem três minutos.

02:57:05 [Ana Clara Cota] Boa noite a todas e todos. Eu gostaria de abrir a minha fala com uma denúncia encaminhada ao senhor Yuri Trovão, porque hoje a Samarco negou dar transporte para a comunidade de Antônio Pereira. Nós tentamos, porque ontem, diante de tudo que nós ouvimos, dos impactos que Antônio Pereira, nós ficamos indignados. Nós queríamos ter participação aqui. Então, eu queria deixar aqui a nossa indignação e dizer que nós chegamos a ir ao Ministério Público pedir apoio para conseguir esse transporte. E foi pedido para que eu fizesse essa denúncia aqui que nem o Ministério Público conseguiu, tá? Então assim, o Ministério Público ele não conseguiu fazer a Samarco oferecer esse transporte de forma consensual. O transporte público nosso não dá o direito que a gente retorne após essa audiência, que tem o seu encerramento marcado para as 23h00. Então, diante dessa negativa de transporte, eu peço providências a SEMAD, no sentido de marcar uma nova audiência pública em Antônio Pereira para permitir a exposição direta da comunidade. Para a gente ver como são as estratégias perversas dessa empresa que se diz progresso, sabe? Eu fico realmente muito indignada porque a gente vem sim de uma minério-dependência. Mas hoje o que eu quero trazer para todos que estão aqui é um pouco dessa reflexão. Nós vamos ter uma ampliação em locais, em região que já está caótico. Mariana, Antônio Pereira, nós estamos colapsados, não dá para ter mais uma pessoa! Falar de ampliação não é falar de mineração sustentável! Onde a gente vai ter uma mineração sustentável, onde nós temos os nossos dispositivos públicos colapsados? Não dá! onde a gente vai falar de uma mineração sustentável, onde a gente está vendo que cada vez mais as pessoas nativas, nós dos nossos territórios, estão sendo expulsos. O sentimento de pertencimento nós estamos perdendo. Então nós não podemos dizer que isso é mineração sustentável. Por favor! Sabe? Eu peço um pouco de sentimento quando a gente diz de explorar um minério pobre, de 43%. Será que realmente quando a gente fala da necessidade humana nós precisamos da mineração? Tem-se estudos hoje que este minério realmente é importante para o nosso uso? Não gente, nós estamos minerando muito mais do que a capacidade que uma pessoa pode consumir. Então a gente precisa trazer essa reflexão que não é necessário essa ampliação. Não cabe em Mariana, não cabe em Antônio Pereira. Nosso povo tá sofrido.

03:00:09 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhora Ana, por favor, a senhora, tem dez segundos para concluir.

03:00:12 [Ana Clara Cota] Então o que eu queria dizer só pra terminar aqui, gente, basta dessa mineração predatória, basta do lucro acima de vidas humanas, seremos resistência, nós não precisamos dessa ampliação...

03:00:31 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação da Sra. Ana, o próximo inscrito Sr. Geraldo Fraga. Senhor Geraldo Fraga. Não tem intenção? declina do uso da palavra? Só chamando mais uma vez. Sr. Geraldo Fraga não está presente. Ok. Então, Sr. Bernardo Campomise, o senhor tem três minutos.

03:01:29 [Bernardo Campomizzi] Boa noite. Eu sou membro dos Conselhos de Meio Ambiente do Patrimônio Cultural de Mariana. Vou tentar falar rápido por causa do tempo. A entrega dos recursos minerais a estados empresas estrangeiras, como é o caso da Samarco-Vale-BHP é muito bem construída por investidores políticos e aproveitadores de plantão. Enquanto isso, o estado brasileiro e aqui digo especificamente o Estado de Minas Gerais e ao município de Mariana, que embora se diga de vocação minerária, jamais pensou sobre os impactos negativos da mineração e as oportunidades, como bem disse a Sian. Que pensa na melhoria da qualidade de vida, não somente geração de emprego e renda ou arrecadação de impostos, está marginalizado e fora do pensamento dominante do que se denomina de progresso. Árvores, animais, disponibilidade de água de qualidade, memórias, histórias, equilíbrio ecológico também são indicadores que devem ser considerados para medir uma sadia qualidade de vida. Com relação aos estudos ambientais, foi

realizada em 2022, então está fora do que diz o novo Plano Diretor do Município de Mariana. Embora nos estudos socioeconômicos, ter sido identificados alguns dos bens culturais protegidos de Mariana e se tem afirmado o impacto, não foi realizado estudo específico sobre impacto do patrimônio cultural marianense. O EIA desconsiderou completamente o tombamento provisório do distrito urbano de Bento Rodrigues, no COMPATE nós temos cobrado toda reunião o status desse procedimento e o município de Mariana não nos responde. Por que no RIMA não se demonstram as pilhas de rejeito, os morros artificiais que serão criados com a respectiva altura. Enfim, com todas as suas dimensões, se puder explicar para gente colocar na tela seria interessante. A DN CONEP número sete exige que o EPIC, que é o estudo de impacto ao patrimônio cultural, componha o EIA-RIMA. E apesar de às vezes não ter um real impacto, potencial existe, como bem relatado pela moradora aqui de Santa Rita e de Camargos. O direito de acesso a esses bens culturais também tem que ser estudado. Por que que é realizado audiência pública antes se completarem todos os estudos culturais e ambientais, como bem demonstrou a empresa de assessoria técnica que falou que não se completaram todos os estudos? Por que se faz a audiência antes? Pretende se uma chancela da sociedade antes de verificados todos os impactos? Até quando conviveremos com carretas abarrotadas de minério da Samarco, Vale, BHP, Cedro e outras colocando em risco nossas vidas, seja na estrada de contorno de competência municipal, seja na MG 129 ou na BR 356, quais são os impactos sobre a estrada para Bento Rodrigues, Camargos, Santa Rita Durão? Quem paga essa conta? Enquanto não for realizada uma avaliação ambiental integrada da mineração em nosso município, no estado de Minas Gerais, não saberemos quais são os reais impactos da mineração em nosso território. Obrigado.

03:04:33 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação do Sr. Bernardo, eu retorno ao Sr. Geraldo Fraga. Está presente? Sr. Geraldo Fraga não está presente. Então o bloco são de três manifestações, eu vou chamar a senhora Silvânia Aparecida de Souza Coelho. Senhora Silvana, a senhora tem três minutos. Pois não. Com a palavra.

03:05:23 [Silvânia Aparecida de Souza Coelho] Boa noite a todos, meu nome é Silvânia, moradora de Camargos e vice presidente da associação. A minha primeira fala é para a BRANDT, porque eu sou dona do terreno do número 200. E até nós sairmos de lá agora de tarde, não tem ainda nenhum aparelho. A não ser que ainda vai colocar, né?. E aí eu entro como crítica e perguntas para Samarco. Critico porque Camargos é uma comunidade muito pequena, muito pequeno, como vocês conhece, faz vários estudos e Camargo não é visto como atingida. E a gente levou um grande susto quando a gente perdeu a Bento Rodrigues, que era a única, uma vizinha, um parente nosso, a Bento Rodrigues para Camargos. Então, agora, com esse início desse projeto a longo prazo, que é longo prazo para as empresa, mas a gente já começa a assustar desde agora. Então eu queria que assim, viesse bastante transparência. E atrás das minha crítica, eu quero fazer pedido seguinte, que não deixasse esperar os transtorno, as coisas ruins acontecer para depois vir as compensações. Já que tem que acontecer, que a gente entende que a gente, que Mariana em geral depende da mineradora, né? Mas então faz o seguinte, trabalha assim, seja honesto com as comunidades, seja honesto com os moradores, porque a gente fica esperando quando começar, o impacto é tão grande, tão grande, que a gente não, né? A gente perde a noção do tempo. Então faz o seguinte começa de uma vez com as compensações, né? Pra, pra, satisfação. Pelo menos a gente satisfeito, a gente sofre um pouco menos com os impacto. Esse é meu pedido. A comunidade de Camargos e a todas comunidades aqui presente. E outra coisa, só mais uma coisinha, o Vice-Presidente, o Presidente da Associação, ele fez umas pergunta e não foi dada a resposta para eles, que ele fez a resposta. Pergunta sobre os ruídos, sobre esse negócio de ar aí dos barulhos de Camargos e não foi totalmente esclarecido pra gente.

03:07:48 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação da senhora Silvânia. Então nós temos três manifestações, eu passo a palavra para o empreendedor que terá seis minutos para se manifestar.

03:08:00 [representante da Samarco] Bom, inicialmente fazer algum esclarecimento a Sra. Ana Carla no que diz respeito à questão do transporte e também a toda a comunidade de Antônio Pereira. A Samarco está cumprindo de forma expressa o que determina a DN 225 no sentido de oferecer o transporte, nós estamos fazendo isso de acordo com os municípios, que nós estamos fazendo as audiências, e para o município de Ouro Preto foi oferecido o transporte àquelas comunidades e distrito que fazem parte do município respectivo, assim como também agora do município de Mariana. Importante dizer que na audiência de ontem, Antônio Pereira teve a oportunidade e o direito, melhor dizendo, o direito de se manifestar, de se expressar e todos os seus pontos foram anotados e serão considerados para fins de avaliação da empresa, né? Não obstante isso, o diálogo continua aberto com o município e, desculpa, com a comunidade Antônio Pereira, e também todo o processo conduzido pela SUPPRI por meio do endereço que foi fornecido, pode ocorrer os registros necessários. Em relação à manifestação da senhora Silvana, para que a gente tenha sempre uma relação franca, verdadeira, esse é de fato o nosso intuito, o valor da empresa, o valor da Samarco, por meio do diálogo que ocorre, é, junto às diversas comunidades essas mensagens são levadas. Recentemente, a gente tem conduzido algumas discussões com vocês no sentido de apresentar o projeto que aqui hoje foi exposto com um pouco mais de detalhe e pode estar muito certa de que a gente continuará e reforçará esse canal junto com vocês.

03:10:03 [Alceu Raposo-consultor da BRANDT Meio Ambiente] Bom, em relação à questão do Sr. Geraldo Fraga a respeito do uso dos bens culturais, na minha apresentação, eu passei um pouco falando sobre os estudos que estão sendo feitos em paralelos, que não são objetos do processo aqui, mas que precisam ter anuência desses órgãos para a SEMAD, a SUPPRI, no caso. Então, os estudos do EPIC e REPIC eles estão prontos, foram feitos pela BRANDT, eles vão ser tratados no âmbito do IEPHA. Os estudos, e os estudos de EPIC e REPIC dizem respeito às questões do patrimônio cultural e imaterial. Então foram gastos dois anos fazendo esses estudos dos levantamentos dos patrimônios materiais e imateriais no entorno dessas comunidades estão todos levantados, inclusive com visadas, drones, mostrando impactos da pilha, mostrando eventuais ou não impactos de correia transportadora, eventualmente sobre cada um dos patrimônios, se existe ou não. Em relação também aos municípios, os municípios também têm legislação específica para entrega de documentos técnicos a respeito do seu patrimônio, e esses estudos também já foram prontos e também foram, é, alguns deles protocolados nos respectivos municípios. Em relação ao RIMA, ele sim, todos os mapas coloca o RIMA com as pilhas. Não justificaria tirar as pilhas do RIMA, porque senão a gente teria um erro drástico no que está sendo apresentado. Então o RIMA está ali do lado, a gente pode ver se as duas pilhas estão ou não contempladas no RIMA e elas são objeto principalmente dos principais impactos que a gente tá tratando, uma vez que a porção norte já em operação e as principais preocupações dizem respeito a essas duas pilhas. Então não faria justificativa nenhuma de fazer supressão dessas pilhas, mesmo porque seria um crime fazer omissão de informação no âmbito de um processo legal como esse aqui. A sim, em relação a estação, nós temos os dados da estação. Ela, os monitoramentos foram realizados lá em 2018, Rua Cruzeiro, número 200. A foto está no, consta nos relatórios, a coordenada também consta nos relatórios. A gente também, a gente pode apresentar. No EIA, obviamente que também não pode ser uma informação falsa a ser dada a respeito do monitoramento, que é uma das coisas mais básicas que uma empresa de consultoria faz no âmbito do estudo ambiental, que é fazer um monitoramento. Não, ela não está instalada lá mais, ela é feita durante seis dias, você faz o background e depois retira, então não tem nenhuma estação instalada lá hoje, isso aí. Sobre as dimensões da pilha, as

dimensões das pilhas estão na caracterização do empreendimento, as dimensões da pilha, o tamanho dela, a altura dela estão na caracterização do empreendimento. Agora, o contorno delas também dá para ver as dimensões da pilha. Mas perfeito, boa pergunta.

03:13:45 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação, lembrando mais uma vez aos senhores, o regimento a Deliberação Normativa 225, que rege a nossa audiência pública, não dá possibilidade de réplicas ou trélicas. Então, aquele que não tiver o questionamento respondido, ou seja, a pergunta não foi, a resposta não contempla aquele questionamento, deverá protocolar na SUPPRI a solicitação para que seja encaminhada. E esse questionamento por escrito irá compor o processo de licenciamento ambiental. Em relação à nova audiência pública, eu vou ler para os senhores aqui. Está previsto no artigo 2º da Deliberação Normativa Copan 225, que tem a seguinte previsão: “sem prejuízo da realização obrigatória prevista nesse artigo”, quando ela fala a realização obrigatória da audiência pública, “o presidente do Copan ou o secretário executivo do Copan poderá determinar a realização pública sempre que julgar necessário”. Então, foi protocolado aqui à mesa a solicitação de nova audiência pública, pelos motivos já expostos pela senhora Ana. Essa avaliação não é feita por mim, eu estou presidindo a reunião, quem é presidente do Copan é a secretária de Meio Ambiente, e a secretária executiva, que, por delegação também tem essa competência. Irá avaliar o documento feito aqui e posteriormente informar aos senhores, considerando mais uma vez, que o referido protocolo feito irá contemplar o processo de licenciamento ambiental. Eu passo a chamar os três inscritos próximos inscritos. O senhor Luiz Fernando Loureiro Ribeiro e também depois do Sr. Luiz Fernando, tem o Sr. Wilson Bazilio Chaves e após Senhor Nilo Carlos Severgnine, me desculpa, se eu tiver falando o nome aqui de forma, de forma errada. Então o senhor Luiz, o senhor tem três minutos depois, depois Sr. Wilson e depois Sr. Nilo, por favor.

03:16:00 [Luiz Fernando Loureiro Ribeiro] Boa noite a todos e todas, meu nome é Luiz Loureiro, eu sou jornalista da Agência Primaz de Comunicação, estabelecida em Mariana desde 2019. E desde então nós temos acompanhado atentamente, na medida do possível, uma empresa pequena, todas as agruras de todas as comunidades atingidas desde 2015. E nós acreditamos, na Agência Primaz, que jornalismo é serviço de utilidade pública, o que nos coloca, o que nos faz colocar o interesse público acima de qualquer coisa, sem prejuízo do, da responsabilidade e do jornalismo sério. Eu queria apenas colocar aqui alguns pontos que me parece que já foram colocados, me parecem não, eu tenho certeza que foram colocados, mas que não tiveram, pelo menos a meu juízo, uma resposta adequada. Ah, o, advogado Dr. Israel Quirino, o ex-prefeito Roberto Rodrigues, mencionaram algumas coisas relativas ao histórico da mineração em Mariana. São mais de 40 anos em que a gente ouve dizer em diversificação econômica e em benefícios da mineração. Eu prestei atenção o máximo possível à apresentação, confesso minha incompetência técnica para julgar a qualidade do relatório produzido, principalmente na questão ambiental, mas eu tenho dois adjetivos que eu não vou coloca-los como meus e vou repassar à mesa e aos representantes. Ao detalhar com tanta profundidade, com tanta minúcia a questão do impacto ambiental, não parece que na questão do fator humano, o relatório é pobre, pelo menos em termos efetivos, de ações mitigadoras e compensatórias? E, em segundo lugar, a questão que leva em consideração o, todo a questão populacional. Colocar a Fundação João Pinheiro é dizer que não foram considerados os impactos devidos a pessoas que seriam atraídas por um município, não seria um ato de ingenuidade? É só isso? Obrigado.

03:18:4 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação. Sr. Wilson Basílio. Senhor Wilson, o senhor tem três minutos.

03:18:55 [Wilson Bazilio Chaves] Boa noite, senhor Wilsinho, Cola que é mídia. Vou ser bem claro e direto, queria perguntar pro presidente da Samarco, presidente da Renova, sobre as indenizações do

povo de Mariana. O povo de Mariana está cansado, saíram pra uns e não saíram pros outros, tem três quatro anos, todo mundo esperando. Todo mundo foi atingido em Mariana desde quando a barragem estourou em 2015. Eu lembro disso, que eu trabalhava lá na época, vários pais de família ficaram desempregado, várias mães de família passaram fome, teve que refugiar pra outra cidade. Eu pergunto para o presidente da Samarco na minha frente, sou o Wilsinho Cola que é mídia, qual é a resposta que você tem para o povo de Mariana? Qual é a resposta que vocês têm para os distritos de Mariana? Cachoeira do Brumado, Artesanato. O pessoal, saiu 04h00 para tá aqui em Mariana fazendo manifestações para colocar o nome da Samarco na mídia, sendo que o nome da Samarco já foi para a mídia desde quando a barragem estourou. Rodou o mundo inteiro, perdeu várias vida, muitas mãe, muitos pais choraram e até hoje Mariana tá aí ó? Você olha para a cara dos moradores, o Wilsinho Cola que é mídia, e as indenizações? Reforçando aqui as palavras do meu amigo vereador Preto acabou de falar aqui também. Aluguel em Mariana, R\$3-4.000 por causa da Samarco, por causa da barragem. Tem que partir para as invasões. Vai lá faz o seu barraco às autoridades, vai lá e derruba o barraco dos moradores com criança, mãe, pai de família, chorando sem ter para onde ir esperando a indenização sair para comprar um barraco para sair do aluguel hoje que não aguenta pagar em Mariana. Estou aqui para pedir essa resposta para vocês, da indenizações, do povo de Mariana e dos inscrito. Minha palavra aqui, porque eu faço um serviço social em prol da população mais humilde de Mariana. Hoje eu cobro muito dentro da cidade, cobro rua, cobro água, cobro luz, porque eu faço o trabalho social e tô aqui em nome do meu povo. Queria agradecer a todos vocês aqui hoje, queria agradecer o prefeito, agradecer às autoridades e o povo de Mariana. Boa noite, Tchau.

03:21:34 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação do Sr. Wilson. Senhor Nilo, Nilo Carlos. O Sr. Nilo Carlos, o senhor tem três minutos. Pois não. Com a palavra.

03:21:50 [Nilo Carlos Severgnine] Boa noite a todos. Eu me chamo Nilo Carlos Severgnine, sou de Guarapari, no Espírito Santo, hoje presidente do SINDICIG o Sindicato da Indústria da Construção Civil. E, ouvindo tudo o que foi falado até agora, até o momento, ainda falta bastante, dizer que, com certeza nós somos solidários a todos os moradores de todas as cidades. Foi realmente um impacto que abalou demais as nossas vidas, muito, muito. Na nossa macrorregião lá, Anchieta, Guarapari, Marataízes, Piúma, realmente nós não tivemos o impacto ambiental, mas como a Jéssica falou aqui, o impacto social e econômico foi muito grande também. Aí vocês podem falar, mas vocês não perderam vidas, vocês não têm o problema da assoreação, o problema do desmatamento, o problema da água contaminada, realmente nós não temos. Mas, fez muita falta a Samarco nesse período que ela ficou fechada. Anchieta principalmente, sofreu muito. Guarapari, quem conhece Guarapari sabe que Guarapari a vocação de Guarapari é o turismo, é a indústria da construção civil e o comércio. E o maior empregador, um dos maiores empregadores de Guarapari durante esses 40 anos, sempre foi a Samarco. O maior gerador de empregos, a Samarco, a maior formador, o maior formador de pessoas, a Samarco. A Samarco, ela nos últimos anos, ela fez um trabalho, e faz até hoje, eu não sei por que não foi falado aqui, se aqui não tem me perdoe, eu não participo aqui, que é o programa que nós temos lá, é o, Hã? O Força Local. Não, o Força Local é um programa muito bom, ajudou demais ao crescimento das empresas, não só dos trabalhadores, das empresas, para que pudessem prestar serviços a Samarco e contratação de pessoas locais. Então, eu não sei por que, mas ajudou demais e ajuda realmente a cidade de Guarapari. Então, nós também sentimos muito, muito, a falta da Samarco. Ficamos muito felizes com a retomada da Samarco e temos a certeza do compromisso deles com o desenvolvimento e com a melhoria. Ninguém, ninguém esperava um desastre daquele ali. O que nós viemos aqui, sim, por vocês aqui eu tenho ouvido. Para nós, da nossa região, eu vim falar assim, fez muita falta e faz muita falta a Samarco. Pra vocês é direito de

reivindicar sim, eu acredito, mas eu acredito muito também que a Samarco, ela tá muito solícita a ouvir sim, pode ter certeza disso. Tá jóia?

03:24:52 [Yuri Trovão-presidente da audiência] O senhor tem dez minutos pra concluir, por favor. Dez segundos.

03:24:55 [Nilo Carlos Severgnine] Tá joia. No mais. Muito obrigado a todos.

03:25:05 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Os próximos, desculpa. Nós passamos com os três, passo a palavra a empresa que terá seis minutos para se manifestar.

03:25:22 [representante da Samarco] Bom, é, vou começar a fazer manifestação em relação à questão da, da priorização das compras locais. Há um tempo atrás a Samarco instituiu um programa chamado Força Local. Esse programa ele visa justamente incentivar e criar condições para o fornecimento das empresas que estão dentro da área de influência direta dela. E esse tema foi tratado aqui, na fala inicial, tanto do Amarildo, representando aqui a ACIAM, da ADOP do Vandeir e Dr. Israel também de alguma forma abordou esse tema. Então assim, o, esse programa está presente aqui. Esse programa ele se divide em alguns pilares. Um dos pilares diz respeito a políticas e normativos da Samarco, no sentido de criar condições para que a gente efetivamente faça a aquisição local. É, também um dos outros pilares diz respeito à qualificação, qualificação de mão de obra que faz parte e que tá inserida no fornecimento a empresa, é, o outro pilar diz respeito à promoção e criação de um ambiente de negócio que possa fomentar o crescimento dessas empresas locais e assim, favorecer, inclusive, a diversificação. A ideia não é uma força local exclusivamente para atender as compras da Samarco, mas sim para criar condições, é, que ela consiga então fornecer para outros mercados, inclusive. E o quarto pilar diz respeito ao monitoramento, monitoramento relacionado ao desempenho dessa, dessa empresa e o desempenho do próprio programa. Então, essa é uma atividade que tá presente sim, no Espírito Santo, tá presente aqui em Minas Gerais. Ele foi desenvolvido com o conceito, é, inclusive de apoiar a diversificação econômica. Esse tema foi tratado também aqui, Dr. Israel chegou a citar três iniciativas da Samarco junto à prefeitura de Mariana, com a APATAI, depois com a UNISINOS e mais recentemente com a PLAN, que é uma empresa local, onde a gente trabalhou junto com o poder público, junto com as entidades setoriais, é, e empresas que têm atuado também nesse segmento aí econômico, para que a gente identificasse, é, vetores ou eixos de crescimento aqui para a região. Dentre esses eixos está o turismo, que é uma atividade muito importante, sem sombra de dúvida, a questão da inovação e da tecnologia, foi um outro eixo identificado, a agricultura e essas atividades agora passam por uma discussão e aprofundamento dos debates em relação àquilo que pode efetivamente alavancar esses setores. E nesse momento a gente constituiu uma governança com esses, com essas entidades. O programa que inicialmente começou no âmbito da Samarco, hoje a gente percebe uma apropriação maior por parte dos municípios e por parte das entidades locais, que é super importante para o sucesso desse programa.

03:28:49 [Alceu Raposo-consultor da BRANDT Meio Ambiente] Bom, em relação à questão da Fundação João Pinheiro, se é ingênuo considerar as projeções lá sem considerar a chegada de pessoas, foi uma premissa que foi utilizada para esse projeto é a utilização de pessoas, porque dentro desse projeto não é um projeto in field novo. Então a Samarco já tem a mão de obra dela e ela vai precisar basicamente, não de grande quantidade, ela vai ter um deslocamento de pessoas dentro da operação dela pra fazer a implantação. Então não foi considerado um aumento expressivo dentro das projeções da Fundação João Pinheiro, em função de grande parte da, dessa mão de obra que vai tá sendo absorvida e realocada dentro das estruturas operacionais da Samarco. Então, a medida que ela implantar algumas estruturas, ela vai operar outras. Então é uma implantação e

operação gradativa já dentro do contingente que ela tem, com um adicional de, de, de profissionais. Em função desse contingente, não foi feita uma projeção de aumento absurdo ou muito alto, dada essas questões. A gente tem exemplos aqui, por exemplo, que para pilha, dando um exemplo aqui básico, para as questões de mão de obra da operação, por exemplo, oito operadores de produção, um próprio durante seis meses. Para outras estruturas, por exemplo, 700 pessoas em áreas da pilha, então não é um volume, é, é, absurdo de mão de obra a ser tratada no âmbito dessa implantação. Por isso, a premissa do projeto é a utilização dessa mão de obra e, e absorção de, de outra pequena parte do município. A, tem os programas, perdão. O senhor Luís ainda fez menção aos programas sociais e os programas sociais eles estão acoplados aos programas é, ambientais do meio físico. Então todos os programas do arcabouço do meio físico, obviamente que eles mitigam os impactos sociais e obviamente que as questões e discussão de ampliação desses programas vocês estão apresentando outras alternativas aqui, que a Samarco já disse que pode avaliar a pertinência delas mediante a cada distrito.

03:31:27 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Eu chamo agora os, três, mais três inscritos. A senhora Ângela Maria Gonçalves, depois da senhora Ângela Maria Gonçalves, Senhora Maria de Fátima Castro Carneiro e logo após, senhor Edson Júnior Sales. Então a Senhora Ângela os demais, por favor, fiquem próximo a tribuna. Senhora Ângela. A senhora Ângela tá presente? A senhora Ângela não tá presente no momento. Eu retorno após esses três, a senhora Maria de Fátima tá presente? Senhora Maria, por favor, pode fazer uso da palavra. A senhora tem três minutos.

03:32:36 [Maria de Fátima] Boa noite a todos. Meu nome é Maria de Fátima, eu moro em Águas Claras onde passa o mineroduto, né? E nosso grande problema é, não vai passar novamente mineroduto, né? como foi alegado, tubos, mas, houve um grande problema com os adolescentes, crianças, estudantes. E, questão de doenças venéreas na região, na região, por que veio a TKINT em 2007 veio a GDK em 2011, não havia fiscalização. A TKINT ela tinha uma arena onde Águas Claras, com menos de 700 habitantes, a TKINT colocou na região 400 homens no local para trabalhar e não havia fiscalização. Houve um período que eu tive que fechar a estrada com corda para que não passasse nenhum veículo, porque o motorista da TKINT estava tirando o óleo do caminhão pipa, vendendo e bebendo tudo na rua. Eu saía da escola, eu achava aquilo o cúmulo, o cúmulo. E outra coisa, porque a minha história é tão longa, voltada para educação, voltada para a saúde da região, por eu morar lá, a questão de qualidade de vida, 29 anos dando aula. A questão é tão ampla que a Samarco começou a construir uma estação de esgoto a 120 metros da minha casa. Eu entrei com ação no Ministério Público, essa obra foi interdita e ela não é tocada, não vai ser tocada porque não tem condições de uma estação de esgoto, estar perto de 150, 120 metros, que era minha e da minha colega de trabalho estava a menos ainda uns 80, a 80 metros no fundo do quintal dela. Eu estudei aqui em Mariana, o meu ex-professor que se encontra ali, o Ricardo, fiz serviço social com ele, fiz pedagogia aqui também. Optei por viver em área rural, mas a Samarco ela invadiu, ela estraçalhou a nossa qualidade de vida. As adolescentes, eu tive aluna de 13 anos grávida. Isso não é normal, isso é abuso sexual. Sabe o que a TKINT fez? Transferiu o funcionário para outro local. Hoje a filha dessa aluna foi minha aluna também. Isso foi em 2006. A menina se tornou mãe e hoje a filha dessa menina, em 2006, foi minha aluna. E isso aí, a promiscuidade, falta de fiscalização, gente, é gritante.

03:35:44 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhora Maria de Fátima, a senhora tem dez segundos para concluir.

03:35:47 [Maria de Fátima] Então eu solicito que o Judiciário que é justiça, que haja lei, que os rincões, que os cantões não sejam esquecidos...

03:36:05 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação da Senhora Maria de Fátima, Sr. Edson, Edson Junior Sales. Senhor Edson, o senhor tem três minutos. Pois não. Com a palavra.

03:36:24 [Edson Junior Sales] Boa noite a todos. Gostaria de deixar aqui a minha indignação pelo retrocesso que o município de Mariana teve nesses últimos anos após o rompimento da barragem, isso pode se olhar pelo município, pelo distrito de Santa Rita, que hoje em dia nem transporte público direito tem mais. Antigamente, antes da barragem, ainda tinha lá um ônibus indo e voltando depois entre uma, entre 7 e meio dia e retorna para Mariana. Hoje em dia e só uma vez por dia e voltando à tarde, a pessoa perde o dia inteiro para resolver algumas poucas coisas aqui em Santa Rita. Em relação ao cidadão ali da BRANDT que falou que tem a estação de monitoramento, com certeza tem, mas a comunidade em si não quer saber dos dados teóricos, não vai saber ler os dados coletados lá pelo equipamento, a população quer ver o que tá sendo feito para poder minimizar os impactos que vem causando, tipo poeira. A dona de casa tem que limpar a casa todo dia. Em relação à fauna, o último mês, semana passada mesmo, ou retrasada, cidadão foi mordido por cobra, por uma serpente, na porta de sua casa. Então não tem como a pessoa se deslocar de Santa Rita até Mariana e chegar no posto. Não tem um antídoto. Levou, leva mais tempo ainda para poder sair de Santa Rita e chegar a Mariana. Porque, por causa do caos causado pelo trânsito, que o rompimento, excesso de veículos que tem na rodovia não foi apresentado aqui nesse licenciamento, neste projeto a longo prazo, nenhuma melhoria que vai ser feito na MG 129 para poder minimizar esse trânsito. É, aí fica a minha indignação por esse, por esse retrocesso mesmo que veio a acontecer no distrito de Mariana.

03:38:58 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação, senhor Ezyton, Edson. Retorno a Senhora Ângela Maria Gonçalves. A Senhora Ângela Maria está presente? Como o bloco é de três, eu vou colocar a Senhora Ângela ausente, o próximo senhor Ronald de Carvalho Guerra. Senhor Ronald, o senhor tem três minutos.

03:39:38 [Ronald de Carvalho Guerra] Boa noite a todos aqui. O presidente da mesa, representantes da Samarco. Boa noite a toda comunidade aqui presente. Eu represento aqui o Instituto Guaicuy, é a assessoria técnica independente escolhida pela comunidade Antônio Pereira por causa do descomissionamento da barragem do Doutor, escolhido por eles. A nossa função é trazer informação, participação qualificada. Então, nós temos vários técnicos de diversas áreas, profissionais multidisciplinares, que vão auxiliar toda a comunidade a lutar pelos seus direitos. Por tantas violações ocorridas não só pela, pelo descomissionamento da barragem, mas pela mineração tradicional na região do distrito de Antônio Pereira. Então eu coloco aqui também essa correlação, é muito forte com a própria mineração da Samarco. É uma história inclusive muito forte dentro da comunidade de Antônio Pereira. Mas a gente sabe de todos os conflitos, então tem um efeito sinérgico, porque nós estamos tendo com esse processo de, é, ampliação da produção da Samarco, vários impactos também correlacionados com todo o processo de ampliação. Se a gente olhar, Antônio Pereira é um canteiro de obras e a comunidade é totalmente ignorada, então isso vai aumentar mais ainda. Rodovia, tudo que a gente fala, mas eu vou hoje concentrar, só colocar, que nós vamos estar apoiando a comunidade na elaboração de um documento bem embasado para ser encaminhado ao processo de licenciamento, é, consolidado por eles, a nossa função é essa, mas queria reforçar uma coisa em relação a isso. Ontem foi conversado muito a reforma da Estrada da Purificação, foi conversado muito a questão da rodovia e como tá difícil essa circulação ali, principalmente nas horas de pico e também não foi reforçado, mas eu vou aproveitar esse momento, eu vi nos estudos que não é apresentado o monumento natural da Gruta da Nossa Senhora da Lapa. Ele não está como unidade de conservação constituída, monumento municipal. E aí, eu conheço esse

processo todo, foi um reconhecimento da importância da Gruta Nossa Senhora da Lapa e é muito importante que seja incluído, inclusive que as compensações que estão correlacionadas com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação sejam direcionadas para as unidades no entorno do empreendimento. E aí fica uma proposta em defesa do direito dos atingidos, algo que é muito especial para eles, ignorado pela Vale, a Serra do Ouro, a Serra de Antônio Pereira...

03:42:45 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhor Ronald, conclua por favor.

03:42:46 [Ronald de Carvalho Guerra] Que se possa, que se possa constituir um grupo e um projeto de proteção dessa serra e que se dê condição de uso público de toda a popu...

03:43:00 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação do senhor Ronald, aí nós temos três manifestações, eu passo a palavra para empresa que terá seis minutos.

03:43:14 [representante da Samarco] Bom, inicialmente eu vou me dirigir a senhora Maria de Fátima, que fez um relato aqui pra a gente, de problemas que a gente entende extremamente sérios. Queria dizer que qualquer atitude que eles gerem, ou que promovam qualquer manifestação de assédio sexual, isso é uma prática intolerável para a empresa. Desse período que foi citado pela senhora, de lá para cá, eu diria que muita coisa evoluiu dentro da empresa. A empresa constituiu um código de conduta rigoroso. Onde é apresentado, e necessariamente assinado por todos empregados da empresa, por todos os fornecedores. E passam por treinamentos anualmente, em relação a esses, as melhores condutas que devem ser praticadas em relação à sociedade como um todo e especialmente em relação às comunidades que nos recebe no seu dia a dia. A empresa, também, ao longo desse tempo, introduziu, né? diálogos de segurança e de saúde de segurança, onde essas mensagens são compartilhadas com os fornecedores, né? com a participação dos empregados e, é, também estabeleceu uma ouvidoria onde qualquer tipo de manifestação nesse sentido pode ser comunicado, expressa, garantindo também o anonimato da pessoa. E as medidas serão tomadas pela empresa de forma rigorosa em relação a esse tema.

03:44:57 [Eduardo Moreira-gerente geral de projetos da Samarco] Senhor Edson. Senhor Edson falou sobre monitoramento e, e um pouco da transcodificação. A gente entende de fato, que é importante levar clareza nas informações, naturalmente, são informações de natureza muito técnica, logo na medição, então isso, isso tem um trabalho muito grande sendo feito, né? A Samarco implementou um sistema de monitoramento on line, um sistema de monitoramento que tá ligado tanto nos órgãos públicos diretamente, e então tudo, toda medição é ligado diretamente aos órgãos públicos, a empresa, e a gente levar isso com clareza pras comunidades. É, eu queria aproveitar e voltar lá na pergunta também sobre ruído e poeira, então é o mesmo sistema, o sistema de referência tá montado e a gente vai monitorando, informando e acompanhando isso com a comunidade de uma maneira bem clara e transparente.

03:46:05 [Alceu Raposo-consultor da BRANDT Meio Ambiente] Bom, bom. Em relação à questão do, da, que o Sr. Ronald perguntou, muito bem tratado aqui Sr. Ronald, dada a importância do monumento da Lapa da Serra, ele consta no Estudo de Impacto Ambiental as fotos de todas as tratativas desse monumento. Ele é um objeto de preocupação dentro do âmbito do EIA-RIMA, mas, mais especificamente, ele é um objeto de preocupação junto aos projetos ligados ao município e também junto à IEPHA. Pra isso, foi feito um estudo específico de visada, que é você, faz todo um projeto relacionado para ver se vai haver impacto ou vendo a estrutura da mineração. Então eu gostaria de te assegurar que no âmbito do EIA-RIMA, é, esse monumento tá assegurado lá, tá tratado, e no âmbito dos estudos específicos junto ao município e junto ao IEPHA também ele está lá. Além de vários outros, é, é, programas e também, é, questões relacionadas ao patrimônio.

03:47:25 [representante da Samarco] Respondendo aqui o seu Ronald Guerra em relação à Estrada da Purificação, ontem foi muito mencionado aqui na reunião de Ouro Preto, é importante destacar que a Estrada da Purificação é uma condicionante da licença operacional corretiva de Germano. Ela não faz parte desse processo do Longo Prazo. Em relação também à aplicação das compensações pras unidades de conservação, a Samarco já efetivou mais de 6 bilhões de compensação através dos SNUC, as unidades de conservação que foram contempladas foi o UAIMII, Itacolomi e Gandarela.

03:48:07 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço esses esclarecimentos, passamos para a próxima rodada de três manifestações. Vou falar o nome dos três, primeiro senhor Bruno Saback Gurgel, depois o Sr. Remo Almeida Machado e depois o senhor Mauro Mattos da Silva. Senhor Bruno, o senhor tem três minutos.

03:48:37 [Bruno Saback] Boa noite a todos. Primeiro eu gostaria de reiterar a fala da Ana Carla com relação, que solicitou a nova audiência pública, porque eu acho que realmente as pessoas de Antônio Pereira deveriam estar em maior quantidade aqui e nós fomos realmente impedidos de estar aqui pelo horário do nosso ônibus, nosso último ônibus. Ontem eu estive em Ouro Preto, não falei, hoje eu estou aqui em Mariana e até o momento eu não vi nenhum assalariado aqui na frente estar a favor da Samarco. Eu vi o estado do Espírito Santo mendigando migalha, eu vi vários empresários, mas nenhum assalariado aqui está a favor da Samarco. Pessoal, até quando nós vamos aceitar essa nova escravidão gente? Até quando os trabalhadores aqui eles sofrem! Isso aqui é uma nova escravidão gente! Acorda pessoal! Nós estamos embaixo dos, das pessoas, nós estamos embaixo da Samarco, nós estamos em baixo das pessoas que são, é, donos de empresas dessa cidade. Quanto ao EIA-RIMA da BRANDT, não tem nada de extraordinário, gente, nada de extraordinário. Ele simplesmente atende a legislação e cabe a nós da comunidade e ao poder público julgar se nós realmente queremos esse impacto ou se nós não queremos esse impacto. Sou biólogo e com tanto tempo de trabalho já aprendi que bons profissionais não podem e não devem se basear somente na legislação. É, porque existe uma diferença muito grande entre o eu posso e o eu devo, porque a legislação ela pode liberar, mas, é uma questão ética, é uma questão ética. Se você vai fazer ou não. É, na nossa audiência prévia foi nos apresentado que 3500 trabalhadores, mais ou menos, viriam para a cidade de Mariana. Isso gera 160 litros de esgoto por dia. No final de um ano, são 204 milhões de litros de esgoto em uma cidade como Antônio Pereira e uma cidade como Mariana, uma cidade como Camargos, uma cidade como Bento Rodrigues, que nem existe mais e que não tem esgoto tratado. Ou seja, vai tudo pro ribeirão e no final vai tudo pra onde gente? Pro Rio Doce. Ou seja, mais uma vez a Samarco está matando o Rio Doce. As pessoas aqui pessoas estão sendo expulsas por causa dos aluguéis altíssimos. A UFOP perdeu 20% de seus alunos, 20% dos seus alunos aqui em Mariana, porque não podem pagar o aluguel.

03:51:38 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Sr. Bruno, por favor, conclua.

03:51:40 [Bruno Saback] Sim. E os R\$ 388 milhões que a Samarco coloca na apresentação, mentira. O prefeito ontem falou que ela está sonhando imposto, mas, com certeza, esse dinheiro está indo pro bolso da...

03:52:00 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhor Reno Almeida. Logo após o Sr. Reno, é o Sr. Mauro Matos.

03:52:15 [Remo Almeida Machado] Boa noite, meu nome é Remo eu falo em nome do SAAE Mariana. É, foi falado aqui desde o dia do rompimento da barragem que se pensa todo dia no que houve, a gente também pensa. Foi falado em reflexão, eu gostaria de trazer aqui uma reflexão. Porque, se em 40 anos de Samarco, como foi muito bem falado aqui, nunca se absorveu a mão de obra local e acho muito difícil acreditar que nesse próximo projeto vai ser absorvido. Então, como

diretor do SAAE Mariana, eu deixo aqui uma pergunta. Que tá se falando em trazer 3500 pessoas a mais para a cidade, isso significa 700.000 litros de água por dia. Como que isso vai ser tratado? Foi falado em várias mitigações, menos na mitigação durante o, a implantação do projeto. É, não está claro pra mim, como não está claro pra um monte de gente, o que vai ser feito em contrapartida a cidade, dos serviços essenciais da cidade. Porque 3500 pessoas, estamos falando de 10% da população do distrito sede. E gostaria também de reforçar a pergunta do Bernardo, Por quê que fez uma audiência pública sem os estudos estarem concluídos? Obrigado. Boa noite.

03:53:45 [Dra. Giovana-assessora do presidente da audiência] Eu chamo o próximo inscrito, o senhor Mauro Matos da Silva. Sr. Mauro Matos, o senhor tem três minutos. Com a palavra.

03:54:05 [Mauro Marcos da Silva] Boa noite a todos. Primeiro duas correções, é Mauro Marcos, M-a-r-c-o-s, eu ainda soletei para a moça lá em cima. E a resposta que foi dado pra, em nome de seu Geraldo Fraga, que sequer estava presente, na realidade deveria ser pro Bernardo Campomizzi Machado. É, boa noite a todos. Eu sou Mauro, atingido de Bento Rodrigues, porque meu sobrenome depois do rompimento passou a ser Mauro Atingido, quando muito, ID157. É, infelizmente essa audiência pública hoje e todas outras que tiveram, são somente para legitimar aquilo que já está previamente definido. Infelizmente os senhores, peço desculpa aos senhores prefeitos, ex-prefeitos, prefeitos da atualidade e os futuros prefeitos, Mariana vive, viveu, vive e viverá de pires na mão e joelhos no chão diante das mineradoras. Hoje, há um tempo atrás e hoje e pro futuro, infelizmente quem governa Mariana, Samarco, Vale, Fundação Renova e agora mineradora Cedro, a serviço da Vale. Eu tenho o desprazer de ter sido expulso da minha terra duas vezes, uma na Vila de Alegria, ao qual compartilho com o senhor Vandeir Gonçalves, que estava aqui e fez uma apresentação e outra em Bento Rodrigues. Na Vila de Alegria teve um amigo meu soterrado que até hoje sequer o corpo foi encontrado. Sou vítima de um processo movido pela Samarco por não ter aceitado a construção do dique S4 e a imposição do valor a ele pago a mim. Esse dique, com a desculpa de tirar de Bento o rejeito remanescente do rompimento, permanece lá até hoje. Quando era ser descomissionado em 21/09/2019. Infelizmente, a lama ela vai perpetuar por muito tempo. Porque sequer tiraram o rejeito e agora vão levar mais rejeito lá pra nossa região. Desculpe os que discordam, mas Bento Rodrigues não era Bento Rodrigues. Bento Rodrigues é, porque lá está a nossa memória, a nossa cultura e a nossa história. Eu gostaria de saber dos senhores se a desculpa de antes de não tirar o rejeito é porque não era viavelmente técnico levar o rejeito de volta para mineradora, se agora é viavelmente técnico levar para o depósito seus, uma vez que este vai estar a menos de um quilômetro de distância. Afinal, o projeto Mirandinha tanto sonhado pela Samarco chegou a hora de implantar né? Eu gostaria de saber dos senhores também, que não foi apontado nos estudos, Bento Rodrigues, como mencionado, no, no, pela auditoria ou pela assessoria nos estudos.

03:57:10 [Dra. Giovana-assessora do presidente da audiência] Conclua Sr. Mauro.

03:57:12 [Mauro Marcos da Silva] Desculpe Gente, Bento Rodrigues não vai ser varrido da história. Bento Rodrigues existiu há 263 anos antes da Samarco e vai continuar existindo mesmo depois que a Samarco não existir mais.

03:57:30 [Dra. Giovana-assessora do presidente da audiência] Passo a palavra agora para a empresa.

03:57:37 [Eduardo Moreira-gerente geral de projetos da Samarco] Senhor Bruno, é importante esclarecer, a Samarco dentro do planejamento dela, de retomada gradual, um dos fatores importantes para nós na oportunidade, além de todo o processo produtivo, era de fato, escalar essa demanda de mão de obra e toda essa demanda de novas obras que acontecerão e terão necessidade e tinha necessidade de acontecer. Então, quando a gente fala de 3000 a 3500 pessoas

na obra, não significa novas pessoas vindo para este empreendimento. Nós temos uma sequência de obras que é a descaracterização, sobretudo o que eu falei, um pouco dela e o pico dessa obra que nós estamos aqui tratando, ele vai acontecer entre 2025 e 26, que é exatamente o momento em que a descaracterização estará no seu descendente, ou seja, começa a sobrar mão de obra efetivamente, das obras, da descaracterização. Então, nesse planejamento de retomada, de fato, essa era uma das nossas preocupações. Escalonar essa mão de obra pra mitigar essa vinda de um excesso de mão de obra a um território que já tem um volume de projetos muito grande. E isso Dr., o Sr. Reno também, o senhor Reno também falou disso, e ao senhor Mauro, primeiro reafirmar e reafirmar o nosso profundo respeito, é o dique S4 nós protocolamos toda documentação na FEAM, então nós protocolamos todo o estudo, estamos em discussão junto aos órgãos ambientais da tratativa. A Samarco protocolou isso e toda a solução para essa tratativa. E quanto a Bento, eu vou pedir a BRANDT para falar um pouquinho. Ela foi considerada sim no estudo e o Alceu vai nos falar um pouquinho como.

04:00:00 [Alceu Raposo-consultor da BRANDT Meio Ambiente] Isso. Bento não foi esquecida ao longo do estudo ambiental. Ela está tratada no âmbito dos impactos ambientais, inclusive os impactos relacionados a todas as manifestações culturais e religiosas desse território tão tratadas e tem impacto, e ela está dentro da área diretamente afetada pelo Projeto Longo Prazo. Ainda que essa comunidade esteja em outros pontos momentaneamente, deslocados aí pelo município de Mariana, mas o território de Bento e as questões culturais e todas as questões é, de Bento estão tratadas no estudo de impacto ambiental.

04:00:49 [representante da Samarco] Sobre a pergunta do questionamento do seu Reino sobre os estudos notarem não terem sido concluídos, a gente informa que todos os estudos ambientais necessários para a realização da audiência e discussão nas audiências públicas foram concluídos e protocolados. Os estudos que estão em fase final são os alvos necessários para a manifestação das entidades anuentes que estão em fase final.

04:01:17 [Dra. Giovana-assessora do presidente da audiência] Eu vou indicar os três próximos inscritos para se organizarem. É Mônica dos Santos, Agnaldo Ferreira Júnior, Marcilene Soares. E chamo a senhora Mônica dos Santos a próxima inscrita, para se manifestar. Senhora Mônica, a senhora tem três minutos.

04:01:58 [Mônica dos Santos] Boa noite a todos. Eu sou Mônica, moradora e atingida de Bento Rodrigues. Sete anos, quatro meses e 23 dias, não podemos deixar cair no esquecimento. A fala do Eduardo me fez voltar no passado. Passado não tão longe, mas um passado próximo, quando os funcionários da Samarco faziam diversas reuniões com a comunidade de Bento Rodrigues falando em ter os melhores equipamentos, os melhores profissionais, as melhores tecnologias, isso que tá acontecendo aqui hoje nós vivemos. Eu tenho 37 anos de Bento, eu convivi os meus 37 anos com essa fala. Que vão operar seguramente, e dia 5 de novembro a barragem rompeu, né? O crime aconteceu. Constituíram a Fundação Renova para ficar escondido. Não adianta levar para repactuação e fazer mais uma repactuação para reparar um dano que é de obrigação da Samarco. Porque quando vocês reuniam com a comunidade e a gente questionava do perigo que estava acima de nós, vocês falavam “dorme despreocupado, porque vocês estão seguro”. A segurança foi até o dia 5 de novembro. Nesse, nesse desenho que, que o moço falou ali, explicou muito bem explicado, né? Eu sou meio leiga no assunto, mas eu quero fazer uma pergunta em relação a qual é a forma que vai se dar essa licença? Pelo pouco que eu entendi o empreendimento, ele é classe seis e fator dois. Isso não permite uma aprovação em fase única, né? Ela tem que ser trifásica. Queria esclarecimento, como que vai se dar os próximos passo ou se, né? Essas três fases já aconteceram. Segundo, que Bento não foi citado na apresentação da assessoria, sei lá o que que o nome é, mas o Bento, desde o

dia 5 de novembro, ele serve como depósito do rejeito, como o Mauro bem disse. E no desenho que passou ali, não sei se foi hoje ou se foi ontem, mas eu acompanhei numa apresentação da Samarco pra Câmara de Vereadores, tem dentro de Bento uma pilha desse depósito de rejeito. Vocês não citaram ele aqui, não falaram porque vocês já se acham dono das nossas terras? É, eu gostaria que vocês, ao deitar a cabeça no travesseiro, fizesse uma reflexão. Porque nós não precisamos de um projeto a longo prazo, nós não precisamos de uma mineração predatória, uma mineração que mata, uma mineração que deixa a quase oito anos eu fora da minha casa, uma mineração que já matou 52 pessoas da nossa comunidade de Bento Rodrigues. E quantos mais ainda não vão morrer?

04:05:01 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhora Mônica, por favor, conclua.

04:05:02 [Mônica dos Santos] E quantos mais ainda não vão morrer sem ser reassentado ou serem indenizados? Samarco, eu peço respeito com o meu território e com a minha comunidade.

04:05:16 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a senhora, a manifestação da senhora Mônica. Senhor Aguinaldo Ferreira Júnior. Senhor Aguinaldo. Senhor Aguinaldo. O senhor tem três minutos. Pois não. Com a palavra.

04:05:40 [Aguinaldo Ferreira Júnior] Boa noite a presidência, boa noite a todos presentes. Primeiramente, um elogio ao público. Eu sou de Guarapari também, meu nome é Aguinaldo, falo da Câmara de Dirigentes Lojistas de Guarapari, é, acredito que o Bruno não tenha falado para nos ofender. Mas a gente não veio mendigar aqui, nós trabalhamos também em Guarapari, sabemos da alta comoção que vocês estão aqui em Mariana e Região, acreditamos. Mas, assim, eu posso falar da parte econômica é verdade. A parte ambiental eu não consigo falar muito bem, não consigo falar da parte social, vejo que hoje aqui a comoção está muito a flor da pele, mas o que eu posso falar é que em Guarapari, pelo

04:06:29 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Por favor, é, paralisa o tempo do Senhor Aguinaldo, por favor, vamos continuar de forma ordeira.

04:06:34 [Aguinaldo Ferreira Júnior] O Carlinhos não conseguiu comentar sobre a questão do Força Local, mas é um programa dois anos, nós já formamos mais de 60 empresas. A gente percebeu em Guarapari que não tem como todo mundo trabalhar na Samarco direto ou indiretamente, mas nós pedimos que a Samarco começasse a fazer as compras junto aos nossos comércios locais e fomentar. E assim, o treinamento que acabou na consultoria, a gente percebeu que uma vez essas empresas capacitadas a vender para a Samarco, ela consegue vender para qualquer outra empresa. As exigências são muito grandes. Criamos um catálogo também de empresas, também tem cerca de 300 empresas também que vendem diretamente tanto para a Samarco, as terceirizadas e também empresas parceiras da Samarco também. Então, assim, a gente percebeu que existe outras maneiras economicamente de ser viável à uma empresa do porte da Samarco. Aqui em Guarapari, a gente é conhecido como praia de mineiro, né? Se bobear, algum desses aqui a gente já tropeçou em Guarapari, a verdade é essa. Mas, assim, a gente é muito bem recebido, a gente também tem muita, essa impressão que vocês têm de que as vezes a pessoa não trabalha na Samarco, nós temos a mesma impressão. A, boa parte das pessoas que moram em Guarapari vem de Minas Gerais e mora em Guarapari. Quando a Samarco fechou, o maior impacto foi em Guarapari, apesar dela estar em Anchieta, os tributos são em Anchieta, mas o impacto de trabalho, economicamente pessoal, como eu disse inicialmente, economicamente foi muito afetado Guarapari. Logo de início nós perdemos 15, 25% das vendas dos primeiros meses, depois disso, 15%. É, exatamente, o que eu estou falando, eu não posso falar sobre isso. Eu acabei de falar no começo, não posso falar sobre isso. Eu trabalho na faculdade, na faculdade Pitágoras, o curso de engenharia praticamente extinguiu com a saída da Samarco. Praticamente não existiu mais. Então assim, afetados economicamente, nós fomos. Agora

compreender, temos que tentar se solidarizar com o que vocês também sentem aqui, nós nos solidarizamos. Agradeço aí a recepção de todos.

04:08:42 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação. Senhora Marcilene Soares. Senhora Marcilene Soares. Senhora Marcilene, a senhora tem três minutos.

04:09:05 [Marcilene Soares] Boa noite, boa noite a todos. Meu nome é Marcilene Soares, eu estou aqui representando a zeladoria do planeta, a filial Mariana. E em primeiro lugar eu gostaria de falar da importância, a gente sabe, para o nosso município da Samarco hoje. Mas também gostaria de falar de todos os impactos, além dos impactos ambientais. Eu gostaria de falar dos impactos que causam também ao nosso município, porque todos nós hoje sabemos dos impactos na saúde, porque são várias pessoas de fora, vindo ao nosso município, morando aqui. É, principalmente o trânsito de Mariana, que está um caos. Então, assim, todos esses impactos a gente reconhece também. Agora eu acho que deveria ter mais um maior entendimento entre a Samarco e o poder público. Acho que deveria existir uma maior cobrança do poder público, porque todos esses impactos estão causando transtornos ao município de Mariana, aos distritos de Mariana. Então é isso aí que eu queria falar. Muito obrigado.

04:10:32 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação da senhora Marcilene, aí nós temos três manifestações. Eu passo para a empresa, seis minutos.

04:10:41 [representante da Samarco] É, respondendo aqui a senhora Mônica sobre a modalidade de licenciamento, a gente fala é, explica que o processo de licenciamento de Longo Prazo ele é em uma única fase LAC 1, LPLLO, é, a gente segue rigorosamente o que está previsto na legislação ambiental, inclusive a DN 217 que permite a modalidade de licenciamento classificada como LAC1. É, o órgão ambiental, ele é que vai definir a data para a obtenção e Samarco ainda não obteve essa licença.

04:11:16 [Eduardo Moreira-gerente geral de projetos da Samarco] Bom, senhora, senhora Marcilene, com relação aos impactos e todos esses trabalhos, né? que nós temos feito para buscar essa sinergia das empresas que estão atuando, então nós vamos atuar muito fortemente junto com empresas que atuam na região para buscar alternativas e alternativas viáveis, além dessas que nós já já estamos hoje realizando e que estamos entendendo que não estão sendo de fato suficientes. Buscar essa, essa, esse trabalho junto com essas empresas e buscar alternativas e soluções para esses problemas diários de trânsito, impacto na saúde, enfim. Então nós vamos de fato trabalhar insistentemente para buscar essas alternativas junto com com parceiros e com todos nós fornecedores, para que a gente consiga mitigar esses impactos relacionados e citados aqui já desde ontem em Ouro Preto.

04:12:31 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Não havendo mais manifestação, passo para os próximos escritos, os três próximos é o Sr. Eloi Martins de Melo, depois o senhor Antônio Claret de Carvalho e o Sr. Deivid Brandão do Couto. Então o Sr. Eloi, logo depois do Sr. Eloi, o Sr. Antônio Claret. Pois não Sr. Eloi.

04:12:57 [Elói Martins de Melo] Boa noite senhores. É, servidor público, SAAE Mariana. É, eu quero deixar claro para vocês, não vejo a indústria mineradora como inimiga, mas, porém, gostaria de vê-la como parceira em uma parceria não igual a que existe, uma parceria aonde todos ganhem e todos sorrir. Não a que existe atualmente, que uma meia dúzia enche as burras de dinheiro e o resto sofre, choram e nós sabemos que choramos, todos aqui sabe, que perderam pessoas, amigos, parentes. Sabe que choramos, muito. Então eu quero dizer que, tudo que foi dito aqui, engloba o meu sentimento e o meu temor. Mas o meu temor maior eu vou perguntar para os senhores agora, senhores da Samarco. Esse Projeto Longo Prazo certamente está englobado a mineração aqui no

entorno de Mariana e certamente vai haver rebaixamento do lençol freático. Que é que vocês têm para as nossas nascentes? É só isso? Muito obrigado.

04:14:22 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação do senhor Eloi. Senhor Antônio Claret. Senhor Antônio Claret tá presente? Não está presente, eu chamo ele logo depois. Senhor Deivid Brandão do Couto. Deivid Brandão do Couto. Senhor Deivid, não é não, pensei que era. Então vou continuar aqui na nossa lista, senhor Joviano Maia Mayer. Senhor Joviano, o senhor tem três minutos. Pois não. Com a palavra.

04:15:18 [Joviano Maia Mayer] Muito boa noite a todas as pessoas presentes. É, meu nome é Joviano, eu sou advogado da bancada do cocar da Deputada Federal Célia Xakriabá, e falo aqui também representando a deputada. Obrigado. Falo aqui também representando a Deputada Estadual Bella Gonçalves, que está agora junto com a deputada Bia Cerqueira, cujo mandato também está representado aqui pela minha colega Dra. Fernanda. Ambas estão acompanhando a reforma administrativa privatizante do governo Zema e por isso não puderam estar aqui. Mas dizer que nós estivemos ontem na audiência sobre a repactuação do acordo de Mariana, e uma coisa que é consenso dentre os atingidos é que não houve reparação efetiva do desastre crime do dia 5 de novembro de 2015. Então, quando eu ouço o representante da empresa dizendo de que a reparação integral é compromisso da empresa, então eu pergunto por que não garantir a reparação antes de ampliar o empreendimento minerário? É uma questão óbvia! Porque eu pergunto aos representantes da mesa, se eu cometo um crime, um dano a vida de algum de vocês e da família de vocês, ou o patrimônio de vocês, vocês vão repactuar um novo acordo comigo sem ter me reparado do dano? É possível conceber algo desse tipo? Então primeiro a reparação efetiva desse crime, o maior crime sócio ambiental da história do nosso país, quicá o maior crime da história mundial, né? Que afetou toda uma bacia hidrográfica até atingir o oceano. Bom, com relação ao EIA-RIMA, o nosso mandato vai enviar as nossas críticas, as nossas considerações, porque é um estudo extremamente pobre, frágil, né? E ilegal nesse sentido, né? Não poderia subsidiar qualquer processo de licenciamento. Pra vocês terem uma ideia, né, além de todo a questão do impacto sócio urbanístico que não é de fato contemplado, a mensuração a partir da quantidade de pessoas que vão ser atraídas para trabalhar nesse empreendimento, para citar só um exemplo, nós sabemos da importância da fauna e da flora em estudos dessa natureza. No estudo não tem um especialista biólogo que assina o estudo. Então não é possível, tão brincando com a nossa cara. Então, por isso nós vamos enviar para o e-mail informado todas as nossas críticas com relação ao estudo. E outra questão gravíssima que não foi sequer mencionada aqui, tão pouco no EIA-RIMA, né? Com relação aos povos e comunidades tradicionais afetados. A deputada Célia Xakriabá faz parte, tá aqui o nosso parente, a deputada Célia Xakriabá faz parte, pra poder concluir, da comissão externa...

04:18:28 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Dez minutos para concluir. Segundos.

04:18:30 [Joviano Maia Mayer] Se for dez minutos tá ótimo! da comissão externa de repactuação...

04:18:31 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Segundos, me desculpe.

04:18:32 [Joviano Maia Mayer] Mariana, Brumadinho, então como membro da comissão externa SESMABRU da Câmara Federal, essa é uma...

04:18:41 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação do Sr. Joviano. Retorno aos dois, aos dois nomes que eu chamei anteriormente, Senhor Antônio Claret, não tá presente. Deivid Brandão do Couto. Também não está presente. Então são três manifestações, eu chamo a senhora Ivone Pereira Sacarias. Senhora Ivone, a senhora tem três minutos. Pois não. Com a palavra.

04:19:27 [Ivone Pereira Sacarias] Boa noite pessoal! Eu estou aqui porque eu queria fazer uma pergunta para a Samarco. Por que a comunidade de Antônio Pereira, a Samarco, considera que não foi atingida pelo rompimento da barragem de Fundão? Se nós tivemos duas, perca, perdemos o Mateus de 23 anos e perdemos o marido da nossa querida Lena e ainda estamos com o jovem Douglas Gracia, com problema psicológico, porque ela estava no rompimento da barragem de Fundão e a Samarco não reconhece Antônio Pereira como atingido. Entendeu? Nós somos atingidos sim! Porque quem sustentou os armazéns da comunidade de Antônio Pereira foram os garimpeiros. Por que a Samarco não reconheceu a comunidade de Antônio Pereira como atingido. Então eu quero saber, por que nós somos atingido sim, entendeu? Nós da comunidade Antônio Pereira, nós da comunidade Antônio Pereira e Vila Samarco, nós queremos que faça um estudo profissional dos danos sócio econômico, ambiental e da saúde do nosso povo. E através desse estudo é que saberemos os reais impactos diversos em nossa comunidade. Entendeu? E acho que a mineradora investe muito pouco na nossa comunidade. Porque é lá, nós tamo e jogado, abandonado. Nós não temos água tratada, rede de esgoto encanada, não temos uma van para carregar as nossas crianças para creche, então eu acho que a mineradora tem que investir muito mais na nossa comunidade. E a Vale está lá nos prejudicando. Nós não sabe o que é respirar um ar puro mais na nossa vida, que é poeira dia e noite, entendeu? Então estamos aqui e queremos que nossos direito seja reconhecido. Nós. Porque ninguém faz uma dívida e antes de pagar o que deve não, entendeu? Então a Samarco deve para nossa comunidade, enquanto não pagar, nós não vamos permitir nada mais, não uai? Nós já não aguenta mais. É pião que nós tamo tropeçando em pião. É uma falta de respeito, a gente passa pião tá mexendo, tá dando cantada na gente. É de menor, criança de menor, pião abusando de menor. Então nós não aguenta isso mais, entendeu? E nós queremos que a Samarco reconheça Antônio Pereira como atingido, porque lá em Espírito Santo, como a moça falou eles foi atingido. A nossa comunidade é o drobo. Porque é de lá que tá saindo minério, é de lá que tá indo a riqueza pra onde vocês mora lá, tá? E nós tá na miséria, na pobreza, entendeu?

04:22:32 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Sra. Ivone, conclua por favor. Agradeço a manifestação. Nós tivemos três manifestações, aí eu passo a palavra a empresa pelo prazo de seis minutos. Pois não.

04:22:52 [Eduardo Moreira-gerente geral de projetos da Samarco] Senhora. Senhora Ivone, eu vou responder algumas o colega vai, vai complementar. Ok. Eu vou responder algumas, o colega vai responder as outras, a BRANDT. A gente, a gente tem falado e aqui eu vou, eu vou reforçar. A Samarco participa e nós vamos intensificar de maneira significativa a participação de um grupo de trabalho que foi criado com todas as empresas que atuam, que atuam na região, que atuam nesse território para que a gente de fato busque juntas alternativas de mitigação para essas, para esses pontos todos que a senhora levantou. O assédio que a senhora citou, a gente tem um código de conduta com todos os fornecedores. A gente repudia fortemente qualquer coisa desse tipo. E a gente vai, sem dúvida, reforçar ainda mais a nossa, a nossa atuação. Temos uma campanha que lançamos agora recentemente contra assédio. Então pode ter certeza que nós vamos estar muito próximos, atuantes e como peça de articulação de todos esses, esses atores e todas essas empresas que tão atuando no local. Eu acho que nós vamos ganhar muita força e muito volume, com todas as empresas atuando junto.

04:24:36 [Alceu Raposo-consultor da BRANDT Meio Ambiente] É, em questão as comunidades tradicionais, o Estudo de Impacto Ambiental, ele fez um levantamento amplo a respeito dessas questões e nós temos.

04:24:49 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Por favor, por favor.

04:24:52 [Alceu Raposo-consultor da BRANDT Meio Ambiente] E nós temos aqui alguns levantamentos a respeito das comunidades tradicionais. A comunidade de Rancharia, a Associação dos Catadores de Rancharia, em Ouro Preto também e em Lavras Novas. Todas essas comunidades foram levantadas. No âmbito de comunidades de povos originários, vamos chamar as questões indígenas, no âmbito do levantamento ambiental, a fonte da BRANDT para buscar essa informação é a Funai. E nos dados da Funai não constavam comunidades tra originária naquele momento. Pode ser que existe as comunidades tradicionais, originários, como já foi dito aqui. Mas a fonte da Funai, no momento da pesquisa, não constava nenhuma comunidade de povos originários. E em relação ao senhor Eloi, que faz um questionamento a respeito de não existe nenhum biólogo na lista, isso, assim, perdão. É o Joviano, perdão. Desculpa Joviano. É, tem uma lista de mais de 20 especialistas contando, é, no EIA-RIMA. Obviamente você não pode manipular nenhum tipo de animal, por exemplo um morcego, que você não seja especialista daquela área. O órgão ambiental, ele dá licença, o IEF, os demais órgãos, para manipulação. Não é qualquer pessoa que manipula os animais quando você está fazendo um monitoramento. Então tem uma lista contando no EIA-RIMA, de todos esses especialistas, inclusive a Anotação de Responsabilidade Técnica de cada um deles. E qualquer informação que eles deram equivocadas, eles podem ser processados. Então, por favor, essa informação não é verídica.

04:26:53 [Eduardo Moreira-gerente geral de projetos da Samarco] Eu queria aproveitar também e responder o seu Eloi. Seu Eloi, o senhor citou parceria, e uma parceria construtiva é tudo o que a gente de fato quer, é tudo o que a gente vai buscar. A Samarco reafirma o seu compromisso com a reparação, a Samarco reafirma que o projeto ele tem, ele tem, uma, uma, um investimento próprio. Nada desse projeto impacta ou impactará em todos os compromissos da reparação, que é uma responsabilidade da Samarco e nós temos plena consciência disso. E a gente entende que projeto como esse, que dá condição da empresa retomar a sua produção, retomar a sua capacidade instalada, dar cada vez mais à empresa a de parcerias desse tipo de parceria sustentáveis e parcerias de longo prazo. Então a gente está no mesmo alinhamento, a gente está nessa mesma frequência, a gente está com esse mesmo objetivo e o projeto de fato, ele é importante no planejamento da Samarco e ele não impactará em momento nenhum todas as ações de reparação que são de nossa responsabilidade.

04:28:25 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação. Passo para próximos três inscritos. Senhor Wilson Nunes. Logo após o Sr. Wilson Nunes tem o Sr. Antônio Pereira Gonçalves e depois senhor Leonardo Ramos Reis. Então, por favor, logo após o senhor Wilson, o senhor Antônio, o senhor Leonardo, fiquem próximo aqui a tribuna. Pois não. Senhor Wilson, o senhor tem três minutos.

04:28:57 [Wilson Nunes] Boa noite a todos e a todas. Eu sempre falo que a mineração é um mal necessário. Mas eu quero dizer uma coisa, o porque Antônio Pereira não foi reconhecido como atingido? Quero perguntar Samarco. Ela era proprietária de Bento Rodrigues? Bento Rodrigues pertencia à Samarco? Por que a Bento Rodrigues pertencia a todos nós. A minha família morava lá. Quer dizer que nós de Antônio Pereira não fomos atingidos? Por outro lado, Santa Rita Durão, povo de Santa Rita Durão reclamando por cima de Santa Rita tem uma bomba relógio. Por que o depósito da Cava Sul está por cima de Santa Rita, não tem garantia nenhuma de depósito de rejeito em cava. Então, minha família também mora em Santa Rita Durão. E porque Antônio Pereira não é conhecido? E outra coisa, eu, Wilson Nunes, eu não concordo com esse sistema da nova mineração. Concordamos sim, queremos uma mineração, uma mineração sustentável, uma mineração com responsabilidade social. A Samarco, ontem foi dito lá em Ouro Preto, deve R\$400 milhões para o município de Ouro Preto. Quantas famílias foi arrasada, morta, destruída, um filho nas drogas, na

roubo, na prostituição, com a falta desse pagamento. Porque que não quita a dívida com nós primeiro? E depois não coloca nós como incluído. Eu nunca vi amontoar dívida. Paga nós Samarco, é a sua obrigação. Antônio Pereira suicida a juventude, esse ano já tivemos três. 30% da, do pessoal morador de Antônio Pereira tá com AIDS, mais de 1000 com gonorreia. É culpa de quem? Samarco e Vale que não investe na nossa comunidade, não tem uma fiscalização. Então o meu recado é esse, paga a nossa dívida primeiro. E aquele representante de Ouro Preto que veio aqui e falou que concorda com esse projeto. Ele não me representa. Ele não me representa e nem apresenta a comunidade de Antônio Pereira. A obrigação era o prefeito tá aqui e queremos uma audiência pública lá em Antônio Pereira, com a presença do prefeito, presença do prefeito daqui de Mariana junto com nós, porque os pobrema daqui vai para Antônio Pereira.

04:32:03 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhor Wilson, conclua por favor.

04:32:04 [Wilson Nunes] É a prostituição, é roubo, é tudo quanto há. E se não tiver outra audiência, nós vamos paralisar a BR. Vocês vão ter dor de cabeça e nós não queremos dor de cabeça para ninguém.

04:32:16 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação Sr. Wilson. Senhor Antônio Pereira Gonçalves. Senhor Antônio, o senhor tem três minutos para se manifestar, logo após o senhor Antônio tem o senhor Leonardo Ramos.

04:32:38 [Wilson Nunes] Oi. Boa noite a todos e a todas. Começo aqui a minha fala me repudiando a Samarco, até pelo tempo de que a gente tem de falar que é três minutos, muito pouco para eles ouvir, que não gosta de ouvir a verdade, né? Cumprimento a todos presentes aqui, solidarizo com todos os atingidos aqui pela Barragem de Fundão, aqui presente, pois sou atingido de Bento Rodrigues, como vários me conhece. Venho sofrendo desde 2015 com os descaso que a Samarco e a Fundação Renova, né? Principalmente, repudio a Samarco por não ter realizado audiência pública nos distritos demais impactados, que é Santa Rita Durão, Bento Rodrigues e Camargos, e não trazer aqui primeiro para depois chegar a essas comunidades. Nós estamos vendo aqui esvaziando. Se tivesse isso nas comunidades, talvez seria mais ouvido e as pessoas tinha mais direito de fala, né? Sabemos disso. Porque a Samarco se furta da verdade? Sinto muito em dizer isso aqui, porque por muitas vezes foi dito por meus colegas de Bento Rodrigues que muitos foi falado e ali eles não ouviram, simplesmente iludiram e continuam iludindo a todos aqui de Mariana. Somos todos impactados, não só nós direto, como os indiretamente. Correto. E nós, e ainda não vou ter tempo de falar tudo isso aqui pelo tempo que é curto. Eu queria até que me dessem mais um minuto, mas não é realizado por isso. Infelizmente tem dez minutos para falar pessoas que é puxa, mas não tem dez para falar quem tem direito de se expressar. Portanto, que a Samarco se faz, não tô conseguindo nem ler, porque o tempo é muito curto. Os relatórios impactados ambientais na página dez. Eu fiquei surpreso por ver ali dizendo a correia que se é transportada para ser, o rejeito ser monitorado e colocado em Bento Rodrigues. Para um outro que a gente vê no site fala que é por tubulação. Eu não fico, sinceramente não deu claro para mim, que no site está uma coisa e aqui na apresentação é outra não, não consegui identificar. Bento Rodrigues hoje está cheio de rejeito e ainda continua levando mais rejeito a Bento Rodrigues. Como foi dito aqui, Bento Rodrigues é da Samarco? Lá ainda continua sendo propriedade nossa. E aí a Samarco vai fazer o quê com aquilo? Vai tomar? Por que elas não indeniza terra nua e lá hoje é terra nua, concorda? Então, o que que acontece? Não somos reconhecidos ainda muitos de Bento Rodrigues e a Samarco hoje se traz aqui uma audiência pública, se quer não ouvir os primeiros impactados. Infelizmente gente, eu vou encher vocês de pergunta. Quero que vocês me respondam lá pelo site, porque aqui não está sendo respondido. Eu vejo todos aqui perguntando e não tá sendo respondido. E a gente vai fazer pela mesma forma, vocês não respondem as pessoas e continuam se furtando.

04:35:42 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhor Wilson, conclua por favor.

04:35:44 [Wilson Nunes] Vou concluir porque infelizmente o tempo que nós temos é vergonhoso, porque nós precisava de muito mais tempo para que vocês ouvir a indignação do povo...

04:35:56 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação do senhor Wilson. Senhor Antônio Pereira. Senhor Antônio Pereira. Desculpa Senhor Antônio. Senhor Antônio, o senhor me desculpa. Não, não. O senhor, estou te pedindo desculpa, não, estou te pedindo desculpa. Senhor Leonardo Ramos Reis.

04:36:36 [Leonardo Ramos Reis] Boa noite a todos. Eu estava assistindo a apresentação aqui e me surgiu uma dúvida. O relatório consta que a análise da região em relação ao ar foi no ano de 2020 e após esse período o Camargos, por exemplo, provavelmente sofre com os impactos. Essa qualidade do ar piorou por causa da operação da Cedro. Vocês fizeram novos estudos após a abertura da Cedro ou não? Ou só apenas em 2020, como consta no relatório? Outro ponto também que eu gostaria que vocês me esclarecessem em relação a qualidade dos serviços que serão executados para esse novo empreendimento da Samarco. Será qualidade Fundação Renova? Isso porque, como eu tenho vários clientes que sofrem com a Fundação Renova hoje.

04:37:38 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhor Leonardo, me desculpe interromper, fala um pouquinho mais próximo do microfone.

04:37:43 [Leonardo Ramos Reis] Tá, tudo bem. A Fundação Renova hoje ela não respeita projetos, ela descumpra projetos. Então assim, eu gostaria de saber se vocês. A Samarco será qualidade Fundação Renova nessa execução de serviços, descumprindo, deixando de cumprir os projetos, tentando modifica-los ou levará a sério esse projeto? Porque, infelizmente, isso aqui hoje todo mundo está reclamando da situação. Que o quê? Não é respeitado. Será que a Samarco vai começar a respeitar ou vai fazer como a Fundação Renova? Obrigado.

04:38:22 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação, Sr. Leonardo. Aí nós temos três manifestações, eu passo a palavra a empresa por seis minutos.

04:38:41 [Alceu Raposo-consultor da BRANDT Meio Ambiente] Senhor Leonardo. Boa pergunta. De fato, o monitoramento que foi feito em Camargos no âmbito do estudo ambiental é 2020, ele não contempla as operações, é, de outro empreendimento no caso da Cedro. Então, se tem uma piora hoje na qualidade do ar, ela precisa ser monitorada do ponto de vista de, da operação da Cedro e também de background quando a Samarco instalar, antes dela começar a instalar as estações, as instalações dela, ela precisa, é, monitorar isso. E pelo que me parece, me foi informado, vai ser instalado uma estação de qualidade do ar automática, dos mesmos padrões que, que já existem e os dados vão ser passados direto pro órgão ambiental também, para que ele possa monitorar de lá online.

04:39:40 [Eduardo Moreira-gerente geral de projetos da Samarco] Bom. Leonardo. Senhor Leonardo eu vou começar pela sua pergunta da qualidade do serviço. A Samarco, com esse modelo de produção de empilhamento de rejeito a seco, que é o, que é o, que é o objetivo desse licenciamento. A Samarco já tá trabalhando nisso desde 2020, desde a sua retomada. A Samarco tem uma equipe full time, uma equipe grande acompanhando, de controle de qualidade, acompanhando cada camada dessa pilha. Então existe um exaustivo investimento no acompanhamento estrito do projeto. A gente tem uma experiência já de dois anos nisso. Isso é um modelo que é utilizado em várias partes do Brasil e do mundo e a gente tem um rigoroso acompanhamento de qualidade, com equipe full time, acompanhando a cada camada todo o controle tecnológico de compactação, enfim,

todo o controle de cada camada que é executado nessas pilhas. E eu aproveito, senhor Antônio, para esclarecer a dúvida do senhor com relação a correia. O minério, todo o rejeito que será dispostos nessa pilha ou nestas pilhas serão transportados por correia. É um material seco que passa pelo processo da filtragem dentro da planta. Então é passado por um processo de filtragem onde é retirada a água desse rejeito e esse rejeito então seco ele é transportado via correia. Então o rejeito não é transportado via tubulação, ele é transportado via correia até o ponto de disposição final, que são as pilhas que a gente apresentou aqui durante nossa, nossa fala.

04:41:45 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço os esclarecimentos. Nós passamos para os próximos inscritos, vou chamar os três. Primeiro a senhora Fernanda de Oliveira Lage, depois o senhor Edvander Rodrigo Dutra e depois a senhora Maria Edna Ornelas Lima. Então Senhora Fernanda, Edvander e Maria Edna. Pois não. Senhora Fernanda, a senhora tem três minutos.

04:42:12 [Fernanda de Oliveira Lage] Boa noite a todas e todos. Eu represento aqui o mandato da deputada estadual Beatriz Cerqueira, na pessoa da Mônica, da Comissão de Pessoas Atingidas de Bento Rodrigues e também a senhora Ivone de Antônio Pereira. Eu quero cumprimentar todas as pessoas atingidas aqui hoje. É, a nossa participação se dá muito no sentido de exigir memória, justiça e verdade. As questões técnicas nós enviaremos oportunamente, via os instrumentos que nós temos na Assembleia Legislativa para a empresa. Mas é muito importante ressaltar que todos os crimes cometidos pelas mineradoras no nosso estado, Mariana e Brumadinho, que não são casos isolados, eles estavam dentro da legalidade, de uma legalidade, de uma institucionalidade que dá licença para matar. Então, isso é muito importante ser ressaltado aqui. Nós estamos falando de gerar mais danos e violações para uma população fortemente atingida e ainda não reparada. A reparação integral, que é um conceito internacional que nós temos de reparação, já foi incorporado, inclusive nessa linguagem empática que a empresa tem com o nosso povo. Mas infelizmente eles ainda não implementaram isso. A não repetição de danos, de crimes e de violações de direitos, é uma das dimensões da reparação integral. Que bom que vocês reconhecem então que existem povos e comunidades tradicionais no território atingido e a gente quer saber que forma que esses povos tradicionais foram consultados nos termos da Convenção 69 da OIT. E, em que pese também não haver a previsão de barragens nesse empreendimento é muito importante a gente ressaltar que não existe nenhum método de disposição de rejeitos, que é 100% seguro. Então vocês melhor, muito melhor do que eu, trouxeram aqui os inúmeros danos e impactos que a atividade minerária acaba exercendo no território. Então, nesse sentido da memória, da justiça e da verdade, eu quero lembrar aqui as 20 vidas humanas ceifadas pelo rompimento da barragem de Fundão: Samuel Viana Albino, Valdemir Aparecido Leandro, Ailton Martins dos Santos, Claudemir Elias dos Santos, Edinaldo Oliveira de Assis, Sileno de Lima, Daniel de Carvalho, Vando Maurílio dos Santos, Pedro Paulino Lopes, Mateus Márcio Fernandes, Edmilson José Pessoa, Marcos Xavier, Marcos Aurélio Moura. Todos esses trabalhadores da mineradora Samarco. Maria Manuela Vitória, Tiago Santos, Ana Clara Souza, Maria Elisa Lucas, Mariana dos Santos, Bruno Souza e o bebê de Priscila Barros. Agora e sempre não esqueceremos Mariana e não permitiremos que mais crimes como esse, continue impune.

04:45:24 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhora Fernanda, por favor, conclua. Agradeço a manifestação. Senhor Edivan. Senhor Edvaldo, o senhor tem três minutos. Pois não. Com a palavra.

04:45:35 [Edivander Rodrigo Dutra] Senhores, boa noite a todos e todas. Nesse momento eu quero iniciar falando que esses três minutos, nem sequer o tempo que a gente teria para perder o nervosismo, ele está em praxe. Mas enfim, vamos lá. Eu quero falar aqui um pouco, tentar dividir meu pouco tempo em duas situações. Primeira o nosso distrito Antônio Pereira. Já vimos várias reclamações e nada. Não temos resposta nenhuma. A Samarco fala de muita responsabilidade. O que é responsabilidade? Dever de reparar o dano. Qual o dano vocês têm reparado? Apenas a fauna e a

flora? Não desmerecendo, mas fora acabo de citar inúmeras vidas e nós lá somos milhares de vidas que vocês dependem de nós. Nós somos a mão de obra que regemos a empresa Samarco. Será que se tirar nós como representantes, como funcionários, será que a empresa com maquinário autônomo consegue fazer tudo aquilo que ela precisa? Eu acredito que não. Às vezes se fala em algum curso, curso é o mínimo que a empresa teria que dar, é uma responsabilidade da empresa, ter que dar curso para que a mão de obra seja qualificada. Em segundo plano eu quero dizer o seguinte, eu estava na barragem de Germano no dia 5 de novembro de 2015, eu e mais mais de 500 funcionários da empresa integral. Se os senhores aqui não sabem, nós sequer temos a oportunidade sermos reconhecido como atingido. É muito lindo quando nós ouvimos aqui falar talvez sobre Guarapari, quase 500 km de distância, mas vamos trazer um pouco mais para perto. Vamos trazer um pouco mais para a nossa localidade. Será que nós que estamos fazendo acontecer, como é o lema da Samarco. Não temos o direito de sermos reconhecidos como atingidos? Eu tenho aqui o meu amigo Marcelo. Faz favor Marcelo. Nosso dossiê com mais de 50 páginas, a Cáritas, que foi, regida por vocês, ela traz que nós somos integralmente atingidos. Mas cadê o retorno Samarco? Nada. E aí eu gostaria de ter no mínimo uma resposta aqui nessa noite, sabe porque? Antônio Pereira hoje tem o maior índice de adolescentes com problemas psicólogos está dentro de Antônio Pereira. Vá ao CAPS e você terá resposta. Por sinal, é muito lindo aqui falar do projeto passeia um pouquinho por lá dentro de Antônio Pereira fica uns dois dias lá, fica uma semana, fica um mês. Vem pra cá morar conosco um pouco. Sinta o impacto que está acontecendo com nós lá. Tá bom? Muito obrigado e boa noite.

04:48:36 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação senhor Edvander. Senhora Maria Edna Ornelas Lima. Senhora Maria Edna Ornellas Lima. Não está presente. Aí Nós tivemos duas outras inscrições que eu disse naquele momento que dado as ausências e por ter feito a inscrição dentro do prazo, eu iria chama-las caso houvesse, desistência. Então, nesse caso, eu chamo a senhora Patrícia Ramos. Senhora Patrícia, a senhora tem três minutos. Pois não. Com a palavra.

04:49:41 [Patrícia Ramos] Boa noite a todos. Eu sou Patrícia, sou professora lá em Antônio Pereira, então conheço bem tudo o que o pessoal está falando aí a gente sente cotidianamente todas essas realidades. Sou moradora daqui de Mariana também. E antes de falar mais especificamente sobre esse licenciamento a longo prazo, acho que é bom de registrar a presença dos indígenas aqui nessa audiência, porque eles existem e resistem sim, apesar dos dados. E aqui fica o convite para que vocês andem pelas cidades, para que vocês estejam no território, para conhecer mais da realidade dessas pessoas que estão aqui, tanto dos atingidos das comunidades, como também das pessoas indígenas, dos povos quilombolas que estão aqui nessa região, vão ser muito mais do que números, muito mais que dados que vocês apresentam. Trata se da realidade que eles estão aqui. Mas antes também de colocar outras questões que eu tenho aqui. Fica claro uma coisa em todas as falas ficou muito evidente o grito do fora Renova, fora Renova. Por que? não é possível de a gente entender que essa testa de ferro ela representa a necessidade das pessoas atingidas desde Bento Rodrigues, desde Mariana até o litoral, o que nos leva a perceber também que aquele vídeo, muito bonito deve ter sido caro inclusive, para ser produzido. Mostrou que se a Samarco tivesse aprendido de fato, se ela tivesse realmente preocupada e respeitando a população, se tivesse aprendido com o crime de 2015, teria já negociado diretamente com a população, não teria colocado essa testa de ferro. Pensaria a violência que é o pessoal de Bento, de Camargos, de Santa Rita Durão, de Antônio Pereira, ter que reviver tudo isso de novo, pra que a Samarco fale de um Projeto Longo Prazo. Se você estivessem aqui no território, vocês teriam vergonha de colocar isso aqui como só dados, como dados seguros, inclusive. Eu tenho uma pergunta: Como que uma empresa que está em recuperação judicial quer fazer mais investimentos? Já foi colocada aqui, como que eu tô devendo ainda e antes de pagar eu quero investir mais, quero fazer mais negócios. A gana do lucro ela vai continuar sobre a vida das

peessoas, porque 2005, 2015 foi isso. Na pandemia foi isso, o retorno sem questionamento, foi isso. Não é possível que agora vai continuar dessa forma. Não aprendeu foi nada então. Outra dúvida é que estudos de impactos são esses que quando vem na audiência pública, as falas dos moradores são totalmente diferentes? Que impacto de ruído? que impacto de poeira? Que impacto ambiental é esse? Sendo que a fala das pessoas que estão aqui na comunidade falam totalmente contrário? Eu acho que é importante lembrar também que todos os picos de violência que nós tivemos aqui na nossa cidade tem a ver com a expansão da mineração. Não podemos deixar isso esquecido. É só a parte que vocês podem falar. Se é considerado isso agora é só uma informação importante para não dourar os olhos de vocês. A mineração por si só ela gera pouca, pouco emprego comparado a todos os problemas...

04:53:02 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Senhora Patrícia finalizou, o tempo. Agradeço sua participação. Aí nós temos três manifestações. Eu passo a palavra a empresa por seis minutos.

04:53:17 [Alceu Raposo-consultor da BRANDT Meio Ambiente] Em relação à pergunta da Fernanda a respeito dos povos tradicionais, todos eles estão levantados, como eu disse, mapeados lá. Mas a questão da oitiva a OIT169 a distância em relação a esses povos tradicionais, um está a 23 quilômetros de distância em relação ao procedimento, outro 13. Então, portanto, mediante os levantamentos que foram feitos, não há necessidade de se fazer oitiva perante a legislação. Em relação às questões levantadas pela Patrícia e os impactos levantados pela BRANDT dizem o contrário, ele mostrou que existe e a lista que existe, o impacto da poeira, que existe o impacto do ruído, que existe o impacto do incômodo, que existe o impacto sobre as vias. Então todos os impactos estão mapeados e descritos em detalhes sobre a infraestrutura, sobre a educação. Todos eles estão mapeados no âmbito do EIA-RIMA. Então não há nenhuma omissão ou dizendo que não há os impactos. Foram 30 minutos aqui, basicamente dizendo os impactos e as propostas de mitigação que a Samarco terá em função da quantidade de impactos mapeadas.

04:54:40 [Eduardo Moreira-gerente geral de projetos da Samarco] Eu quero, eu quero aproveitar e falar ao senhor Edvander, Sr. Edvander, a gente pensa na mineração com as pessoas. Eu acho que se Sr. falou funcionário da integral é, a gente pensa, por que, a razão de ser a nossa crença que a razão ser das empresas é e sempre será as pessoas para que a gente compartilhe valor e as pessoas estão em todos os nossos, em todos os nossos planos e nossas políticas. Um outro, um outro ponto que é importante é dizer, é, a gente sempre estará e a gente vai buscar cada vez mais. Eu já falei isso mais de uma vez. A gente vai sempre trabalhar para buscar o máximo de pessoas junto de nós. Estarmos juntos com as empresas que estão atuando no local para que a gente de fato tenha programas robustos e tenha programas que sejam capazes de enfrentar todos esses aspectos aqui citados. Isso é um compromisso e nós vamos trabalhar cada vez mais nisso. Um outro ponto importante é que a recuperação foi dito sobre recuperação judicial e o projeto. A Samarco tem nesse projeto, esse projeto faz parte de um planejamento importante para a Samarco sim, inclusive para ajudar nesse programa de recuperação judicial. Mas a gente quer deixar claro que nem o projeto nem a recuperação judicial trará qualquer prejuízo na reparação dos danos causados pelo rompimento de Fundão. A gente queria reafirmar isso cada vez mais.

04:56:48 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação. Nós só temos mais um inscrito, senhor Gilmar Geis, Reis Anestor. Já que nós não temos os escritos. Nós finalizamos então com a nossa terceira parte, que é a manifestação dos escritos em geral. Passamos para nossa quarta, que são as considerações finais. Aí nós temos quatro solicitantes. São dez minutos, então daria mais ou menos dois minutos e meio para cada. Três minutos então aos solicitantes. Primeiro solicitante e

logo depois nós temos também para o empreendedor dez minutos. Como empreendedor, ele solicita também a audiência pública, eu vou fazer o seguinte, eu vou somar o tempo dele que ele tem o empreendedor e equipe técnica dez minutos, conforme Deliberação Normativa Copan 225 mais o tempo que lhe é garantido em relação ao solicitante. Então, posteriormente os senhores terão 13 minutos. Então eu vou passar três minutos aos solicitantes e depois eu passo a palavra aos senhores. Então, primeiro, a Associação Comercial e Empresarial Industrial e Agropecuária de Mariana Representante senhora tem três minutos, pois não? Com a palavra.

04:58:38 [Associação Comercial e Empresarial Industrial e Agropecuária de Mariana] Boa noite, Meu nome é Ana Cristina, no momento atuo como vice presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Mariana. Nós já tivemos uma fala inicialmente falando da importância de tudo isso. Nós entendemos todos os desafios que todos nós enfrentamos, todo progresso gera esses desafios. Nós temos participado de uma ampla discussão a respeito de diversificação econômica, justamente para que a gente consiga sair dessa dependência da mineração. Mas nós entendemos que essas discussões também são a longo prazo. No momento a gente ainda é extremamente dependente da mineração. Então o que nós gostaríamos de solicitar aqui da empresa seria um compromisso com todos os outros impactos além desses que foram relatados aqui. Hoje a gente vive condições difíceis de trânsito, tanto aqui na cidade quanto nas estradas. Uma sobrecarga de todos os nossos sistemas aqui, diante de tantas pessoas a mais na cidade e a questão das oportunidades das empresas locais e da contratação de mão de obra local. Então a gente entende que em termos de compensação e de reparação do município, nós somos realmente extremamente dependentes economicamente da Samarco. Nós entendemos a importância desse projeto tanto para as empresas locais quanto para as arrecadações que isso gera para o município, para toda a população de forma geral. E a gente gostaria apenas de que a empresa assumisse esse compromisso, inclusive previamente que fossem apresentados todas essas atitudes, todas essas ações, como já foram faladas aqui, que minimizem, que mitiguem esses impactos.

05:00:21 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação. Eu chamo o representante da Agência Desenvolvimento Econômico Social de Ouro Preto. Não está presente. Então o representante do município de Mariana, o senhor tem três minutos.

05:00:49 [município de Mariana] Eu só quero dar um testemunho aqui antes da minha conclusão final. Quando ocorreu o episódio Fundão. Logo nas primeiras semanas, no calor ainda do ocorrido entre tudo aquilo que nós perdemos, nos tiraram também o direito de fala. Muita gente falava pra gente, muita gente falando ao mesmo tempo e pouco se ouviu da nossa gente, do nosso povo. Nós tivemos em Brasília numa reunião com o ministro Sarney Filho à época, o Antônio Gonçalves Pereira, que estava comigo inclusive, o prefeito Duarte Júnior, e apareceram alguns representantes das tribos indígenas do Baixo Rio Doce e levamos a ele essa preocupação. Tem muita gente falando e pouco a gente está ouvindo. E esse fórum aqui é uma oportunidade da gente falar, democrático, aberto. Nós ouvimos aqui todo mundo, todas as manifestações. Que bom, que riqueza de conteúdo que teve esse momento aqui. Eu confesso que cada vez que eu venho a uma audiência dessa, eu aprendo bastante e eu reconheço ainda mais a força do meu povo, reconheço ainda mais a união da minha gente, reconheço ainda mais os nossos valores enquanto pessoas. Parabéns a todos que participaram aqui desse evento. E eu espero com muita certeza, com muita clareza, muita sobriedade, que a gente siga aqui a sabedoria do Sr. Eloi. Nós não somos contra a mineração, pelo contrário, nós somos filhos da mineração nós temos nosso umbigo lá na mineração. Pais, irmãos, parentes, vizinhos. Políticas públicas sustentadas por esse programa. O que nós queremos? O Sr. bem disse aqui, com a sabedoria dos cabelos brancos como o meu. Que a mineração seja a mineração parceira, que ela seja sustentável, que ela seja responsável. Então, esse momento é o

momento singular de nós construirmos essa proposta. Nós estamos construindo uma proposta, um Projeto de Longo Prazo para a Mariana, para Ouro Preto, para Catas Altas, para as comunidades todas que são afetadas, mas para todas aquelas que serão beneficiadas para manutenção dos programas sociais que, nós temos distribuição de renda, alimentação, merenda escolar, enfim, uma série de programas sociais que nós temos e a consciência que nós temos, que não vamos negar, de que nós falamos, falou uma pessoa antes de mim, nós temos uma dependência da mineração, que ainda não nos livramos dela. Então vamos construir um projeto de longo prazo, inclusive pensando nisso, que nós temos que nos livrar da mineração enquanto dependência econômica. E vamos juntos, sim. Ontem fiz esse convite lá em Ouro Preto, ao prefeito Ângelo Osvaldo e ao seu secretariado, aos vereadores e autoridades locais, que a gente possa assim abrir outros fóruns de discussão menores, debates locais, bem localizados. Nós vamos democratizar a nossa discussão aqui no município de Mariana, chamar grupos, pessoas que têm a capacidade de nos ajudar a pensar. Pode ser que eu não veja o fim desse projeto. É um projeto de longo prazo, eu tenho 62 anos de idade, pode ser que eu não veja o fim, mas eu gostaria de que o projeto fosse um projeto bem construído com a força dessa gente que falou aqui. Obrigado a todos pela oportunidade. Obrigado pela confiança do município de Mariana, que depositou em mim o dever aqui de representa-los. Boa noite.

05:03:54 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Agradeço a manifestação. Eu passo a palavra a empresa que terá 13 minutos, considerando dez minutos previsto para a exposição final, mais três minutos como solicitados.

05:04:22 [empresa Samarco] Boa noite, meu nome é Reuber Cury, eu sou diretor de Projetos, Segurança e Meio Ambiente. Eu trabalho na Samarco há 34 anos e eu gostaria que, antes de mais nada, que eu não irei prolongar muito meu discurso, mesmo porque o horário já está bem mais tarde. Bom, antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a presença de todos aqui para que nós possamos discutir o licenciamento do projeto de longo prazo para continuidade das operações da Samarco. Gostaria de realmente agradecer a presença das comunidades, queria dizer para vocês que nós ouvimos as expectativas e demandas de vocês, isso não será desconsiderado. Gostaria também de agradecer a presença de lideranças das autoridades que estavam aqui e principalmente, da atuação do presidente da mesa, Igor Trovão, que conduziu essa audiência de uma maneira respeitosa e transparente, segura. Nós da Samarco, acreditamos no nosso processo, no nosso propósito, desculpa, de fazermos uma mineração diferente, sustentável e para isso é fundamental esse momento para que a gente possa ouvir e ter a transparência de conversar com vocês. Por isso, todos os comentários, todas as sugestões, todas as intervenções que foram feitas, elas serão consideradas muito fortemente por nós. De forma muito criteriosa e avaliada. Nós temos um compromisso público que não se extingue aqui na audiência. O nosso dever é contínuo. Hoje nós trouxemos aqui o Projeto de Longo Prazo para continuidade das operações que está em licenciamento. Os estudos, realizados por uma consultoria externa e independente e também, considerando os programas sócio ambientais previstos, indicam que este projeto ele é robusto. Toda a documentação, toda a documentação desse projeto, ela vai estar disponível no site da empresa para consultas para inclusive, mais críticas, sugestões, recomendações. O Projeto de Longo Prazo que nós trouxemos aqui, ele é essencial para continuidade das nossas operações. E aqui gostaria de fazer um comentário importante de que o objetivo dele não é um aumento da capacidade, não é uma expansão da capacidade, mas sim a construção de áreas para disposição de rejeito e lama, desculpe, rejeito e estéril, que nos permitiram, desculpa, desculpa que nos permitiram alcançar 100% da nossa capacidade produtiva que já está instalada e que já está licenciada em 2019 pela LOC. Bom, mais uma vez eu queria dizer que nós entendemos e compreendemos que as ações da nossa empresa têm uma relação direta com o território e com as pessoas. Retomamos as operações de forma gradual, sem utilização de barragem de rejeitos. Com isso, foi possível contribuir com o desenvolvimento da

economia local e regional, gerando oportunidade de empregos e capacitando os moradores das comunidades, tanto aqui de Minas Gerais quanto do Espírito Santo. Por tudo isso, acreditamos que esse processo de licenciamento ele é importante para a Samarco, mas ele também é importante para a sociedade. Finalmente, eu agradeço mais uma vez a presença de vocês, principalmente daqueles que ficaram até esse momento. E destaco que, além dessa audiência, nós continuaremos à disposição por vários meios de comunicação, inclusive pela Central de Atendimento, para esclarecer dúvidas deste projeto ou quaisquer dúvidas relativas a Samarco. Esse, essa central de atendimento ela é 24 horas por dia, sete dias na semana. Obrigado. Boa noite.

05:09:04 [Yuri Trovão-presidente da audiência] Bem feita a manifestação final, a consideração final pela empresa, nós passamos então pela quinta parte o encerramento desta audiência pública. Eu quero agradecer a presença de todos, da comunidade, dos nossos parceiros. Aí a polícia militar, ao Corpo de Bombeiros, agradecer a produção aí que nos auxiliou tecnicamente, a equipe técnica da SUPPRI, desejar a todos aqui uma boa noite, que Deus nos abençoe e um bom retorno para casa. Ontem eu falava em Ouro Preto que nós, eu sou servidor público efetivo desde 2006 presido a Câmara Normativa Recursal e o Conselho Minerário, creio que nós devemos não só na parte do empreendimento, mas na parte de legislação, melhorar em muito o aspecto social. E é o que sempre a gente ouve, não só nas reuniões das câmaras técnicas como nas audiências públicas, a necessidade de dar o retorno para as pessoas que são diretamente ou indiretamente afetadas. E nós tivemos aqui né, a participação do Poder Legislativo, representantes de deputados, Poder Legislativo aqui representando vereadores, o Poder Executivo pelo prefeito municipal aqui de Mariana e eu espero que todos somamos forças para mudar, não a legislação como nosso comprometimento para o bem estar de todos. Então, muito obrigado mais uma vez pela presença, dou por encerrada a nossa reunião, que Deus abençoe a todos. Muito obrigado.

05:10:50 [fim]